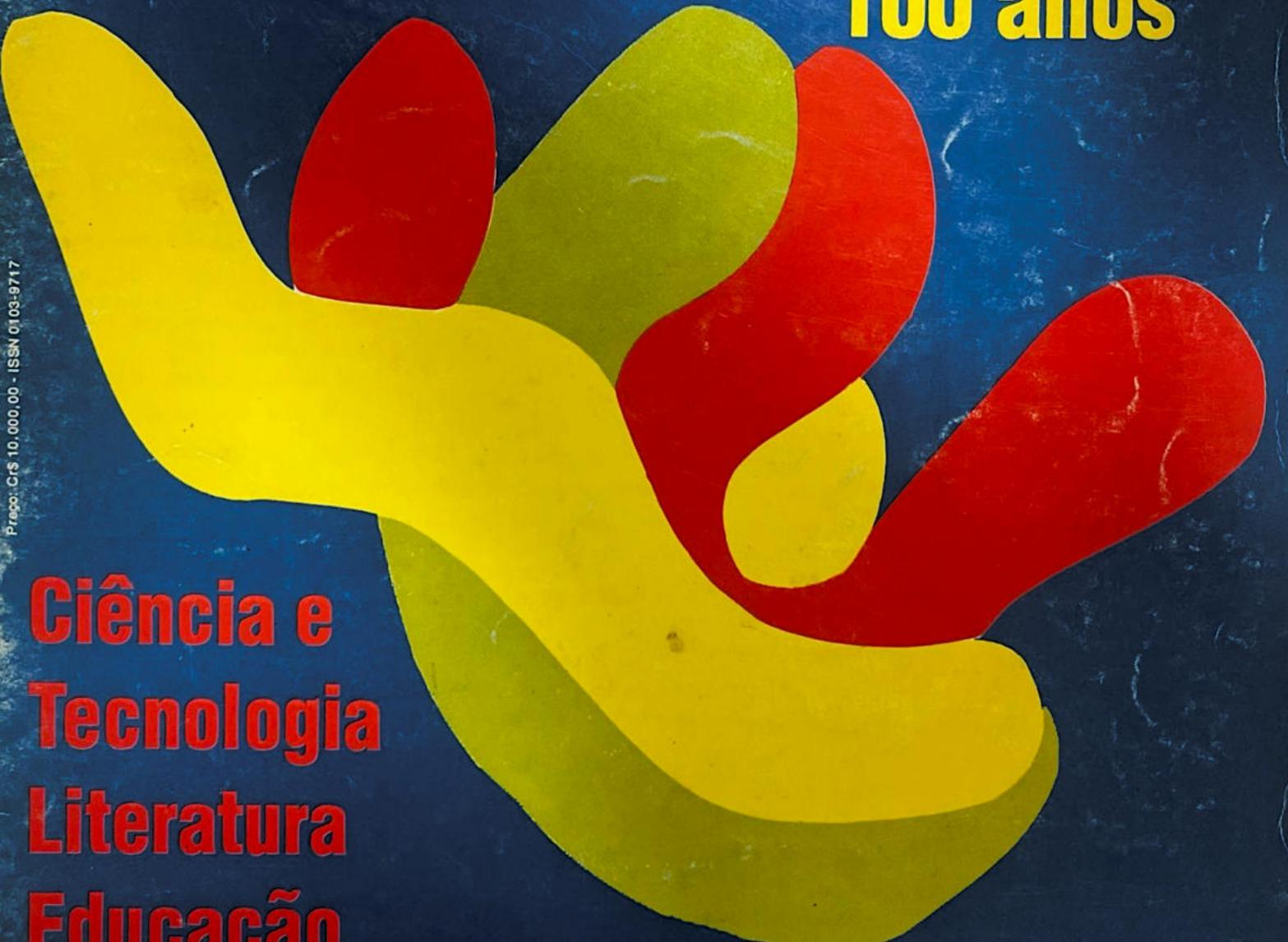


# Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC – SSIND. - Ano 2 – Nº 2 – Janeiro/Junho

Gramsci:  
100 anos



**Ciência e  
Tecnologia  
Literatura  
Educação  
Universidade  
Biodiversidade**

# APRESENTAÇÃO

Associação de Professores  
da Universidade Federal  
de Santa Catarina -  
SSind/Andes - SN

É com satisfação de quem realizou um bom trabalho que a APUFSC-SSind, através de sua diretoria de Assuntos Culturais, coloca o nº 2 da Revista **Plural** nas mãos de seus associados.

**Plural** amadureceu e mudou de "cara". Para isso, além da experiência, muito contribuiu o fato de se ter hoje, no "staff", um jornalista contratado, responsável não só pelo embelezamento da revista, como também pelo seu profissionalismo.

Mais agradável à leitura, **Plural**, nem por isso, deixa de tratar de assuntos sérios, sempre respeitando seus objetivos de discutir temas da atualidade.

Fazem parte desta edição artigos variados, tendo especial ênfase as reflexões sobre a importância do pensamento de Antônio Gramsci para a compreensão do nosso tempo, que advieram de um seminário comemorativo dos cem anos do nascimento do pensador italiano, realizado na UFSC em dezembro passado.

Das dificuldades de tradução na poesia de Lorca, às vicissitudes do cientista brasileiro "que vive preocupado com o preço das cebolas e batatas"; das corajosas denúncias da situação da Ciência e Tecnologia sob o jugo de Goldemberg, às necessárias discussões sobre a integração Universidade-Estado; da tão comentada biodiversidade e o papel das ONG's na defesa e preservação do meio ambiente, ao sempre importante estudo da história, o segundo número da revista **Plural**, certamente contribuirá para o enriquecimento do debate, dentro e fora da UFSC.

Neste momento, um dos mais graves por que passa a nação, é papel do professor Universitário contribuir com sua reflexão e sua prática para que se achem caminhos a uma real transformação da sociedade brasileira. Assim, a APUFSC, como um sindicato, ao mesmo tempo que defende os interesses da categoria, tem clareza de que é preciso perseguir um objetivo maior - desde a defesa da Universidade Pública, gratuita e competente - passando pelas especificidades setoriais: política educacional, saúde e segurança social, ciência e tecnologia - até o redesenho da economia, da política e da ética para o país, são assuntos para sua revista abordar.

Neste número, estamos iniciando a primeira campanha de assinaturas da **Plural**, esperando contar com muito apoio de seus leitores.

O número 3 está planejado para o final do ano e terá como temas: *Ecos da Eco 92, O momento político-eleitoral do país (out.92), A crise atual da Universidade (outra vez), Ciência e Tecnologia - A Lei da Propriedade Industrial, Relação Universidade-Sociedade, Memória do Movimento sindical, entre outros. Resenhas, poesias, crônicas serão muito bem-vindas.*

A elaboração da revista tem contado com a participação efetiva dos autores que, além de escrever, providenciam ilustrações e "dão palpites" de diagramação, numa curtida produção coletiva.

Participe dessa aventura editorial enviando sua colaboração.

Calorosos cumprimentos aos que se empenharam por **Plural** nº 2, e a todos bons momentos de leitura.

Marco Aurélio Da Ros  
Presidente da APUFSC-SSind  
Gestão 90/92

Gestão - 90/92

**Presidente:**  
Marco Aurélio Da Ros

**Vice-Presidente:**  
Albertina Dutra Silva

**Secretaria-Geral:**  
Doroti Martins

**1ª Secretaria:**  
Maria Beatriz Shiozawa

**Tesoureiro Geral:**  
Paulo Pinheiro Machado

**1º Tesoureiro:**  
Nilton de Oliveira Cunha/Lineu  
Schneider

**Secretaria de Cultura:**  
Vera Lúcia Bazzo

**Secretaria de Esportes:**  
Iara Regina Damiani de Oliveira

**Comissão Editorial:**

Antônio D'Acâmpora  
Elisabeth Juchem Machado Leal  
Rita de Cássia Barbosa  
Vera Lúcia Bazzo (organizadora)  
Virginia Maria de Figueiredo e Silva  
Ewerton Vieira Machado  
Ary Minella

**Revisão:** Conselho Editorial

**Editor:** Oscar de Paula  
(MTb 20.240)

**Progr. visual e diagramação:**  
Marli Henicka e Oscar de Paula

**Capa:** Manoel C. Andrade  
(arquiteto)

Fotolitos, Impressão e  
Acabamento

**UNICA**  
ARTES GRÁFICAS

A Síntese de Qualidade

ÚNICA - Artes Gráficas  
Rua Fúlvio Aducci, 460 (Subsolo)  
Fone (0482) 44-0146  
Florianópolis - SC.

Correspondência:  
Associação de Professores da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina - Campus Universitário  
- Fax 34-2844 - Fone (0482) 34-  
2844 e 31 9425 /CEP 88040-900  
Florianópolis - SC

O material publicado é de  
responsabilidade de seus  
autores.

# SUMÁRIO

## GRAMSCI - 100 anos

<b>Gramsci: educação e hegemonia</b> <i>Leda Scheibe</i>	5
<b>O Pensamento vivo do marxista</b> <b>Antônio Gramsci</b> <i>Marli Auras</i>	6
<b>O lugar do “administrador” no conceito gramsciano de intelectual</b> <i>Erni J. Seibel</i>	8
<b>Gramsci e a Revolução que não houve</b> <i>Nilson Borges Filho</i>	10
<b>Gramsci e o Direito: Elementos para reflexão sobre novas Jurisdicidades</b> <i>Edmundo Lima de Arruda Jr.</i>	12
<b>Primeira aventura tradutória</b> <i>Ana Lice Brancher</i>	18
<b>Pensamento libertário e/ou anarquista: história e atualidade</b> <i>Jorge Silva e Maria Oly Pey</i>	21
<b>Educação: Estratégia de intervenção política e ideológica</b> <i>Maria Célia M. de Moraes</i>	25
<b>Florestan Fernandes - “Conservadores mutilam o projeto de educação Nacional”</b>	28
<b>A extensão integrada com o ensino e a pesquisa: a teoria e a prática</b> <i>Arno Blass e Clóvis Raimundo Maliska</i>	29
<b>Entrevista - Moysés Nussenzveig</b>	34
<b>Integração entre a Universidade e Estado</b> <i>Carlos Loch</i>	38
<b>Biodiversidade - ONG's e Direito Internacional</b> <i>Christian G. Caubet</i>	42
<b>As causas da Revolução Cubana : uma análise historiográfica</b> <i>Norberto Dallabrida</i>	52
<b>Acerca da modernidade da instituição universitária</b> <i>César Gonzalez Ochoa</i>	56
<b>Investimentos em Ciência e Tecnologia e mecanismos governamentais de apoio à pesquisa no Brasil</b> <i>Rogério F. Guerra</i>	64

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

Plural / APUFSC/SSIND. -- Ano 1, n. 1  
(jul./dez. 1991) - . -- Flória  
nópolis : APUFSC/SSIND, 1991-  
v. ; 30 cm.

Semestral.

ISSN 0103-9717.

I. Associação dos Professores da  
Universidade Federal de Santa Cata-  
rina.

***Aos colaboradores:***

**1.** A Revista Plural, uma publicação semestral da Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC-SSind, propõe-se a alimentar o embate de idéias, a troca de experiências, a exposição de divergências, as várias facetas da produção cultural, tendo ainda como meta viver em consonância com as questões nacionais e internacionais, constituindo-se em veículo de reflexão e atuação crítica sobre a atualidade. Nosso espaço está aberto para artigos, ensaios, comentários, depoimentos, polêmicas, contos, poesias, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, charges...

**2.** Os trabalhos enviados pelos colaboradores devem ser apresentados com original e uma cópia. Tratando-se de textos, devem ser datilografados em espaço duplo com observância de margens e sem emendas. Quem puder deve enviar disquete.

**3.** Os trabalhos não deverão ultrapassar, salvo exceções justificadas, 25 laudas. Deverão ser acompanhados das seguintes informações sobre o autor: nome completo, instituição a que está ligado, titulação, cargo que ocupa, últimas publicações (se houver), endereço e telefone.

**4.** Os trabalhos enviados serão examinados pela Comissão Editorial ou por consultores por ela indicados. Sua aceitação ou não será comunicada ao autor por correspondência.

**5.** Todo trabalho escrito será submetido a uma revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor, para que ele mesmo as faça.

**6.** O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente na cessão dos direitos autorais à Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - para uma edição. A Revista Plural não se obriga a devolver os originais dos trabalhos enviados.

***A Comissão Editorial***

Os trabalhos e os pedidos de assinatura de **Plural**, devem ser enviados para:

Associação de Professores da UFSC - APUFSC  
Campus Universitário - Trindade - CEP 88040-900  
Fax:(0482) 34 2844 Fone: (0482) 31 9425  
Florianópolis -SC



**Desejo fazer assinatura da revista Plural por:**

**( ) um ano ou 2 edições ( ) dois anos ou 4 edições**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

nº \_\_\_\_\_ apto \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura

Valor da assinatura: um ano (duas edições): **15.000,00** dois anos (4 edições): **30.000,00** (até 30/9/92)

Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

# Gramsci: educação e hegemonia

**A**ssim como outros cursos de Pós-graduação em Educação no Brasil, também o Mestrado da UFSC tem utilizado as reflexões de Antônio Gramsci para aprofundar a compreensão da questão educacional. Vários cursos e dissertações têm sido orientados pela sua contribuição e enriquecimento. Esta penetração da teoria gramsciana na área deve-se, em grande parte, à especial importância que deu Gramsci ao papel da educação e à inseparabilidade entre educação e política.

A preocupação política de Gramsci com a transformação social, com uma nova hegemonia capaz de superar a ordem elitista e antidemocrática estabelecida, colocou no centro das suas reflexões a preocupação com a socialização do conhecimento, daí a importância política da educação e da escolarização.

Ao apontar e acentuar a força da direção cultural no exercício da direção política e ao analisar as razões pelas quais as classes dominadas aceitam a concepção de mundo vinculada e defendida pela classe dominante, Gramsci contribuiu de forma substantiva para o entendimento do papel da escola e do professor no sentido da desarticulação da reprodução social dentro de uma ordem elitista. Embora seus escritos sejam anteriores aos dos autores conhecidos como "críticos reproduzitivistas"<sup>1</sup>, cuja denúncia marcou fortemente os estudos da área educacional brasileira a partir dos anos 70, mais do que estes autores Gramsci refletiu na sua obra a preocupação com a superação da reprodução.

Mesmo que não seja possível falar de uma "pedagogia gramsciana", é, sem dúvida, possível extrair dos escritos de Antônio Gramsci idéias que apresentam um interesse específico para a Pedagogia. Preocupado com a realidade política e, consequentemente, com a renovação política e cultural da sociedade italiana, o problema da educação representou para Gramsci fator essencial: buscou os princípios de uma pedagogia na perspectiva de criação de uma nova cultura, uma nova "socialização".

Contrapondo-se ao espontaneísmo e ao basismo, por entendê-los formas equivocadas de chegar ao socialismo, Gramsci enfatizou a necessidade da elevação cultural das massas e, para isso, a importância da educação, da função diretiva e organizadora da escola. O processo educativo é, para o autor, um processo social. Logo, um certo grau de coação coloca-se para Gramsci, após longas reflexões, como elemento necessário na vida social, não como autoritarismo, mas como resposta histórica, como um conformismo dinâmico, racional e social.

Este anti-espontaneísmo do autor relaciona-se com a sua idéia de cultura, sempre formulada em termos de organização, de disciplina do próprio eu interior. Para tanto, a necessidade do conformismo e da autoridade, mas de forma que a autoridade estabeleça a liberdade.

A preocupação com uma verdadeira democracia política sempre colocou, nas reflexões de Gramsci, o papel da escola. Propôs um sistema escolar dentro da linha de uma escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa, onde o trabalho, atividade através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, deve ser encarado enquanto catalizador do nexo escola-vida. Para isto, o autor frisou a necessidade de superar a dicotomia existente entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que só é possível através de uma orientação formativa e humanística que toma o trabalho humano como princípio educativo.

Resta ainda ressaltar a importância das reflexões de Gramsci para a conduta do educador, expressas, particularmente, nas "Cartas do Cárcere", quando se referia à educação dos próprios filhos e sobrinhos.

O desenvolvimento da autonomia, do homem capaz de pensar e dirigir, foi o eixo da discussão pedagógica de Gramsci. A unidade procurada no princípio educativo é a unidade entre a aquisição da capacidade de dirigir e da capacidade de produzir. A verdadeira pedagogia democrática há de fazer de cada cidadão um governante, escrevia Gramsci: há de fazer coincidir governantes e governados.

A concepção de Cultura como organização, o ideal de uma escola como associação de cultura e de controle moral recíproco, a denúncia do caráter discriminatório da escola, sua relação insuficiente com toda a vida social, ao lado de sua função hegemônica, são temas que afloram na obra de Gramsci e que fazem dele um autor que atraí os educadores.

Ressalto, assim, a importância da obra de Gramsci para o entendimento do papel da escola numa sociedade que precisa ser transformada. A compreensão de que a socialização do conhecimento é um fator gerador de contradições, e não só de reprodução, é básica e fundamental para o encaminhamento da proposta escolar.

**Plural.** Florianópolis, nº 2, p 05, jan/jun, 1992.

**Leda Scheibe - Doutora em Educação, Professora do Centro de Ciências da Educação da UFSC.**

*"Carissimo Delio,  
mi sento un po' stanco e non posso  
scriverti molto. Tu scrivimi sempre  
e di tutto ciò che ti interessa nella  
scuola. Io penso che la storia ti  
piace, come piaceva a me quando  
avevo la tua età, perché riguarda gli  
uomini viventi e tutto ciò che riguarda  
gli uomini, quanti più uomini è  
possibile, tutti gli uomini del mondo  
in quanto si uniscono tra loro in  
società e lavorano e lottano e  
migliorano se stessi, non può non  
piacerti più di ogni altra cosa. Ma è  
così? Ti abbraccio  
Antonio"*

**Reprodução**



Al figlio Giuliano, Gramsci ricorderà così la sua esperienza scolastica:

*"Il sistema di scuola che io ho seguito era molto arretrato; inoltre la quasi totalità dei miei condiscendenti non sapeva parlare l'italiano che molto male e stentatamente e ciò mi metteva in condizioni di superiorità, perché il maestro doveva tener conto della media degli allievi e il saper parlare correntemente l'italiano era già una circostanza che facilitava molte cose".*

1. Refiro-me aqui aos sociólogos franceses Bourdieu e Passeron, Althusser e Baudelot e Establet, cujas obras, particularmente na década de 60, denunciaram a função discriminadora e repressiva da escola.

# *O pensamento vivo do marxista Antônio Gramsci*



Marli Auras - Doutora em  
Filosofia da Educação  
Professora do Centro de  
Ciências da Educação  
da UFSC

**P**arece que pensar grande e moderno, hoje, a história, a filosofia e a política, implica, necessariamente, jogar uma pá de cal sobre os clássicos do materialismo histórico. Mais uma vez, a morte de Marx é anunciada aos quatro ventos, até mesmo naqueles ambientes tidos como dos mais arejados das universidades... No embalo desta onda, tem sido comum a substituição do estudo de obras densas, com vasto fôlego epistemológico, por textos menores, verdadeiros pré-textos elaborados por intelectuais de menor estatura.

No decorrer de 1991 - em pleno vigor do vaticínio do fim do socialismo - comemorou-se o centenário do nascimento de Antônio Gramsci, pensador marxista italiano, cuja contemporaneidade nos desafia à compreensão e à luta para o encaminhamento do movimento social na perspectiva histórica da construção da hegemonia dos subalternos.

Gramsci esteve mergulhado, incessantemente, no trabalho de organização e de fortalecimento do movimento popular, antenado às contradições de sua época. Foi interlocutor denso, fecundo e original das interpretações de mundo circulantes, tanto do ponto de vista da direita quanto o da hoste da própria esquerda. Revitalizou o pensamento marxista - que se encontrava esterilizado pela visão economicista então dominante - retomando-o epistemologicamente e explorando sua fundamental dimensão de historicidade. Neste sentido, é possível considerar Gramsci como um marxista ortodoxo, se entendermos, como quer Lukács, que o "marxismo ortodoxo não significa, (...), uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao 'método'"<sup>1</sup>

Perry Anderson, ao analisar as vicissitudes do "marxismo ocidental" (destacando Lukács, Korsch, Gramsci, representantes da Escola de Frankfurt, Sartre, Goldmann, Althusser, dentre outros), esmagado pela tragédia do fascismo e do stalinismo, cujo peso fez submergir o movimento operário europeu entre as duas guerras mundiais, afirma: "A consequência deste impasse seria o estudo silêncio do marxismo ocidental relativamente às áreas mais importantes

clássicas do materialismo histórico: exame das leis econômicas da evolução do capitalismo como modo de produção, análise da máquina política do Estado burguês, estratégia da luta de classes necessária para o derrubar. Gramsci é a única exceção a esta regra - e é este o grande sinal do seu enorme valor, o que lhe confere um lugar à parte relativamente às outras personalidades da sua tradição. É lógico que assim seja: só ele incorporou na sua pessoa uma unidade revolucionária da teoria e da prática, do tipo definido pela herança clássica. A experiência da insurreição operária italiana de 1919-20 e a experiência organizativa no seio do PCI de 1924 a 1926 foram sempre fontes inspiradoras do seu pensamento, durante a longa prisão que o isolou das consequências intelectuais da estalinização fora da Itália, enquanto o matava lentamente. (...) Após Gramsci, nunca outro marxista da Europa ocidental voltou a atingir a sua envergadura de realização teórica”<sup>2</sup>.

Quais são as questões gramscianas fundamentais? A resposta a esta pergunta explicaria a aparente hipertrofia da superestrutura no pensamento de Gramsci, resultado de sua preocupação em superar a cisão mecanicista entre estrutura e superestrutura<sup>3</sup>, sujeito e objeto, filosofia e história. Neste sentido, Gramsci, comprometido com a investigação do processo histórico de construção da hegemonia burguesa, recupera Marx para afirmar (a) que o pensamento pode se converter em força material, desde que ganhe a prática concreta dos homens e (b) que estes adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias<sup>4</sup>.

Tal entendimento implica estar atento ao poder das idéias, inventariar a visão de mundo do homem massa, descobrir suas matrizes, converter a opacidade/passividade do senso comum em pensamento crítico, desmontar as expressões da hegemonia burguesa e remontá-la a serviço dos subalternos. O pensamento gramsciano expressa a tensão dialética existente entre dominantes e dominados, sociedade civil e sociedade política, cultura erudita e cultura popular, cuja relação não é entendida como de simples oposição global, excluente, mas de articulação complexa e de condicionamento recíproco. “Gramsci pratica uma espécie de dialetização dos diferentes campos do saber, que faz explodir (...) as distinções em atividades fechadas, em instâncias chamadas aqui e ali ‘econômica’, ‘política’, ‘literária’, ‘cultural’”<sup>5</sup>.

A política, no pensamento gramsciano - sua defesa da dimensão gnoseológica da política<sup>6</sup> -, é entendida como categoria central unitária do operar humano e surge, em sua filosofia da práxis, fundamentalmente articulada ao conceito de hegemonia<sup>7</sup>. “O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio tórrido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade futil. Mas, o que é esta realidade futil? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se numa determinada força que se considere progressista, fortalecendo-a para levá-la ao triunfo, é sempre mover-se no terreno da realidade futil, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). (...) o ‘dever ser’ é concreção; mas ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é a história em ação e a filosofia em ação, é unicamente política”<sup>8</sup>.

Neste sentido, é fundamental a percepção de que a classe dominada é revolucionária sim, mas enquanto uma possibilidade a ser historicamente construída. Não há um “Deus oculto” na estrutura, a determinar, num belo dia, inexoravelmente, a irrupção pontual da revolução e o advento luminoso da sociedade socialista, com o consequente desaparecimento das velhas concepções de mundo...

A concepção gramsciana de hegemonia exige ação intencional, consciente, politicamente articulada. Não é possível a construção da hegemonia popular sem que se processe a luta pela superação do momento da passiva sujeição à necessidade, ou seja, sem a superação da sujeição à estrutura econômica. A superação deste momento econômico-corporativo ganha corpo quando a classe social interessada toma consciência da necessidade histórica da construção de sua autonomia e trabalha no sentido de realizá-la. Luta por imprimir seu próprio rumo ao movimento histórico. Luta pela elaboração de uma nova concepção de mundo. Articula-se, estabelece alianças, pois o exercício da hegemonia consiste na capacidade de se conquistar a adesão e o consenso de grupos sociais afins e de se neutralizar e isolar os grupos adversários, procurando limitar e dissolver sua eficácia hegemônica, isto é, sua força de persuasão sobre os homens. Isto implica capacidade política de interpretar, além dos seus próprios, também os interesses dos outros. Ou seja, compreender-se e compreender os demais. Levar em conta as forças adversas.

Valentino Gerratana, organizador da edição crítica dos *Cadernos do Cárcere* (1975), por ocasião dos eventos comemorativos dos 100 anos do nascimento de seu Autor, afirmou que “Gramsci se tornou mestre do pensamento em todos os continentes, onde quer que a idéia de revolução contra a ordem de coisas existentes se livra dos dogmas fáceis e dos sonhos evanescentes e se apresenta como construção paciente, ação tenaz e combativa, tentativa contínua que necessariamente se renova e se transforma. Assim, sua lição continua sobretudo lição de método, independentemente das diferentes sugestões que em variadas circunstâncias se extraíram dos conteúdos. Muitas vezes, de resto, o conteúdo não é mais do que o próprio método”<sup>9</sup>. *Plural*. Florianópolis, nº 2, p.06/07, jan/jun, 1992.

1. LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974. p.15.

2. ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976. p.61-62.

3. Para os mecanicistas, numa visão negadora das possibilidades do político, a superestrutura não tem vida, sendo um reflexo passivo da estrutura. Somente esta possui movimento.

4. GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 37. Ver também, do mesmo Autor, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 114.

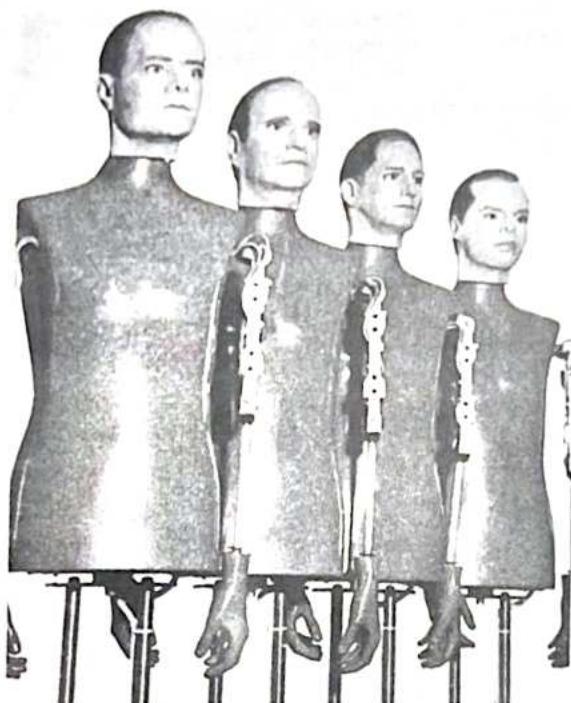
5. BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.23.

6. "... a política 'realiza' a filosofia, atribui-lhe seu conteúdo 'real'". É produtora de conhecimento. *Idem*, *ibidem*, p. 30. Ver, a respeito, sobretudo a 5<sup>a</sup> parte dessa obra.

7. Gramsci considerava que a luta contra o economicismo, “pode e deve ser conduzida desenvolvendo o conceito de hegemonia”, in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 38.

8. *Idem*, *ibidem*, p.43.

9. GERRATANA, Valentino “A reforma gramsciana da política”, in *Revista Presença*, nº 17, nov. 1991/mar. 1992, Rio de Janeiro, p.60-61.



# O lugar do “administrador” no conceito gramsciano de intelectual

Prof. Erni J. Seibel - professor do Departamento de Ciências de Administração e do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. “O aparelho de hegemonia não repousa primeiramente nos ‘profissionais’ da política e da ideologia: a hegemonia nasce na fábrica e não necessita de tantos intermediários políticos e ideológicos”. (GRAMSCI, A. - Caderno I. In: BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.116).

2. “Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção” (GRAMSCI, 1978, p.382). - Essa racionalidade “(...) modela não apenas o trabalho, mas também populações, porque a longo prazo cria aquela massa de trabalho simples que é o aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos” (BRAVERMAN, 1977, p.80).

3. “Nas fábricas: trata-se de ‘controlar’ a vida privada, o desprendimento de energia nervosa através de uma reafirmação das ideologias puritanas que se tornam sustentáculos do rendimento econômico.” BUCI-GLUCKSMANN (1980, p.118).

4. POULANTZAS (1985, p.73) afirma que a estrutura capitalista das relações de produção e do processo de trabalho induzem um quadro material referencial, denominado matrizes espaciais e temporais (taylorismo) que são os pressupostos da divisão social capitalista do trabalho. A materialidade institucional do Estado escora-se justamente neste material referencial: “O Estado (...) é fator constitutivo da organização da divisão social do trabalho, produzindo permanentemente fracionamento-individualização social”.

5. “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico,

**A** contribuição que se pretende dar a este debate é uma interpretação do profissional da Administração a partir do conceito de “intelectual” em GRAMSCI. Pretendemos trazer elementos para uma reflexão sobre o Administrador, a partir das seguintes questões: a) a origem da função do Administrador; e b) o caráter político de sua função.

A função do Administrador desenvolve-se e passa a ter um caráter formal a partir do Taylorismo. O Taylorismo amplia o processo de divisão do trabalho na fábrica separando no plano da produção o trabalho intelectual do trabalho manual, engendrando, consequentemente, o surgimento da *gerência científica* que assume a função de conceber, organizar e controlar o processo de divisão do trabalho. A integração do trabalhador ao capital dar-se-á a partir de formas de consenso econômico e ideológicas.

O movimento taylorista acoplado ao fordismo constitui a expressão de uma nova racionalidade que estrutura o processo produtivo. Essa racionalidade é pertinente ao surgimento das grandes fábricas nas áreas urbanas que substitui a unidade familiar industrial como unidade principal de produção. Significa a organização de novas relações sociais de produção, transformando a fábrica que se torna o “locus” principal de construção da hegemonia<sup>1</sup>, em outras palavras, o aparelho econômico de hegemonia.

Esta nova racionalidade vem acompanhada de um *sistema crescente de limitações ideológicas e morais*<sup>2</sup>, que pressupõe um conjunto de novos métodos e exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (sistema muscular-nervoso), um reforçamento da “família” em sentido amplo, a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais (formas de puritanismo).<sup>3</sup>

A construção dessa hegemonia a partir da fábrica privilegia o Administrador como intelectual particular e gerado neste próprio processo. À medida que as organizações se tornam complexas, ampliam-se suas funções da esfera da produção para outras esferas (recursos humanos, finanças, marketing, relações públicas, etc). Ele se torna portador de técnicas particulares de gestão das organizações (particularmente técnicas de processo decisório e planejamento e treinamento técnico e disciplinamento comportamental da força de trabalho).

A expansão do capital em sua fase monopolista, a ampliação do Estado com o consequente fortalecimento do Executivo, desenvolve uma relação bem mais imbricada entre setores (principalmente monopolistas) do capital e o Estado. Esta imbricação se traduz no fato de que a mesma racionalidade taylorista se expande no aparato do Estado, criando um espaço comum (uma mesma racionalidade)<sup>4</sup> entre capital e Estado. A organização deste espaço comum cabe a intelectuais específicos (particularmente o Administrador e o Economista) que, segundo GRAMSCI organizam os interesses do capital e dão homogeneidade à organização das classes dominantes<sup>5</sup>.

Este intelectual é denominado por GRAMSCI “intelectual moderno”.

Outra questão importante é o papel político do Administrador. Esta se desdobra em dois aspectos, quais sejam: a) a natureza da sua condição de “intelectual moderno”, b) os níveis de vínculos que os Administradores estabelecem com as classes sociais, particularmente ao nível da produção.

GRAMSCI diferencia o “intelectual moderno” do “intelectual tradicional” pela função político-social que este exerce, isto é, a mediação profissional entre a massa camponesa e a

administração estatal e local.

O “intelectual moderno” que surge em função do desenvolvimento capitalista exerce também um vínculo entre a massa operária e a classe capitalista. Esse vínculo tem, no entanto, um caráter diferente daquele exercido pelo “intelectual tradicional”. A função política de organizador do consenso, própria dos “intelectuais rurais” e dos “grandes intelectuais”, verdadeiros *agentes* da classe dominante, não se reproduz sob a mesma forma para os “intelectuais urbanos”. Neste caso, o vínculo entre a classe operária e o Estado depende da ação de organizações sindicais e dos partidos políticos e não da formação de uma camada intelectual inteiramente nova. Mais diretamente vinculados à produção, os intelectuais urbanos não se colocam como “organizadores ideológicos da classe dominante”. Isto não implica na negação de seu vínculo orgânico com a mesma.

Neste sentido, os “intelectuais modernos” são definidos como “intelectuais” que exercem funções subalternas a fim de garantir a hegemonia social e política da burguesia<sup>6</sup>. Isto é, como “organizadores da hegemonia”.

O Administrador no papel de representante do proprietário do capital assume consequentemente as funções daí advindas. Estas são funções não somente de caráter técnico-administrativo, como também funções de caráter coletivo, de organizador de interesses, portanto, funções políticas<sup>7</sup>.

GRAMSCI (1989, p.4) salientava que o empresário (a elite, pelo menos) deveria ter capacidade de organizar a sociedade em todo o seu complexo mecanismo de serviços, inclusive o estatal, tendo como objetivo criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe. Caso não sejam eles próprios os intelectuais, devem ter a capacidade de escolher seus prepostos (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica.

A função política do Administrador enquanto intelectual moderno remete aos vínculos que os Administradores estabelecem com as classes sociais ao nível da produção<sup>8</sup>.

A complexização e o agigantamento das organizações engendraram a formação de massas de especialistas, onde o Administrador (principalmente o técnico) também se inclui. Esta condição<sup>9</sup>, ao mesmo tempo que cria um verdadeiro “estado-maior industrial” gera também contradições e formas de consciência política diferentes daquela dos “intelectuais-porta-vozes das classes dirigentes”<sup>10</sup>.

Neste sentido, definem-se dois níveis de vínculo do Administrador (portador de uma competência específica). Uma primeira é a do Administrador que além de funções técnicas assume funções ou cargos que lhe são delegados<sup>11</sup>. Isso pressupõe um grau de confiança ideológica, além da competência. Existe aí portanto, uma identidade ideológica do Administrador com os proprietários do capital, o que vai especificar seus “vínculos orgânicos” com a burguesia. Por outro lado existe a tendência à formação de um outro nível de vínculo do Administrador, entre aquele que exerce essencialmente funções técnicas e o produtor. A condição acima citada induz o Administrador a desvincular-se de uma relação de confiança individual com o proprietário do capital, assim como leva à uma banalização de sua função<sup>12</sup>. A defesa de seus interesses não se dá mais somente através de lutas individuais, mas também por vínculos com outras categorias, particularmente com o produtor<sup>13</sup>. A consciência de que sua atividade técnica (desde que não disciplinar) também faz parte das funções da produção, pode definir no Administrador (técnico) “vínculos orgânicos” com os trabalhadores.

É o vínculo do técnico da fábrica que poderá permitir o surgimento de um “novo intelectualismo”, segundo GRAMSCI, isto é, a criação dos “intelectuais orgânicos do proletariado: “esse intelectual novo como ‘especialista + política’ passa da técnica-trabalho à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual segue sendo um especialista, sem tornar-se um dirigente”.

Para GRAMSCI (1989), este “intelectual” diferencia-se do “profissional da política e do ideológico”, orador puro, sujeito a afetos e paixões. Ele se constitui: “no construtor, organizador, “persuador permanente”, (...) um “dirigente” (especialista + político).<sup>14</sup>

A condição, portanto para o surgimento de um “novo intelectualismo” e seu agente principal, o “intelectual moderno”, está vinculada em GRAMSCI à condição da superação da condição da técnica-trabalho à técnica-ciência, portanto à formação humanista do técnico. Em outras palavras, somente a junção da condição do especialista com a condição de político, será possível a formação do dirigente, de um novo tipo de “intelectual orgânico”.

O caráter “orgânico” do Administrador enquanto intelectual tem como condição alguns fatores, quais sejam: a posição que ele assume na estrutura da organização (delegada ou não); a massificação da sua função; o caráter político da função do Administrador está vinculado à ampliação da condição de mero especialista, complementando com a formação humanista (política), o que lhe dá capacidade de direção e portanto, de exercer “vínculos orgânicos” com as classes sociais da produção.

Plural. Florianópolis, nº 2, p.08/09, jan/jun, 1992.

empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito.” (GRAMSCI, 1989, p.3-4).

6. POULANTZAS (1985, p.269) denomina “estalismo autoritário” a forma que o Estado vem assumindo, onde o Executivo passa a ter um papel preponderante em relação ao Legislativo: “O estalismo autoritário deixa pouca escolha aos partidos: ou devem subordinar-se à administração do Estado, ou devem renunciar a ter acesso a ela”.

7. “...deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua fábrica e dos compradores de sua mercadoria etc.” (GRAMSCI, 1989, p.4).

8. “...de acordo com a metodologia gramsciana, a relação dos intelectuais com a política depende de sua posição nas relações sociais” (BUKI-GLUCKSMANN, 1990, p.54).

9. “...padronização dos indivíduos, concorrência entre profissões, superprodução escolar, emigração, desemprego, constituição de sindicatos” (BUKI-GLUCKSMANN, 1980, p.55).

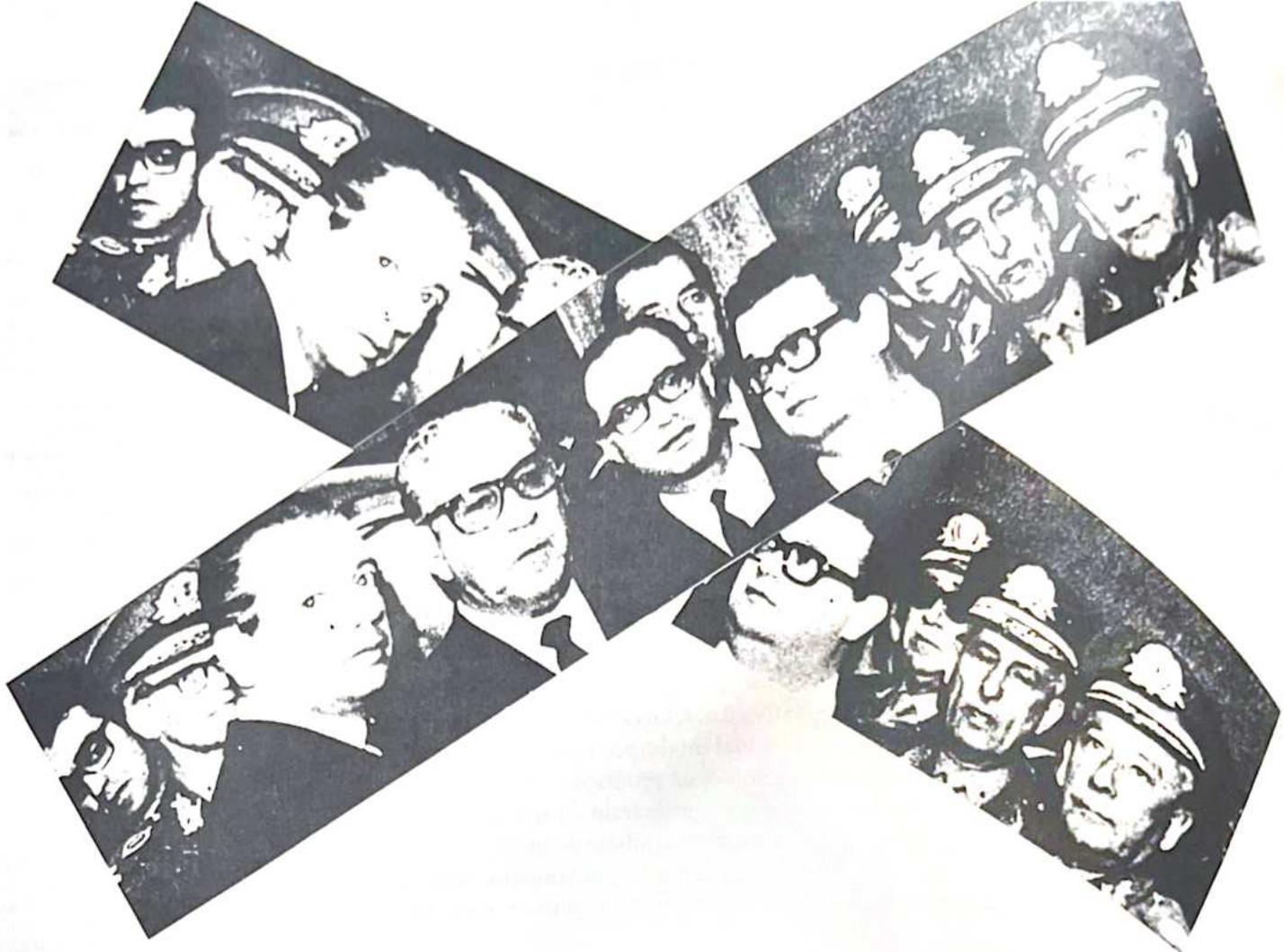
10. Embora GRAMSCI (1989, p.11) tenha feito uma classificação da posição diversa dos intelectuais urbanos e rurais, esta classificação altera-se hoje em função da complexização da superestrutura e do papel político do Executivo. Ao mesmo tempo GRAMSCI (1989, p.12) compara a função do intelectual urbano à dos oficiais subalternos no exército. Apesar de não possuírem iniciativa autônoma na elaboração dos planos, articulam a massa com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Uma característica da média desses intelectuais é a sua estandardização e o fato de que cada vez mais os altos intelectuais urbanos confundirem-se com o autêntico estado-maior industrial.

11. “Segundo a análise de GRAMSCI, o administrador delegado, o diretor-geral de uma empresa, os generais, o chefe espiritual de uma escola pública devem ser considerados como os mais puros representantes da burguesia. Mas não os outros: a maioria.” In: BUKI-GLUCKSMANN, 1980, p.52.

12. “Digamos que sua posição no interior desses aparelhos torna-se contraditória com seu ser social. A experiência da desqualificação, do desemprego, a perspectiva de um desenvolvimento possível das ciências e das técnicas liberadas das finalidades do lucro, abre uma brecha ideológico-política no lugar que a burguesia monopolista lhes atribui, no seio da reprodução de seu sistema de dominação.” (BUKI-GLUCKSMANN, 1980, p.56).

13. “...Também o técnico se vê reduzido a ser um produtor, ligado ao capitalista por simples e brutais condições de explorador para explorado” (GRAMSCI, E.P., p.312). In: BUKI-GLUCKSMANN, 1980, p.105.

14. GRAMSCI, (1989, p.8).



# GRAMSCI E A REVOLUÇÃO QUE NÃO HOUVE

*Nilson Borges Filho - Doutor em Direito  
Professor do Centro de Ciências Jurídicas - UFSC*

O ano de 1991 ficou marcado por muitos fatos determinantes para a cultura política universal. Mas 1991 também merece destaque pelo centenário de nascimento de Antonio Gramsci, em 22 de janeiro de 1891, na Itália (Ales, província de Cagliari), fato que não se restringe somente à cultura italiana. Ironicamente, foi em 1991 que ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista Italiano (Gramsci foi um dos fundadores), que decidiu pela dissolução desta agremiação política e a formação do Partido Democrático da Esquerda. Foi ainda em 1991 que se consolidou o desmantelamento dos regimes de socialismo real do Leste europeu. Além de toda uma discussão a respeito da postura de Palmiro Togliatti, com referência ao teor de uma carta endereçada a Stalin.

Foi neste clima de fatos e eventos, aparentemente paradoxais, que se comemorou o centenário “deste clássico do pensamento político, fadado a ser continuamente lido criticamente, é claro em especial para quem não se resigna a considerar este mundo conformado pela lógica do capital como o melhor dos mundos ou mesmo, infelizmente, o único possível”<sup>1</sup>.

Embora Antonio Gramsci seja considerado um dos mais expressivos teóricos políticos deste século, a crítica mais frequente a ele remetida é a de não ser considerado um pensador universal, isto é, que sua fundamentação teórica se esgota nos limites da Itália. Convém salientar, contudo, que esta não é a opinião geral, mormente entre alguns autores brasileiros como Carlos Nelson Coutinho, que concorda com a constatação “histórico-universal” de Umberto Cerroni quando este diz que, “considerando atentamente a dramática evolução da teoria política do socialismo no século XX, é forçoso reconhecer que somente com Antonio Gramsci essa teoria alcançou uma elaboração suficientemente articulada, capaz de competir com a teoria política oficial”<sup>2</sup>. Ou,

segundo Pedro Celso Ulchôa Cavalcanti e Paolo Piccone, para quem “a universalidade de Antonio Gramsci reside na riqueza de seu pensamento, na amplitude de sua visão, na sua perspicácia analítica, na maneira como encarava as questões da criação de uma nova sociedade. Uma universalidade que é rica porque Gramsci nunca saiu do concreto, nunca fugiu da confrontação com as condições históricas particulares do seu tempo, e é daí que suas reflexões adquirem dimensão universal já que não são meramente abstratas”<sup>3</sup>.

Uma das provas a favor de Gramsci e contra aqueles que o acusam de provincialismo e falta de universalidade do seu pensamento, constata-se pela aplicação de algumas de suas teses à realidade (Gramsci falou sobre o Brasil uma única vez), principalmente quando se quer entender determinados acontecimentos recentes e dramáticos da vida política do Brasil, como, por exemplo, o golpe militar de 64 ou “o movimento revolucionário de 64”, como preferem os seus dirigentes.

Não são poucos os modelos interpretativos que tentam explicar a ruptura constitucional ocorrida em 31 de março de 1964 no Brasil, quando uma aliança de classes, sob a hegemonia do braço armado do Estado, derrubou o governo de João Goulart e instalou no seu posto um general-presidente. Porém, a partir de Gramsci, pode-se oferecer uma outra interpretação do caráter da “revolução brasileira”.

É com base numa aliança de classes, representada pelos intelectuais orgânicos de interesses econômicos associados e instalados no complexo político-militar IPES/IBAD<sup>4</sup>, mais ou menos aquilo que Gramsci chamaria de uma elite entre eles que tinha a capacidade de ser organizadores de seus interesses e da sociedade<sup>5</sup>, que se deu início à fase mais genuinamente política “da revolução de 64” e que marca a passagem decisiva dos interesses econômicos da estrutura para o desenvolvimento de uma ideologia previamente articulada na esfera da superestrutura. Essa aliança de classes, de grandes latifundiários com o moderno capital estrangeiro e nacional, cujos interesses de classe conseguiram cooptar os setores médios da sociedade (inclusive os militares), mediante a utilização, dentre outros, do medo como fenômeno político (o comunismo pagão e totalitário), deu as condições ideais para o momento catártico, ou seja, aquele momento em que, segundo Gramsci, “indica a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”<sup>6</sup>.

Assim, a “revolução de 64” nada mais foi do que a noção gramsciana de revolução passiva, que vem a ser a tomada do poder pela burguesia com a colaboração dos setores médios da sociedade e a exclusão das camadas subalternas.

O conceito de revolução passiva em Gramsci indica um processo de revolução pelo alto, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir de baixo. Por outro lado, faz-se mister assinalar, no entender ainda de Gramsci, que a revolução passiva se dá em dois momentos: o da restauração, que nada mais é do que uma reação à possibilidade de uma revolução popular de baixo para cima e o da renovação, quando demandas populares são colocadas em prática pela classe dominante. Para Gramsci, a revolução passiva na Itália se manifestou da seguinte forma: “o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversão esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante restaurações que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo: trata-se, portanto, de restaurações progressistas, ou revoluções-restaurações, ou ainda revolução passiva”.

Da análise que se faz do golpe militar de 64, pode-se constatar que o Brasil viveu esses dois momentos citados por Gramsci: seja no sentido da restauração, quando as forças golpistas reagiram à possibilidade de uma transformação radical e efetiva das reformas de base de João Goulart; seja no da renovação, quando o regime instalado conseguiu conquistar um significativo grau de consenso das camadas médias, assimilando suas demandas e colocando-as em prática, principalmente no período compreendido por aquilo que ficou conhecido como “o milagre brasileiro”. Na visão de Carlos Nelson Coutinho, o regime militar-tecnocrático conseguiu isso “precisamente na medida em que se fez protagonista dessa obra de modernização, ainda que se tenha tratado de uma modernização que, ao mesmo tempo, conservou e reproduziu elementos de atraso. Ou seja: obteve consenso na medida em que assimilou e deu resposta a algumas demandas dos grupos sociais derrotados em 1964”<sup>8</sup>.

Contudo, a análise interpretativa que se faz de uma determinada matriz teórica gramsciana (como é o caso), não pode ser tomada isoladamente, sem considerar outros elementos que implicam no entendimento do conjunto da sua tese nuclear do bloco histórico. Isto é, à medida em que se estabelece o caráter interpretativo da “revolução de 64” como uma forma de revolução passiva, não se pode desprezar, sob pena de se cair no reducionismo científico, outros padrões teóricos de Antonio Gramsci (intelectuais orgânicos, classes, frações de classe, aparelhos privados de hegemonia e etc.), que sem dúvida servem para avançar na aplicabilidade de suas teorias e para demonstrar a universalidade da obra gramsciana.

## Notas

1. HENRIQUES, Luiz Sergio. *Do PCI ao PDS: incertezas de um novo início*. Presença 17, nov. 1991/mar. 1992, p.42.

2. CERRONI, Umberto. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. L&PM, 1981 p.12.

3. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e PICCONE, Paolo. *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d, p.11.

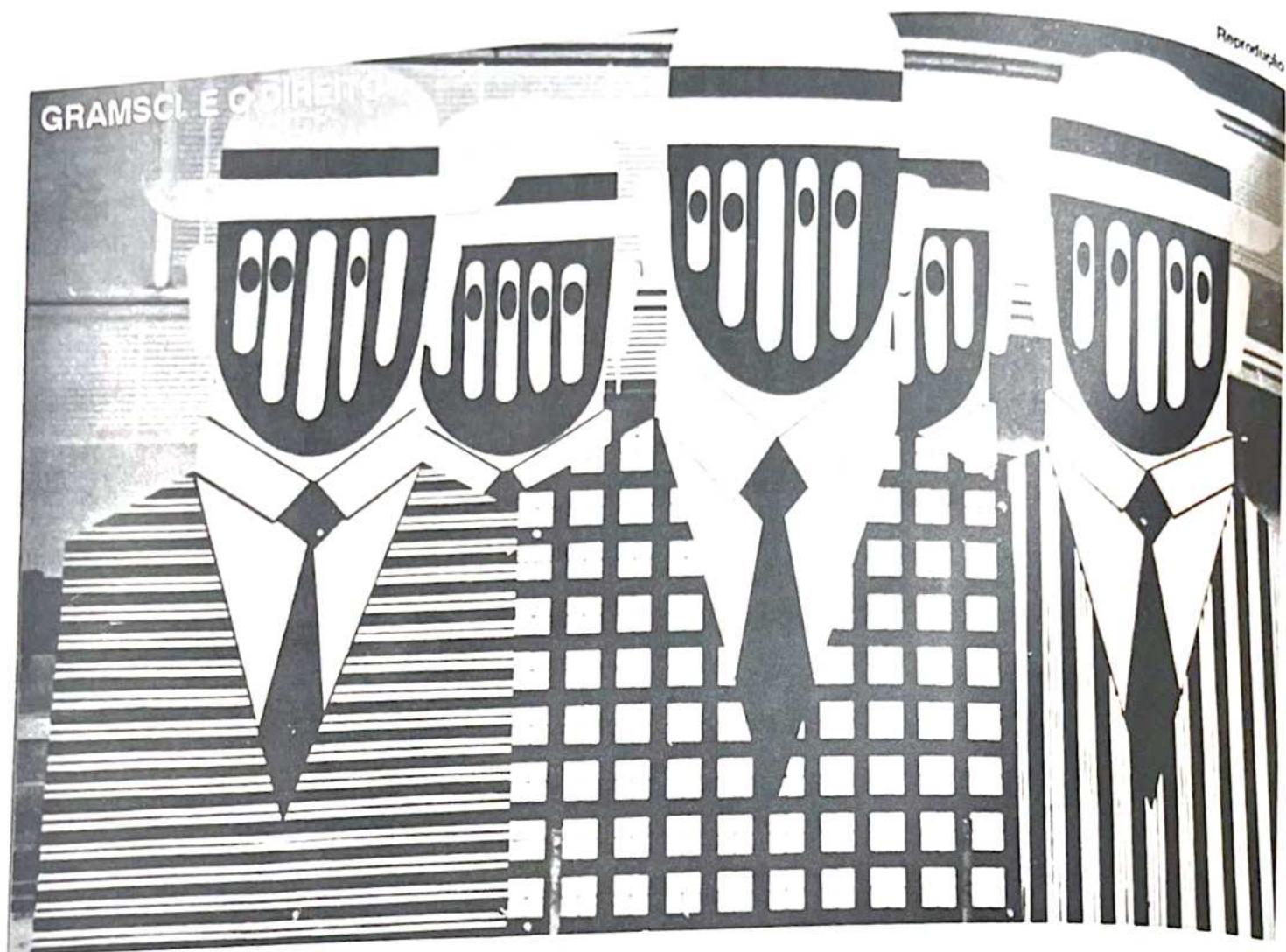
4. Sobre o assunto ver DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

5. GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

6. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.53.

7. COUTINHO, Carlos Nelson. Op. cit. p.124.

8. Ibid., p. 124 e 125.



# *Elementos para reflexões sobre novas jurisdic平dades*

**Edmundo Lima de Arruda Jr**  
Professor de Direito da  
Universidade Federal de  
Santa Catarina (Cursos de  
Graduação e Pós-Graduação)

Texto preparado para  
exposição oral no painel  
"Gramsci na UFSC",  
realizado em 17.12.91,  
Florianópolis

*"Porque si algún pensamiento,  
formalmente, pretende evitar  
o dogmatismo, ese es el  
pensamiento de Gramsci."*  
(Hobsbawm)

**G**ramsci está atualíssimo. Para cada três teses acadêmico-educacionais uma faz referência ao pensador sardo (1891-1937).<sup>1</sup> Ele “provocou”, pela riqueza e complexidade de suas idéias, fecundos diálogos entre várias áreas das ciências humanas. Mas Gramsci está na moda também fora da academia, sendo reivindicado intensamente (mais por “apelo de autoridade”,<sup>2</sup> que por apropriação refletida) no espaço político-partidário<sup>3</sup>. Já se pode, sem exagero, indicar a obra gramsciana como clássica na teoria política.

Com efeito, se todo “universal” admite mais de uma leitura, parodiando Sartre, quando este se refere aos clássicos, Gramsci é dotado de universalidade teórica<sup>4</sup>. A rigor, se Gramsci admite muitas interpretações no campo das esquerdas, enriquecedoras e empobrecedoras, pois são muitas as “leituras de ocasião”<sup>5</sup> e se algumas delas beiram o ecumenismo de consequências exegéticas dogmáticas<sup>6</sup>; e, finalmente, se também ocorre com Gramsci o que acontece com relação ao pensamento de Marx, cuja teoria sofre “apropriação” do pensamento político conservador, tais constatações somente indicam a necessidade de ler Gramsci. Excluí-lo das ciências humanas indica ou ignorância ou má fé, condutas inaceitáveis no plano do embate de idéias, mormente nas academias.

Também o fato de Gramsci dever sofrer o impacto do acerto de contas com o Marx<sup>7</sup> que a débâcle dos “socialismos reais” exige, não o debilita, mas o torna mais contemporâneo. Talvez agora o marxismo, enquanto legado da cultura ocidental, tenha maior potencial após a morte dos “socialismos reais”<sup>8</sup>. É chegado o tempo de relativização e tolerância dentro do marxismo, discutindo-se o que está vivo e morto em Marx<sup>9</sup>. Também “não nos devemos iludir quanto às limitações do grande teórico italiano”<sup>10</sup>. O que parece certo é que se trata de um autor privilegiado para a crítica social. Sua categoria da modernidade está ligada à liberdade, projetando-se “muito além da sombra do “capitalismo”<sup>11</sup>. Não está esgotada sua contribuição, ao menos para os que não se embasbacam com uma certa leitura “pós-moderna”, de forma acrítica, desconsiderando-se a situação da “periferia” na ordem capitalista mundial, para a qual o projeto de modernidade ainda está a desafiar sua real implementação<sup>12</sup>.

Neste texto busca-se, precisamente: 1. Resgatar uma leitura preliminar de Gramsci, a partir de alguns de seus conceitos gerais básicos, refletindo-os à luz da compreensão da formação social brasileira considerada “sociedade moderna”; 2. Esboçar alguns elementos introdutórios para melhor entender o lugar da instância jurídica, e dentro dela, o lugar dos operadores jurídicos, compreendidos enquanto intelectuais, no processo de construção das bases de juridicidade (direito alternativo e uso alternativo do direito, como veremos) tanto para a ruptura com o *status quo* como para a realização de um *devir* (sentido utópico): a nova sociedade, democrática, socialista. Do nosso ponto de vista, o aporte teórico-político proposto por Gramsci, objeto de intensa hermenêutica, ultrapassa Gramsci, ele mesmo. Em outras palavras, a obra gramsciana sujeita-se, com o passar do tempo, ao processo dialético (superação/conservação).

Meio século após sua morte, Gramsci é relido, contextualizado, negado/renovado. Quanto às ambiguidades, aproveitamos Goethe quando nos diz que elas são justamente típicas dos períodos estruturalmente ambíguos e que a ambiguidade revela o sinal de obras com dinâmica e com futuro.

Desta forma, pouco importa discutir se Gramsci era ou não marxista, ou historicista<sup>13</sup>, discussão que nos parece estéril. Também não parece ser o nó górdio do pensamento gramsciano saber se no fundo de sua concepção não está um Lenin disfarçado, não sendo a “guerra de posição” nada menos do que uma tática para a estratégia da “guerra de movimento”, e não é gratuita a expressão um pouco corrente “Gramsci, o Lenin do Ocidente”<sup>14</sup>. O que nos parece fundamental é indagar sobre a estratégia geral de câmbio social concebida por Gramsci, aceitando-a enquanto processualidade dentro da qual a instância jurídica, aqui definida como conjunto de operadores jurídicos e Instituições Jurídico-Políticas, tem papel não negligenciável nas lutas construtivas de democracia e de transição ao socialismo, enquanto co-constituinte de relações socio-culturais umbilicalmente articuladas com a questão da explicitação de cidadania, sinônimo de democracia ou da não democracia (barbárie).

Alguns pressupostos para a nossa reflexão sobre Gramsci e Direito:

1. O terreno da cultura constitui-se como locus privilegiado para o pensamento, deflagração de ações para o controle e/ou negação de qualquer poder estabelecido, seja ele exercido em nome de projeto democrático ou autoritário;
2. Gramsci está atual tanto para a crítica do Estado capitalista, bem como para analisar as rápidas mudanças nos “socialismos estatizantes”<sup>15</sup> do leste europeu (razões da erosão dos

**“Assim sendo se guerra de posições significa busca de hegemonia e, se esta significa, para Gramsci, contra-hegemonia, então a luta por novas superestruturas político-jurídicas é uma condição para uma nova sociedade.”**

liames sociais), tornando universalizados vários conceitos, entre os quais os de "hegemonia" e o de "crise orgânica", entre muitos outros, férteis no plano heurístico.

Hoje parecem pouco sustentáveis as teses jacobinas/sorelianistas de Lenin e Stalin para a conquista/manutenção do poder. A "tomada do palácio de inverno", operação militar, a violência justificada pelo conceito de "guerra de movimentos", se compreendida a especificidade da Rússia tsarista (miséria generalizada, prostituição moral e espiritual), ao mesmo tempo que não conduziu, no plano político, à democracia, não parece, no plano teórico, hipótese plausível para as sociedades modernas, "ocidentais", marcadas pela complexidade das relações sócio-culturais enraizadas nas práticas dos grupos sociais (verdadeiras "casamatas da sociedade civil"). Se tal característica é típica, originariamente, das formações de capitalismo central, também tem alcance teórico para as sociedades dependentes e periféricas, que não são, em absoluto, "dominadas" pelo tradicional, sociedades arcaicas, atrasadas, portanto, do tipo "oriental" clássico, mais propícias à estratégia da tomada do poder pela força, construindo-se, *a posteriori*, a sociedade civil. Ao contrário, como nos demonstra de forma clara o maior dos estudiosos de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, malgrado os "enclaves" do tradicional, do arcaico, o Brasil, e de resto, a América Latina, apresentam a dominância do moderno<sup>16</sup>, podendo ser consideradas dentro do tipo de sociedades "ocidentais".

O corolário é a assunção da superação da dicotomia reforma/revolução, passando-se a ter sentido a expressão, dantes inaceitável, "reformismo-revolucionário"<sup>17</sup>. A herança da III Internacional; a intolerância para com teóricos "reformistas" (como Kautsky e Bernstein); o desprezo para com os "socialistas utópicos"; a visão partidária e sindical militarizada de Lenin, exacerbada com o terror de Stalin, o determinismo naturalista encontrado no próprio Marx (com a reconhecida falta de perspectiva antropológica)<sup>18</sup>; a própria visão restrita que este tinha de democracia (burguesa-representativa), entre outros fatores ajudaram a tornar excluidentes os termos do binômio supracitado.

Carlos Nelson Coutinho cunhou a corajosa expressão "reformismo-revolucionário"<sup>19</sup> para designar o caráter processual da estratégia revolucionária. Tal processualidade reporta-se à categoria de totalidade, nitidamente superior a conceitos de fragilidade teórica evidente como os de "superestrutura e infraestrutura", desgastados, principalmente, com as análises estruturalistas de Althusser e seguidores. Ainda que esteja válido um dos conceitos nucleares de Gramsci, o de "bloco histórico", "elo" entre aqueles níveis da metáfora do edifício social, passa-se também a considerar, no interior da "superestrutura", os espaços na "sociedade política".

Há grande parte de razão em algumas conclusões da análise "pós-moderna" (à qual não nos filiamos por várias razões)<sup>20</sup> em afirmar a perda de sentido (relativa, acrescento) das "polarizações dicotômicas" presentes no projeto de modernidade (esgotado para os pós-modernistas, inacabado, como para Habermas)<sup>21</sup>, presentes como "princípios organizativos" nas várias rationalidades que informam a modernidade<sup>22</sup>. Todavia, a expressão reformismo-revolucionário (que abandona a "lógica dicotômica") é extremamente oportuna e rica para a artesania dos canais institucionais de mediação social, base e expressão de democracia, visualizada enquanto método e projeto - projeto-sim e não projeto-meio.

Desta forma, aceita-se como válida a teoria do conflito de Gramsci no que tange à estratégia revolucionária, qual seja: a "guerra de posição" em busca de ampliação de espaços hegemônicos, em direção a um projeto social com outras bases hegemônicas que não a reinante, objetivando obter a direção da sociedade antes de deter o poder do Estado (dominação do poder político).

Ocorre que tal estratégia é complexa compreendendo uma teia de mediações no processo de articulação/artesania nas lutas políticas em vários "fronts" culturais, envolvendo trabalhadores diferenciados (urbano-industriais, rurais, "dos serviços", trabalhadores diretos/indiretos, etc). Tal estratégia deve ser aprofundada do particular para o geral, do interior de dado grupo sócio-profissional à amarração de suas pautas de luta a projeto político mais amplo. Nesse sentido tem razão certo autor ao afirmar que: "A construção da hegemonia - por parte de uma força política que tem evidentemente raízes na estrutura de classes, mas não se move no terreno do conflito fundamental entre as classes e sim naquele morfológico dos conflitos entre os diferentes grupos"<sup>23</sup>.

Partimos da tipologia dos intelectuais proposta por Gramsci, pois evita um erro comum que é a busca de compreensão e diferenciação de intelectuais na condição intrínseca da intelectualidade. A escolha de Gramsci é pela identificação funcional dos intelectuais. Todos

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Cf. TAVARES DE JESUS, Antonio. *Educação e Hegemonia*. São Paulo: Corfez Editora, Editora da Unicamp, 1989, p.14.

2. Cf. ANDERSON, Perry. *As Antinomias de Gramsci*. São Paulo: Juruê, 1986, p.07.

3. A começar pelo antigo Partido Comunista Italiano (PCI), em cujo seio originário do pensamento gramsciano cresceu a influência gramsciana, estando suas idéias presentes nos grandes debates no interior do partido, do "compromisso" de Berlinguer à própria discussão pós queda do muro de Berlim e abandono da sigla tradicional com Ochetto. No Brasil as idéias de Gramsci estão presentes em quase todos os partidos de esquerda. O maior seguidor de Gramsci no Brasil, Antonio Carlos Nelson Coutinho, militou décadas no PCB e é hoje quadro do PT. Há influência também de Gramsci no PSB, PPS, e mesmo no PC do B. Talvez pelo fato de ser o pensamento de Gramsci marcado pela busca de um resgate do lado ativo do pensamento. Sobre, consultar PINÔN Francisco. *Gramsci: Prolegómenos, Filosofia y Política*. México: Plaza Y Valdes Editores, 1989. p.7-22.

4. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *O pensamento político de Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989. p.45-48.

5. Cf. SADER, Emir. Prefácio de Gramsci. *Poder, Política e Partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.10.

6. Cf. ANDERSON, Perry. Ob. Cit., p.07.

7. Não se trata de buscar culpados ou verdadeiros bodes expiatórios, como é o caso de Stalin... A crítica à Terceira Internacional é importante, mas as concepções de

os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham a função de intelectuais. Importa visualizar os intelectuais como grupo autônomo e independente, ou cada grupo social com seus intelectuais especializados. Importa também afastar uma compreensão mecanicista da função social dos intelectuais. Ela é complexa e conflitiva, pois os intelectuais arvoram-se autônomos nas suas atividades técnicas e sociais<sup>24</sup>.

Pois bem, os operadores jurídicos, magistrados, advogados, procuradores, auditores, fiscais, promotores de justiça, assistentes jurídicos, o pessoal da administração da justiça, todos, podem ser pensados como intelectuais no sentido gramsciano. Admitida que a

estratégia política nos moldes althusserianos (para quem as lutas dos trabalhadores prescindem do campo da sociedade política - Estado) é por demais limitada, temos, a partir de Gramsci (relido por Poulantzas, como veremos) precisamente a partir de uma de suas definições de estado (sentido amplo, "teoria ampliada do Estado") uma leitura mais ampla do campo de atuação para os operadores jurídicos, comprometidos com a construção de um novo bloco histórico. É neste sentido que Biagio de Giovanni afirma que "Gramsci põe no centro dos Cadernos a idéia da transição como processo"<sup>25</sup>. Desta forma, há lugar para atuação dos operadores jurídicos tanto na sociedade civil como na sociedade política. Mas neste momento cabem algumas observações teóricas.

Parece certa a afirmação de Bobbio<sup>26</sup> de que o conceito central no aporte teórico de Gramsci seja o de sociedade civil. Gramsci leu Hegel de uma maneira diferente de Marx, cada um retirando

de Hegel o que lhes parecia ser a essência da sociedade civil. Enquanto Marx tem como "centralidade ontológico-genética" da sociedade civil a "base econômica", para Gramsci a sociedade civil é "momento político-superestrutural". Daí afirmar-se que Gramsci proporia uma teoria social "idealista" parece equívoco de Bobbio (representante contemporâneo da rica contribuição teórica que tenta unir ideais dos liberalismo/socialismo clássicos, duas matrizes que historicamente sempre apareceram contrapostas)<sup>27</sup>. Para Gramsci, afinal, o

Lenin precisam ser revisitadas. Não pára aí, o núcleo do pensamento de Marx necessita de uma avaliação à luz da decadência de todas as experiências apelativas de sua autoridade; à luz do acumulado teórico no último século, inclusive e principalmente de conhecimentos fora da tradição socialista; à luz das experiências das lutas socialistas sob o manto "social-democrata". Gramsci, enquanto marxista, sofre ao mesmo tempo o impacto de todas as "necessidades", acima apontadas, mas também guarda a vantagem de estar mais aberto e ao mesmo tempo o mais imune à negação de Marx. Imune pois o pensamento de Gramsci sai enriquecido com a ruína dos socialismos reais. Gramsci já estudara a relação entre cultura/democracia, advertindo para o fato desta ser pensada em termos de construção gradual, institucional, de hegemonia. Mesmo se guarda razão ANDERSON, Perry (In: Modernidade e Revolução. São Paulo: Revista do Cebrap, nº 32/91), ao afirmar que a revolução pressupõe ruptura, parece acertado também que as revoluções via guerra de movimento, não autorizam a consecução de um processo democrático, ao menos é o que se constata em todas as experiências socialistas. Aberto o pensamento de Gramsci sempre demonstrou ser. O caráter fragmentário e pouco sistematizado não deve servir de pressuposto para negar a validade e mesmo a universalidade do seu pensamento.

8. Cf. CORREAS, Oscar. Marx Hoy. Comunicação apresentada no I Encontro Internacional de Direito Alternativo. Florianópolis, 05/09/91.

9. Cf. ELSTER, Jon. Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

10. Cf. KONDER, Leandro. Intelectuais Brasileiros e Marxismo. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p.122. Leandro Konder, sobre Carlos Nelson Coutinho, demonstra como este pensador marxista deixou-se influenciar por Gramsci e Lukács, mas ultrapassando as "fronteiras do leninismo".

11. Consultar o artigo de BIAGIO, Giovanni de. A catástrofe Presentida. Presença. Revista de Política e Cultura, São Paulo: nº 17, nov/1991, p.77.

12. Ver LIMA DE ARRUDA, Edmundo Júnior. O moderno e o Pós Moderno no direito: Notas intempestivas sobre um neo-colonialismo jurídico. Revista Direito em Debate. nº 02. Ijuí, Unijuí, prelo.

13. Uma crítica do marxismo historicista (Gramsci, Korsch, Lukács, Goldmann) bastante aprofundada aparece em LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. 2º ed. São Paulo: Busca Vida, 1988, p.93-110. Seja ele "historicista" ou não, o fato é que nos Cadernos Gramsci registra com força, clareza e consistência notáveis, seu necessário rompimento com o marxismo concebido seja como um reducionismo econômico ou como uma teoria de formações sociais como "totalidades expressivas", in



Plural

Da Ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulatzias. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 77. questionamento de Gramsci como "idealista", fora da tradição marxista está em BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. 2. ed. São Paulo: Graal, 1987. p. 19-54.

14. A maioria dos estudiosos de Gramsci afirma estar Gramsci na tradição leninista. Muitos autores tentaram reduzir a contribuição de Gramsci nessa redução. Mesmo GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. São Paulo: Graal, 1978. p. IX e BUCI-GLUCKSMANN, Gramsci e o Estado. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 19-22. Também Luiz Wemeck Sodré assim entende, conforme prefácio da obra de GRUPPI, Luciano. O conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

15. Sobre, consultar o livro de WOLKMER, Antonio Carlos. Elementos para uma crítica do Estado. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1991. p. 53-54.

16. Carlos Nelson Coutinho tem sustentado essa tese. Sobre, consultar o livro Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, justamente os artigos dos organizadores da coleção, COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio, p. 112-116. 17. Carlos Nelson Coutinho, desde seu clássico A democracia como valor Universal, tem se esforçado por sustentar a necessidade da estratégia revolucionária "por dentro" da estrutura vigente (capitalista). A mesa redonda: "A estratégia da revolução brasileira", com participação de Coutinho, Francisco C. Weffort, Teotônio dos Santos, João Machado, tem na questão reforma/revolução o tema central, quando Coutinho sustenta a expressão

reformismo-revolucionário para designar a processualidade do câmbio. Tal debate aparece junto com a obra As antinomias de Gramsci, de Perry Anderson, cf. Nota 02. Contrariamente à perspectiva althusseriana, segundo a qual a hegemonia começa com o próprio advento do futuro estado socialista (Cf. Macciocchi, Maria-Antonieta, A favor de Gramsci. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 18). Coutinho resgata Gramsci, indo além, contra uma concepção instrumental de democracia, aproximando-se das já conhecidas teses tradicionais, que buscam unir os ideais liberais com os ideais socialistas, desde John Stuart Mill a Bobbio.

18. Cf. KONDER, Leandro. ob. cit. na nota 12, p. 130.

19. Sobre, consultar artigo citado na nota 17, p. 134.

20. Cf. ob. cit. nota 12.

21. Cf. HABERMAS, Jürgen. O Discurso Filosófico da Modernidade. Tradução Ana Maria Bernardo et alii. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

22. Um bom artigo sobre a questão é o de DOS SANTOS, Boaventura. O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna. Para um novo senso

"conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece com novas determinações, a teoria marxista do Estado".<sup>28</sup>

Mas, se Gramsci superou os clássicos que visualizam o Estado como "aparelhos repressivos", reconhecendo no mesmo as consequências da socialização da política sob a batuta do capitalismo desenvolvido, o certo é que a luta nas superestruturas tem na sociedade civil o *locus* privilegiado de construção hegemônica, posto ser lugar eminentemente do "consenso", estando a sociedade política esvaziada de potencial transformativo (sentido negativo, no caso). Essa concepção gramsciana decorria de uma de suas poucas compreensões do direito (a julgar pelas poucas páginas que lhe dedica nos Cadernos). Ao lado de um Gramsci positivista (que reduz o Direito à Lei), existe um Gramsci de bases jusnaturalistas (que apreende a juridicidade fora do Estado). A concepção negativa do Estado (visão restrita), mesmo superada no próprio Gramsci pela teoria do Estado ampliado, ainda é insuficiente, devendo ser pensada a partir das consequências de suas análises teóricas sobre o direito.

Ora, se o Estado deve ser visualizado enquanto síntese de sociedade política e sociedade civil, de Estado-coerção e de aparelhos privados de hegemonia, Gramsci pode e deve ser relido a partir de uma concepção dialética (**unidade na diversidade**), ampliando a compreensão limitada que, a partir de definições encontradas no próprio Gramsci, são menos úteis. Precisamente, a idéia de que a "guerra de posição" é exclusiva das instituições da sociedade civil e que a coerção é o terreno eminentemente do Estado (**sentido restrito**). Mas essa dificuldade teórica não decorre somente do fato de Gramsci "privilegiar" o momento superestrutural sociedade civil, mas também porque não são tão claras suas concepções quanto ao conceito de direito (ou de instância jurídica), como veremos, após uma breve reflexão sobre a dupla dicotômica sociedade política/sociedade civil-coerção/consenso.

As fronteiras entre espaços do consenso e espaços da coerção são frágeis. Podemos pensá-los em termos de dominância, mas não em termos exclusivos. Observe-se a ação do Estado autoritário, por exemplo, pós-64 no Brasil, inaugurado via golpe militar (somente juristas nefelibatas ou abertamente reacionários ainda denominam de "revolução"): os aparelhos repressivos constituíram fator fundamental da "nova ordem". Mas não bastaram as Forças Armadas, as Políticas civis e militares para a reprodução do *statu quo*. Ao lado do continuado e planejado desmonte da esquerda organizada (partidária, sindical, clandestina) assistiu-se à verdadeira produção de "consenso" a partir do Estado (sentido restrito). Refiro-me à "ideologia da segurança nacional", cevada na estufa autoritária por teóricos militares, no caso brasileiro, pela obra teórica do general Golbery do Couto e Silva (no Chile, pela obra teórica do General Pinochet) e difundida no seio das elites civis conservadoras que se acotovelavam por uma vaga na ADESC e ESG, assim como pelos professores de EPB (nas Universidades) e EMC e OSPB (nos primeiro e segundo graus). O movimento contrário também ocorreu. A partir da "sociedade civil" empresários paulistas criaram comandos paramilitares para combater o "demônio comunista", exemplo de "consenso" criador do terror-coerção.

Assim sendo, se guerra de posições significa busca de hegemonia e, se esta significa, para Gramsci, contra-hegemonia, então a luta por "novas superestruturas político-jurídicas" é uma condição para uma nova sociedade. Hegemonia como revolução antipassiva, condição para a construção de democracia real.

Quando Gramsci afirma que "o direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade positiva, civilizadora, empreendida pelo Estado"<sup>29</sup> está uma concepção estreita de poder inferior à sua concepção de Estado como aparelhos hegemônicos (Estado no sentido lato). Mas o conceito de Estado ampliado não autoriza a ver em Gramsci a possibilidade de "guerra de posições" dentro da sociedade política. Na parte que toca ao jurídico há que se retomar a compreensão de Gramsci.

No Brasil, um dos autores que mais procurou entender o direito em Gramsci, Oliveira S. Ferreira<sup>30</sup>, afirma ser difícil ter a exata noção que Gramsci tinha do direito. Ao mesmo tempo que enfatizava o caráter negativo, admitia a "função pedagógica do direito". Ao mesmo tempo que se referia aos "técnicos do direito" como "zonas de indiferença", propõe a construção de uma concepção do direito "essencialmente inovadora". Ao mesmo tempo que parece aderir à "teoria do reconhecimento", próximo a Weber, ou seja, aceitando que "o direito estatal tem asseguradas sua vigência e validade por ter sido promulgado por instâncias reconhecidas como legítimas pelas classes subalternas, que a essa condição se submetem"<sup>31</sup>, a sua adesão ao marxismo não o faz renegar *in toto* a idéia de direito natural, "sedutora fonte do direito popular, isto é, das classes subalternas".<sup>32</sup>

Como vemos, estão presentes em Gramsci tanto uma concepção negativa (de base

positivista) do direito como uma concepção positiva (de base jusnaturalista). Sem adentrar na questão (antiga) que reporta ao binômio Lei/Direito, cerne da história da hermenêutica jurídica (e que atualmente tem contraposto ao legalismo positivista e neopositivista os partidários do direito alternativo e do uso alternativo do direito)<sup>33</sup>, podemos afirmar que é um “neo-gramsciano”, Poulantzas, quem vai ampliar e enriquecer a estratégia de câmbio proposta por Gramsci, na medida em que o autor de *Poder, Estado e Socialismo*<sup>34</sup> após definição do Estado como “condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classes (mesmo se assimétrica, como na periferia capitalista) tal como esta se expressa, sempre de modo específico, no seio do Estado”, admite a “guerra de posições” também no campo do Estado (sociedade política, sentido restrito). Trata-se de uma superação de Gramsci, ampliando o conceito de hegemonia. Os operadores jurídicos no seio do Estado aproveitam essa tese.

Desta forma, sintetizando, é possível, mesmo porque a prática já o vem demonstrando, de fato, a “guerra de posições” dentro das instituições jurídicas “no Estado” (sentido restrito, de sociedade política). Assim sendo, os operadores jurídicos, comprometidos com o projeto de negação do bloco histórico dominante e com a construção de uma alternativa democrática, enquadram-se, perfeitamente, na conceptualização de “intelectuais orgânicos” construída por Gramsci. Ocorre, então, a necessidade de visualizar onde estão esses intelectuais e quais os potenciais estratégicos de desconstrução (de paradigmas e práticas inspiradas em visões sistêmicas, positivistas, neopositivistas, ou até, “pós-modernistas”... vinculadas à visão de mundo cimentadora da dominação nas instituições jurídicas as mais variadas) e de construção de novos paradigmas e de práticas a partir de uma matriz do conflito dentro da qual Gramsci é uma fonte rica e inspiradora.

Pois bem, os operadores jurídicos, comprometidos com este novo projeto social, têm papel no Estado (sociedade política) e na sociedade civil. A ampliação da hegemonia da classe trabalhadora não abre mão da construção, ainda por dentro da sociedade capitalista, do avanço e reforço das juridicidades no Estado e fora, dele que garantam tanto as “regras do jogo” na legalidade, bem como a efetividade das leis já reconhecidas e sonegadas pelo poder político vigente<sup>35</sup>. Tal processualidade admite, até por se constituir em condição de progresso da legalidade estatal, o advento do pluralismo jurídico que choca contra o Estado. Tal choque a que nos referimos não é restrito à exigência da efetividade mencionada. Não se trata somente de exigências de direito reconhecido, e sonegado, mas de reconhecimento de direitos novos, portanto não reconhecidos nas leis positivadas, como presentes nos movimentos dos “sem teto”, dos “sem terra” etc..

Neste ponto, concluindo, há que se fazer referência ao direito alternativo e ao uso alternativo do direito. Este último é restrito à operação de hermenêutica jurídica, embora não exclusivo da decisão de magistrados “alternativos”, pois estes somente poderão decidir melhor se provocados através de petições bem feitas, por “alternativos”, advogados, Ministério Público. Já o direito alternativo é, via de regra, expressão dos movimentos sociais, expressão do coletivo marginalizado da legalidade existente.

Desta forma, a construção da juridicidade alternativa passa pela ampliação dos níveis de participação democrática. Por um lado a progressão geométrica dos movimentos sociais (ocupações de terra, como bom exemplo), onde os atores do câmbio são constituídos pela própria comunidade organizada, com a participação do “advogado popular” (exemplo de práxis de operador jurídico na sociedade civil). Por outro, magistrados, promotores de justiça, procuradores, intelectuais não menos orgânicos, no Estado (sentido restrito). Não se trata de juridicidade construída como “dualidade de poderes” (como paradigma). Trata-se de movimentos orgânicos e com busca de organicidade entre si - direito alternativo e uso alternativo do direito - e destes com os movimentos mais amplos (político, sindical).

A julgar pelo nítido constrangimento dos juristas intelectuais orgânicos do bloco histórico dominante (que povoam as faculdades de direito, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a advocacia etc.) com o desgaste do “paradigma liberal legal”, que instrui suas práticas sociais<sup>36</sup>, bem como pela reação virulenta dos mesmos com a inusitada e intensa articulação entre os mais variados profissionais do direito<sup>37</sup>, envolvidos com o direito alternativo e com o uso alternativo do direito, algo acontece na seara jurídica, tribuna dos ventrílocos de todo poder estabelecido, revoltados com o fim de seus discursos monológicos e com suas verdades absolutas, a começar pela simples e fácil identificação de Direito à Lei...

Gramsci está vivo nesse direito insurgente.

Plural. Florianópolis, nº 2, p. 12/17 jan/jun, 1992.

comum. Humanidades, Brasília, Vol. III, nº 3, p.267-268.

23. Cf. MANCINA, Cláudia. Um grande revisionista. Presença. Revista da Cultura e Política, São Paulo, 17 1991, p.69.

24. Gramsci mesmo nos diz: “Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais”. In: Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p.07.

25. Cf. BIAGIO, Giovanni de. Ob. Cit. nota 11, p.77.

26. Cf. BOBBIO, Norberto. Ob. Cit.

27. Cf. ANDERSON, Perry. As afinidades de Bobbio. Revista do Cebrap, São Paulo, nº 1924, 1987-28. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. Ob. Cit. Nota 04. p.73.

29. FERREIRA, Oliveira S. Os 45 Cavaleiros Húngaros. São Paulo: Hucitec, 1986, p.259 e 270.

30. Ob. Cit. p.259.

31. Ob. Cit. p.260.

32. Ob. Cit. p.271.

33. Sobre LIMA DE ARRUDA (org) Lições de Direito Alternativo. São Paulo: Acadêmica, p.71-98.

34. Cf. POULANTZAS, Nicos. Poder, Estado e Socialismo. São Paulo: Graal, 1979. Também estão presentes as primeiras idéias num livro anterior do mesmo autor Poder Político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.354 e seguintes.

35. Cf. LIMA DE ARRUDA, Edmundo Júnior. Os usos do direito. Mimeo, 1991.

36. Cf. FARIA, José Eduardo. Justiça e conflito. São Paulo: RT 1991.

37. Há um clima de inusitado tumulto na seara jurídica. As discussões sobre direito alternativo tem movimentado congressos, edição de livros etc. Em 1991 foi realizado o I Encontro Internacional de Direito Alternativo (04 a 07 de setembro, em Florianópolis). No mesmo ano de 1991 apareceu o Livro Lições de Direito Alternativo (Cf. Nota 36). Em 1992 serão realizados os seguintes encontros: Magistratura e Direito Alternativo (Porto Alegre, final de agosto); Encontro Internacional de Direito Alternativo do Trabalho (Florianópolis, 02 a 06 de setembro); I Seminário sobre Direito Agrário Alternativo (Campinas, julho/92). No prelo os seguintes livros: Magistratura e Direito Alternativo, de BUENO, Amilton, e Ministério Público e Direito Alternativo, de MACHADO, Alberto, ambos pela Acadêmica. Também no prelo os números 01 e 02 da Revista Direito Alternativo.

# FEDERICO GARCÍA LORCA



## El Llanto

He cerrado mi balcón  
porque no quiero oír el llanto,  
pero detrás de los grises muros  
no se oye otra cosa que el llanto.  
Hay muy pocos ángeles que canten,  
Hay muy pocos perros que ladren,  
mil violines caben en la palma de la mano:  
pero el llanto es un ángel inmenso,  
el llanto es un perro inmenso,  
el llanto es un violín inmenso,  
las lágrimas amordazan al viento,  
y no se oye otra cosa que el llanto.

## O Pranto

*Cerrei minha janeta  
porque não quero ouvir o pranto,  
mas detrás dos muros cinzentos  
não se ouve outra coisa que o pranto.  
Há tão poucos anjos que cantem,  
Há tão poucos cães que ladrem,  
mil violinos cabem na palma da mão:  
mas o pranto é um anjo imenso,  
o pranto é cão imenso,  
o pranto é um violino imenso,  
as lágrimas amordaçam o vento,  
e não se ouve outra coisa que o pranto.*

*tradução: Ana Lice Brancher*

# Primeira aventura tradutória

Encyclopédia Universalis



Ana Lice Brancher  
Mestranda do Curso de  
Pós-Graduação em Letras  
- Teoria Literária e  
Literatura Brasileira -  
UFSC.

Este texto é um  
fragmento da monografia  
apresentada ao final do  
curso "Teoria da  
Tradução literária - o  
estilo na tradução",  
ministrado pela  
professora Leonor Scilar  
- Cabral -  
UFSC, 1991.

**É**ponto comum, tanto entre os tradutores autodidatas quanto os de formação acadêmica, que o processo de tradução é, primariamente, o confronto entre duas línguas e que toda língua deve ser estudada no contexto do comportamento sócio-cultural da comunidade que a usa, já que a estrutura linguística é condicionada por componentes funcionais e interacionais do processo de comunicação.

A respeito da crítica de tradução literária, José Paulo Paes, em sua grande erudição e sensibilidade, nos diz: "Pode-se representar topograficamente a crítica de tradução (literária, bem entendido, pois só dela se cogitará aqui) como um vasto território ainda pouco explorado cujos limites naturais seriam, a leste a objeção prejudicial; a oeste a versão escolar, ao sul a pragmática da tradução técnica, e ao norte a metafísica da transcrição poética"<sup>1</sup>.

Não procurei, no presente trabalho, aprofundar o debate sobre o "fazer" tradutório, que essa tarefa a cumprem com brilhantismo os tradutores profissionais, autodidatas ou acadêmicos.<sup>2</sup> Procurei apenas apontar dificuldades e indecisões minhas e soluções encontradas.

Traduzo o poema "El Llanto", de Federico García Lorca, situando em rápidas pinceladas a vida e o trabalho do poeta. Devo dizer que, tendo consultado boa parte da obra traduzida de García Lorca, desconheço tradução brasileira deste poema.

Entre as variadas qualidades que a poesia de Federico García Lorca apresenta, a musicalidade é notável. Seus poemas são pequenas obras musicais em delicadas harmonias de verso. O musical de sua obra provém, certamente, da estreita ligação do poeta com as formas rítmicas do canto de sua terra. À esta fonte popular acrescente-se a cultura musical de García Lorca: era pianista, sabia harmonia e contraponto e, fato que deve ter influenciado sua formação, era grande amigo de Manuel de Falla, o admirável compositor espanhol. É importante assinalar que, além da profunda sensibilidade para com o popular, García Lorca era um estudioso dedicado, tendo estudado rigorosamente, por exemplo, a métrica irregular das "coplas" (cantigas) populares, seu acompanhamento musical, o papel dos violeiros espanhóis dos séculos 16 e 17. Além da essência da alma andaluz (de sua natal Granada), o sentimento camponês da terra e a tradição da poesia árabe e sefardita são fontes vitais para a poesia de García Lorca. Profundamente envolvido com sua terra

"O objetivo de toda arte não é algo impossível? O poeta exprime (ou quer exprimir) o inexpressível, o pintor reproduz o irreproduzível, o estatutário fixa o infixável. Não é surpreendente, pois, que o tradutor se empenhe em traduzir o intraduzível".  
(Paulo Rónai).

e com seu tempo, consciente de sua pátria e de sua atitude estética, disse certa vez García Lorca à um jornalista:

"Yo soy español integral, y me sería imposible vivir fuera de mis límites geográficos; pero odio al que es español por ser español nada más. Yo soy hermano de todos, y execro al hombre que se sacrifica por una idea nacionalista abstracta, por el solo hecho de que ama la patria con una venda en sus ojos. (...) Ningún hombre verdadero cree en esa zarandoja del arte por el arte mismo. En este momento dramático del mundo, el artista debe reír y llorar con su pueblo".<sup>3</sup>

Federico García Lorca nasceu em 5 de junho de 1898, em Fuente Ganeros, província de Granada, Espanha; seu pai era um pequeno proprietário de terra e sua mãe, professora. Começou a escrever em torno dos quinze anos, tendo publicado seu primeiro trabalho em 1917. Além da poesia<sup>4</sup>, García Lorca dedicou-se também ao teatro<sup>5</sup>, tendo percorrido todo seu país em atividades teatrais e conferências. Viajou por vários países, em conferências, inclusive Cuba e EUA. Esteve no Brasil em 1933. Sua obra é extremamente rica e variada, boa parte dela tem tradução e edição brasileira. No mês de julho de 1936, ano do início da Guerra Civil Espanhola, García Lorca foi assassinado pelo então ascendente fascismo espanhol, aos 38 anos de idade. García Lorca é, sem dúvida, um dos grandes nomes da poesia espanhola.

Depois de ler um bom número de poemas de García Lorca e me deixar envolver pelo encantamento de seus versos, arrisco-me a cumprir a tarefa acadêmica. Não é fácil. Sinto que a qualquer momento posso pisar em falso, expressar o que não desejaría, fugir da fragrância que a poesia de García Lorca exala. Mas é o próprio poeta quem me organiza as idéias: "Si es verdad que soy poeta por la gracia de Dios - o del Demonio -, también lo es que soy por la gracia de la técnica y del esfuerzo, y de darme cuenta en absoluto de lo que es un poema".<sup>6</sup>

**EL LLANTO** exprime o absoluto de um poema. O absoluto "condensado", no sentido que Ana Cristina Cesar dá à expressão: "Em oposição à prosa literária, a outros gêneros e até mesmo ao poema longo, o poema curto pode ser definido fundamentalmente como uma forma particularmente condensada de arte escrita".<sup>7</sup> Para Ana Cristina, o "oposto" à "condensação" de um poema seria a "inflação" e o tradutor do poema curto deve: 1) tentar absorver o esforço original de dar condensação ao poema; 2) procurar encontrar mais equivalências para esse esforço específico do que para o significado original. Essas duas orientações foram essenciais para o meu trabalho.

García Lorca escreveu muitos poemas curtos. Procurei relevar vários deles até entranhar-me no absoluto de alguns desses poemas.<sup>8</sup> Para essa releitura fui municiada com uma técnica e um esforço: observar a condensação dos poemas, pré-ocupada menos com a reconstituição da mensagem do que com a reconstituição de signos em que está incorporada esta mensagem; mais com informação estética e não com a informação meramente semântica.<sup>9</sup> Concretamente quanto aos problemas/soluções encontrados na tradução do poema, foram os seguintes:

1) Traduzi "lhanto" como "pranto" procurando conservar a musicalidade da palavra. "Choro", por exemplo, perde em sonoridade.

2) No primeiro verso, a tradução literal de "balcón" seria "balcão". Escolhi "janela" (equivalente a "ventana") e não "balcão" porque este vocábulo está mais relacionado, no Brasil, com mesa de bar ou loja. Há que considerar as diferenças contextuais, entre Brasil e Espanha. Por exemplo: a importância funcional do "balcón" na arquitetura andaluza; é no "balcón" que a mulher se coloca, veladamente, para ouvir seu amado, vê-lo partir ou aguardar sua chegada. Na arquitetura brasileira o "balcón" não teve espaço; há alguma equivalência nas "sacadas" dos sobrados do sul do país, mas não têm o mesmo significado nem a mesma construção.

3) No terceiro verso fiquei em dúvida quanto à tradução de "grises". Existe esta palavra em português com o mesmo significado espanhol; porém "cinzento", na minha opinião, expressa melhor, no Brasil, o sentido político da expressão: "muros cinzentos" tem maior significado de "tempos políticos cinzentos" do que "tempos políticos grises" (que foram os tempos difíceis em que García Lorca viveu e aos quais se refere neste poema).

4) Outra dúvida: no quinto e sexto versos a palavra "muy" teria tradução literal como "mui" ou "muitos". Porém "mui" é pouco usada no Brasil (erudito) e "muito" dá apenas um tom de "quantidade" enquanto que "tão", além do sentido de "quantidade", concorda com o tom exclamativo dos dois versos. Esse tom exclamativo está também expresso pelos verbos no subjuntivo: "que canten", "que ladren".

Finalmente, e para concluir esta minha primeira aventura de traduzir formalmente um poema, a perspectiva de abstração e condensação deste poema belo de García Lorca revela não só sua maneira de estilização de sons e sentidos, como também sua concepção política e opção estética: o poeta mostra, nos versos de *El Llanto*, sua imensa capacidade em submergir-se nas entranhas do popular, fundindo-se com as tendências da nova estética de seu tempo; um conteúdo fundo de emoção e sentimento flui paralelamente a uma nota meditativa quase que prevendo os tempos cinzentos em que a Espanha haveria de mergulhar.

1. PAES, José Paulo. *Tradução - a ponte necessária - aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.

2. Quero ressaltar, todavia, que, na minha consulta bibliográfica, as teorizações a respeito da tradução espanhol/português, português/espanhol estão escassas, mesmo dentro da "escassez" bibliográfica de teoria da tradução literária de maneira geral (pelo menos em língua portuguesa).

3. LORCA, García. *Poesía. La Habana*. Ed. Pueblo y Educación, 1983.

4. Livro de poemas, Poemas para cantar Flamenco, Primeiras canções, Romanceiro Gílano, Cantares populares, poeta em Nova Iorque, Divã do Tamarit, entre outros.

5. Bodas de Sangue, A Casa de Bernarda Alba, Assim que se possem cinco anos, entre outras. Peças suas foram adaptadas ao cinema.

6. in Poesia, p.63.

7. CESAR, Ana Cristina. "Traduzindo o Poema Curto" in *Escritos da Inglaterra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

8. Entre outros, posso citar 'acalanto sevillano', 'prelúdio', 'ángulo eterno'. Segundo Gustavo Correa: 'Los breves poemas de ritmo libre y tenso, vienen a ser una reelaboración del grito hondo que surge de las raíces afectivas del ser, por medio de la voz cantante, con su acompañamiento de las notas punteadas del instrumento musical.' cf. Correa, Gustavo et alii *Literatura Espanola-Textos, críticas y relaciones*. vol. II - "Del Siglo XVIII a nuestros días". Madri: Ed. Alhambra, 1984.

9. Cf. CAMPOS, Haroldo de. "A poética da tradução" in *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

# PENSAMENTO LIBERTÁRIO E/OU ANARQUISTA: HISTÓRIA E ATUALIDADE

Ed. Brasiliense



Michail Bakunin (1814-1876)

Jorge Silva,  
colaborador do CECA/SC  
Maria Oly Pey, Doutora  
em Educação  
Professora do Centro de  
Ciências da Educação da  
UFSC

**A** história do pensamento socialista libertário, inclusive em nosso país, nosso estado, nossa cidade, nas vidas das pessoas bem próximas de nós, ainda pertence àquele conjunto de percepções difusas, porque vivemos debaixo de uma *totalidade* de visão que abarca todas as dimensões da vida: a pessoal, a econômica, a política, a social, a cultural, etc. Tal totalidade de visão podemos dizer que é *totalitária* porque se põe como exclusiva, abrangente, única, se fazendo critério. E por se fazer critério, legitima a *eleição* e a *seleção* que faz da vida, dos costumes, das leis, das pessoas...

Enquanto seleciona, *legitima a marginalização* que produz em todos os níveis, por quanto a “ordem estabelecida” por esta visão totalitária se explica como a “ordem real”. Logo o que está fora é desordem, ignorância, doença, desobediência, subversão, delinqüência. A história dos grupos anarquistas vem sendo um símbolo desta ordem marginal à visão totalitária e, portanto, sinônimo de desordem porque não pertence à “ordem real”; ignorância porque não se enquadra nos “pensamentos científicos”; doença porque saudáveis são os que estão dentro da “ordem”; desobediência porque cumpre se comportar conforme as regras postas e impostas pelo jogo articulado em favor dos que “têm, sabem e podem”; delinqüência porque conspira para superar posições autoritárias dogmáticas de todos os matizes; subversão porque subverte a ordem da revolução que entende como social e portanto do âmbito do político e não como substituição de ideólogos no poder político-partidário.

Tornado marginal, o pensamento socialista libertário ou anarquista vem sendo interpretado de maneiras muito diversas até mesmo no âmbito universitário, merecendo discussão que esclareça sua história pelo menos em nosso país, as razões de sua retomada na atualidade diante das expectativas que levanta e do desencanto em que a maioria das pessoas se encontra diante da organização da vida, dos costumes, do trabalho.

## Por um Socialismo Libertário:

No momento em que se está completando a derrocada da União Soviética, arrastando consigo mitos, símbolos e conceitos que o chamado socialismo científico teceu desde finais do século XIX, os militantes socialistas se encontram espantados e atônitos ante a necessidade de redefinir seus valores, sua teoria e sua prática.

Só que décadas de uma arrogância auto-suficiente, uma marca do pensamento marxista-leninista, impedem ainda hoje que essa discussão se faça sem dogmas, nem preconceitos. Vamos procurar na teoria e na história a origem do tortuoso caminho que levou a Stalin, Pol Pot e se encerrou com o apodrecimento generalizado que estamos assistindo.

O repúdio visceral do povo no leste pelo *Socialismo* (ou pelo que a propaganda dos burocratas fazia passar por tal) e o carreirismo dessa nova classe doutorada em marxismo-leninismo e com carteira do PC há longos anos, tem raízes profundas que não resultam de algum aleatório acidente genético.

A Revolução Soviética, que foi acolhida pelo movimento social internacional com expectativa e apoio, começou ainda nos anos 20 a merecer críticas da esquerda comunista e principalmente dos anarquistas que viam a chamada ditadura do proletariado tornar-se uma realidade definitiva - e não mera etapa -, que traduzia a dominação de uma classe burocrática sobre os trabalhadores soviéticos. A repressão sangrenta sobre o soviet de Kronstadt e os camponeses da Ucrânia, a prisão e assassinato de anarquistas, socialistas revolucionários e outras correntes de oposição, já alertavam para o futuro que se estava construindo. E isso na época em que Lenin e Trotsky estavam à frente do Partido Comunista.

Emma Goldman e Alexander Berkman, quando deixaram a Rússia em 1921, denunciaram com clareza o que estava acontecendo, lutando contra a desinformação e falso otimismo reinante entre os militantes socialistas. Militantes respeitados e conhecidos do movimento anarquista contribuíram com suas informações insuspeitas para que se perdesse a ilusão de que a Revolução Russa era "uma revolução de tipo libertário, abrindo o caminho do anarquismo" como pensavam Astrogildo Pereira e Edgar Leuenroth, conhecidos militantes brasileiros.

Este otimismo e falta de informação foi a razão para a adesão de muitos sindicalistas e anarquistas ao leninismo. Uma adesão sem qualquer raiz teórica, já que o pensamento marxista, mesmo na sua versão leninista, era desconhecido no movimento social brasileiro. O que gerava apoio era aquela estratégia da *vitória do socialismo*.

A influência do marxismo no Brasil é nula até os anos 30, só passando a ganhar a influência que se conhece hoje, a partir dos anos 60, quando saiu do pequeno círculo de militantes formados na União Soviética e de alguns intelectuais engajados para se tornar a ideologia da intelectualidade progressista.

As escassas referências a Marx e ao Marxismo, nos finais do século passado e começos do presente, são de alguns poucos intelectuais como o catedrático da Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto, ou do médico socialista Silvério Fontes, sem qualquer ligação com o movimento social. Os militantes operários conheciam Marx através das históricas divergências na AIT (Associação Internacional do Trabalho) com os anarquistas; no entanto, suas obras não eram conhecidas nem lidas.

Essa é uma das razões para a inexistência de uma corrente social-democrata na linha daquela que os militantes marxistas criaram na Europa. Alguns ensaios como o 1º Congresso Socialista Brasileiro, de 1892, no Rio de Janeiro, ou a fundação do Partido Socialista Brasileiro, no segundo congresso de 1902, em São Paulo, pouco deixaram para a história.

Ainda em 1922, Otávio Brandão, importante militante comunista e ex-anarquista, se tentava informar sobre marxismo, sem resultado, sendo Astrogildo Pereira (outro ex-anarquista) que lhe emprestou uns poucos livros em francês.

É a vitória da Revolução Russa e a idéia de que a tática leninista, do partido de vanguarda e da tomada do poder do Estado, era a mais eficaz para derrotar o capitalismo, que levou muitas dezenas de sindicalistas e anarquistas à fundação do Partido Comunista em 1922. Adesão cheia de contradições, que faz permanecer as reminiscências anarquistas por muitos anos nos textos e na prática do PC. Em 1928, após uma cisão e num processo de auto-crítica, ainda se fala "em sobrevivência da ideologia anarco-sindicalista no seio do Partido". Só o processo de "purificação", que vai durar anos, onde intervém como autoridade ideológica os delegados da III Internacional, vai permitir que o PCB se torne parecido ao *modelo* de Lenin. Pelo caminho ficariam ex-anarquistas que foram expulsos e até intelectuais comunistas como Mário Pedrosa, Heitor Ferreira Lima e Leônio Bausbaum, expulso do Partido Comunista em 1933 como "trotskista e agente do imperialismo". A idealização do Partido começava a ser substituída pela realidade nua do autoritarismo estalinista.

A década de 30 vai ser decisiva, quer por essa transição do leninismo para o estalinismo, quer pela fascização de muitas regiões do Mundo, e também pelo enfraquecimento gradual do movimento anarquista. Até os anos 30, os anarquistas não têm menos importância que os comunistas e, segundo Dulles, até 32, tem de ser levados em conta, principalmente em São Paulo.

*O Encontro de Pensamento Libertário Internacional "Outros 500" vai se realizar de 24 a 29 de agosto em São Paulo na PUC, promovido pelo Centro de Cultura Social e pela Fundação Cultural São Paulo. Nesse encontro, que se realiza em paralelo com um outro em Barcelona (Espanha), estarão eminentes pensadores libertários de âmbito mundial.*

Só após essa data, se vai dando o esvaziamento do movimento, consequência da repressão dos anos anteriores, do intervencionismo sindical de Vargas e da cisão que o leninismo provocou no mundo operário. Umas vezes em consequência de uma prática planejada, outras como resultado da atração de sua propaganda.

Os textos de Florentino Carvalho, na *Plebe*, a partir de 1920, ou de Leuenroth e Oiticica sobre as consequências da estratégia leninista não foram suficientes para inverter essa tendência dominante de reconhecer a Rússia como a “pátria do Socialismo”. Nas décadas seguintes, mesmo que se acumulem denúncias sobre a burocracia soviética e suas formas terroristas de dominação, o bloqueio propagandístico comunista impede um reconhecimento objetivo da realidade. Só com os anos 60, o fim do estalinismo, o relatório Krutchev e as rupturas no movimento comunista internacional, começam a ganhar crédito as críticas que anarquistas e marxistas anti-autoritários faziam dos chamados regimes socialistas.

Na década de 80, a crença nessa forma de capitalismo de Estado, como uma versão *imperfeita* de socialismo, se pode dizer que estava restrita a alguns comunistas ortodoxos e a alguns sindicalistas brasileiros, que lá freqüentavam cursos e imaginavam que a “perfeição” da sociedade soviética tinha a ver com a beleza do ballet Bolshoi.

Hoje podemos nos questionar abertamente se existe um socialismo científico e se o socialismo pode assumir a questão do Estado e do poder como foi defendido pelo marxismo-leninismo.

Ou se o socialismo não é antes de tudo um *desejo* e uma *paixão* dos despossuídos ao longo da história. Mas também uma meta radical que coloca a democracia direta, a descentralização, a cooperação e o federalismo como valores básicos do pensamento socialista, recuperando a vertente libertária do socialismo, com todo seu anti-estatismo e anti-autoritarismo.

Uma tradição que militantes operários italianos, espanhóis e portugueses - mas também russos e alemães -, trouxeram para o Brasil, a partir do século XIX, marcando décadas de luta e organização do movimento operário brasileiro. E que juntamente com o pensamento socialista utópico criaram uma história hoje desconhecida da maioria dos militantes anti-capitalistas.

Tal história passa por homens como o engenheiro francês Louis Vauthier, chefe da Repartição de Obras Públicas (1840-1846), em Pernambuco, que contribuiu para a divulgação das idéias socialistas no Recife e que influenciou as exigências mais radicais da Revolta Praieira. Ou como o Dr. Jean-Benoit Mure, que criou em 1840, com mais de cem fourieristas franceses a primeira comunidade utópica do Brasil, o *Falanstério do Saí*, em Joinville<sup>2</sup>. O mesmo médico fundou, em 1845, um dos primeiros jornais socialistas, o *Socialista da Província do Rio de Janeiro*.

Neste movimento de *imigração* das idéias socialistas para o Brasil, se insere a fundação da Colônia Cecília por anarquistas italianos, em 1890, no Paraná. Comunidade por onde passaram duzentas pessoas e que se frustrou quatro anos depois, ante problemas econômicos, repressão e isolamento social. Seus membros espalharam-se por São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mantendo a luta pelas idéias anarquistas, fundando jornais, organizando sindicatos. Ativistas como Gigi Damiani, que nunca parou até ser expulso do Brasil, em 1919, ou Giovani Rossi, o engenheiro agrônomo e ex-militante da AIT, que veio para Santa Catarina dirigir a Escola Agronômica de Rio dos Cedros e influenciou a criação da primeira cooperativa catarinense<sup>3</sup>.

Outras comunidades se criaram como a *Futuro do Ivaí*, Paraná, em 1910, e a *Guararema*, em São Paulo. Um ativismo libertário que foi fundamental para a criação dos sindicatos, para a divulgação das idéias socialistas, e que se prolongou na abertura de Escolas Livres nos sindicatos e na formulação de uma cultura social alternativa. Esse sindicalismo anarquista, que recusava o engajamento partidário, mas não caía no corporativismo. O anti-estatismo, a ação direta e a solidariedade que marcaram as grandes lutas do começo do século em São Paulo, Santos, Rio, Curitiba e Porto Alegre, o confirmam.

O seu anti-estatismo e inflexibilidade libertária estavam contra o TEMPO, por isso saíram derrotados, mas essa preservação dos valores de uma radical alternativa social é seu maior legado.

Como será possível pensar hoje uma ALTERNATIVA sem buscar referenciais nesse socialismo libertário, sem conhecer sua história, que atravessa todo o século passado, com uma presença marcante na AIT, nas divergências com Marx, na Comuna de Paris e no sindicalismo nascente? No nosso século marcou a Revolução Russa, a luta contra o autoritarismo comunista, a Revolução Mexicana, o sindicalismo latino-americano, culminando na Revolução Espanhola de 1936, onde se confrontou sem chance de vitória contra o fascismo, o estalinismo e o cinismo da socialdemocracia europeia, no episódio mais relevante do confronto entre idéias e movimentos nascidos do pensamento socialista do século XIX.

Um pensamento que se foi elaborando com Bakunin, Kropotkin, Réclus - esse geógrafo e ecologista *avant la lettre* -, e que se prolonga nos contemporâneos Herbert Read e Murray Boockchin. Influenciando não só milhões de trabalhadores em todo o mundo, como intelectuais como Buber, Lukács e Benjamin<sup>4</sup> (antes de aderirem ao possibilismo leninista) e escritores como Kafka, Oscar Wilde, Orwell, Huxley, Breton e Peret.

A derrocada do *socialismo de Estado* é o momento culminante para a recuperação dessa tradição, fazendo a crítica e expurgo dos conceitos dogmáticos e autoritários na linha daquela



carta de Proudhon a Marx em 1846: "Eu aplaudo, de todo o coração, vossa idéia de colocar em evidência, todas as opiniões; façamos uma boa e leal polêmica; demos ao mundo o exemplo de uma tolerância sábia e previdente. Mas porque estamos à frente do movimento, não nos tornemos chefes de uma nova intolerância, não nos coloquemos como apóstolos de uma nova religião, seja da lógica ou da razão. Acolhamos, encoragemos todos os protestos, desenterremos as exclusões, todos os misticismos; não olhemos jamais uma questão como esgotada, e quando tivermos usado até o nosso último argumento, recomeçemos, se for preciso, com eloquência e ironia. Com essa condição, eu entrarei com prazer em vossa associação - senão não."

Só partindo desta postura libertária, poderá o socialismo - assimilando a história de todos os seus erros e contradições - se reconstruir como pensamento crítico e como movimento de oposição radical ao capitalismo, que se universalizou e se perpetua como reino da dominação, miséria e alienação.

### Conclusão -

No quadro da totalidade totalitária da informação, esta tem um papel importantíssimo a desempenhar - ser guardiã da mesma ordem que a manterá, servindo como excelente canal seletor, isto é: pondo na "Ordem Estabelecida", expelindo, eliminando ou previamente impedindo de entrar aquela que já for socialmente selecionada pelos critérios dos valores dominantes.

Numa sociedade capitalista ou estatista-centralizadora se aprende a capitalizar: dinheiro, propriedades, informações, privilégios, se bloqueia a individualidade; se aprende a copiar, a "xerocar", a imitar, a discursar; se acaba com a criatividade, a inventividade, a curiosidade; se aprende a buscar a identidade de "outro" (fora), a ser instrumento para instrumentalizar; se aceita ser dominado para dominar. Enfim, se esquece que ser feliz pode ser um objetivo de vida coletiva.

A revolução social, ou seja, aquela que começa do ser-pensar-agir de cada indivíduo pode desencadear-se através da socialização da informação, isto é, quebrando o monopólio do conhecimento "todo" por alguns. Implica em mudar as relações hierárquicas dos "mais letRADOS", que conhecem alguma coisa com os "menos letRADOS", que conhecem algumas outras coisas. Mudar os processos seletivos de informação; mudar os "programas" da informação "permitida", ou seja, com *status* de científica, inverter o processo hermético de comunicar informação. Encontrar-se com quem está do lado de fora dos lugares eleitos para informação, ou seja, sair da universidade, servindo a todos; hoje, especialmente aos que não são servidos por ela, mas são servilmente feitos serventes de todos (a maioria do povo brasileiro).

Aí que parece estar a chave capaz de dar força ao ato docente e que nos leva a informar sobre a história e a atualidade do pensamento libertário. Porque o ato pedagógico será sempre o espaço possível de ser reconquistado; por onde a revolução do pensamento se poderá fazer, pois vive da relação entre pessoas, que por serem indivíduos sempre podem exceder e traír qualquer armação metálica de um sistema instituído.

Plural. Florianópolis, nº 2, p.21/24 jan/jun, 1992.

### Bibliografia:

DULLES, John F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*, São Paulo: Nova Fronteira, 1977.

RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*, Petrópolis: Vozes, 1988.

RAMA, Carlos. *Utopismo Socialista (1830-1893)*, Venezuela: Ayacucho, 1980.

### Notas

1. DULLES, J.F. *Comunistas e Anarquistas no Brasil*, São Paulo: Nova Fronteira, 1977.

2. RAMA, Carlos. *Utopismo Socialista*, Venezuela: Ayacucho, 1980 (O Falanstério do Saí está sendo tema de uma dissertação de mestrado em História, de Antônio Guttler, na UFSC)

3. PRATES, Arlete Maikot. "História do Cooperativismo Catarinense", *Revista do IHGSC*, nº 4 (3ª fase), 1982-1983.

4. LOWY, Michael. *Redenção e Utopia*, São Paulo: Companhia das Letras 1989.

# Estratégia de intervenção política e ideológica

**E**sse estudo se situa no campo da história da educação brasileira e se propõe a resgatar um de seus pontos mais instigantes: a educação como campo privilegiado de intervenção política e ideológica e, nessa perspectiva, a importância de Francisco Campos e das reformas por ele empreendidas, tanto no Estado de Minas Gerais (1927-1929), quanto no Governo Provisório que sucedeu a Revolução de 1930 (1931-1932), quando assumiu o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em primeiro lugar, entretanto, cabe mencionar um fato peculiar. Não obstante sua inegável importância como político e reformador do ensino - e, sem dúvida, como jurista - , não são muitos os estudos sobre Francisco Campos, tanto na área da Ciência Política quanto na da História da Educação. E, praticamente inexistentes, na História das Idéias Políticas no Brasil.

Se é possível encontrar hoje em dia, vários e significativos trabalhos sobre história da educação brasileira, são raros os que se dedicam ao conjunto das reformas empreendidas por Francisco Campos, tanto ao nível estadual quanto federal, sobretudo tendo em vista o pano de fundo das relações entre educação e política<sup>1</sup>. Por outro lado, entre os muitos estudos sobre as distintas vertentes da construção doutrinária que, nos anos vinte e trinta, visava conceituar e afirmar a necessidade de um Estado forte, centralizador e tutelar sobre a sociedade brasileira, poucos reconhecem a importância de Francisco Campos nesse processo<sup>2</sup>.

Entretanto, não nos parece possível subestimar essa importância. Seja como um "intelectual no exercício de funções de poder" - na feliz expressão de Jarbas Medeiros - , isto é, na linha de frente da política brasileira, ou agindo nos seus bastidores, Francisco Campos teve marcante presença e influência. No aspecto que nos interessa mais de perto, não se pode esquecer que as reformas educacionais que empreendeu e que levaram o seu nome, repercutiram inegavelmente nos destinos da educação no país. Bem como se constituíram em estratégia privilegiada de suas articulações direcionadas para a concretização de seus objetivos políticos.

A reforma do Ensino Primário e Normal que empreendeu em Minas Gerais, na condição de Secretário dos Negócios do Interior do Governo Antônio Carlos (1926-1930), foi exemplar a esse respeito. Esse governo buscou implantar uma política modernizante no estado, na qual a educação cumpriria um importante papel.

Francisco Campos e Antônio Carlos, embora filhos da tradicional oligarquia mineira, eram sensíveis aos tempos de mudança que se constituíam no país. Nesse sentido, compreendiam as possibilidades de sua reforma em relação a dois objetivos políticos fundamentais que visavam alcançar: por um lado, atender às expectativas e incorporar as reivindicações de setores urbanos emergentes e da dissidência da velha oligarquia. Por outro, definir a atuação do Estado quanto à oferta e ao controle da educação, colocando sob seu poder um indispensável instrumento ideológico.

Não faltou ousadia aos dois políticos e a reforma procurou estabelecer as melhores condições para o desempenho da ação educativa, tanto do ponto de vista administrativo, quanto do pedagógico. A eficácia - novo nome do controle e da disciplina - era o desafio e, para isso, era necessária a alteração completa dos padrões educacionais existentes: do ponto de vista estrito das idéias pedagógicas e da própria filosofia da educação. Evidentemente, essa ousadia se definiu nos termos drásticos da estrutura de dominaçãoposta naquele momento, o que, em última análise, estabeleceu os seus limites e possibilidades.

**Maria Célia M. de Moraes -**  
**Doutora em Ciências**  
**Humanas (Educação) pela**  
**PUC/RJ e professora do**  
**Departamento de**  
**Economia da**  
**Universidade Federal**  
**Fluminense.**

Dicionário Bibliográfico Brasileiro



**Este ensaio é uma adaptação de parte do último capítulo da tese de doutorado "Educação e Política no Pensamento de Francisco Campos", defendida na PUC/RJ.**

Francisco Campos, "arquiteto solitário da Reforma", não poupou esforços para sua concretização. Promoveu a realização de conferências e cursos para os professores, a ampla divulgação pelos jornais das atividades da Secretaria - sobretudo pelo Diário de Minas, órgão oficial do Partido Republicano Mineiro - , o envio de professores mineiros para cursos nos Estados Unidos, o convite a especialistas europeus para ministrarem cursos em Minas, a divulgação de material didático e informações sobre os novos métodos educacionais, pela Revista do Ensino, a instalação de bibliotecas escolares, e a criação da Escola de Aperfeiçoamento, que viria a se tornar importante centro de pesquisa e experimentação dos novos métodos educacionais.

Com o objetivo de fundamentar a Reforma, Francisco Campos elaborou uma série de propostas educacionais e pedagógicas, indo buscar no movimento da Escola Nova - germinado no caldo de cultura do liberalismo - o reforço simbólico de que necessitava.

Nesse sentido, suas Exposições de Motivos e outros discursos sobre a Reforma, indicavam a preocupação com a qualidade do ensino - no quadro das propostas debatidas ao nível nacional que se opunham às tendências quantitativistas dos anos dez - , com os aspectos psicológicos da aprendizagem, com uma administração escolar eficiente, com a questão dos métodos e técnicas mais adequadas à melhor organização e condução do trabalho escolar. Falava da centralidade da criança, do necessário cuidado com a formação dos professores, da relação escola e "vida". É nesse momento, aliás, que aparece no pensamento de Campos uma idéia recorrente no Brasil: a da reconstrução social via reconstrução da escola.

A opção pelos princípios escolanovistas, sem dúvida influenciada pelo prestígio que gozavam naquele momento nos Estados Unidos e Europa, bem como entre os educadores brasileiros, não foi casual. A rigor, a opção se explica por sua funcionalidade, no plano ideológico, de fornecer a legitimação necessária a uma escola adequada aos projetos políticos de Campos e Antônio Carlos. Por isso mesmo, e não obstante a convicção de seu antiliberalismo no plano da organização política, ele não hesitou em lançar mão da filosofia e das propostas pedagógicas da Escola Nova.

O discurso de Francisco Campos muitas vezes evidenciou esse aspecto. Certamente, deixava anteve a possibilidade da renovação do meio social, porém, desde que presa à conservação da ordem estabelecida "como natural e necessária à convivência humana". A escola - eficiente, neutra, científica - adaptaria a criança à vida social moldando seu caráter de acordo com essa ordem e, mediante o aperfeiçoamento do caráter infantil, corrigiria e aperfeiçoaria a sociedade.

Francisco Campos, dessa forma, estabelecia para a escola a referência e o limite de sua atuação, a ordem reconhecida, a ordem jurídica e moral de uma Nação que era também, "usina e mercado". Definia, também, o seu *telos*, a socialização da criança nessas relações, sem choques ou desarmonia. Daí seu cuidado em definir o cidadão que a escola deveria formar: trabalhador, disciplinado etc.

Estratégia política, esse discurso educacional se fazia acompanhar de medidas muito práticas e objetivas, como a instalação de escolas - inclusive noturnas - nas regiões "críticas" do Estado de Minas Gerais, onde o movimento operário constituía ou estava prestes a se constituir em uma ameaça ao domínio das oligarquias. A "questão social" era, assim, reconhecida e recebia por parte do governo um tratamento "moderno".

Como não poderia deixar de ser, entretanto, faltavam às idéias escolanovistas presentes na Reforma mineira, condições objetivas de efetivação e a aplicação dos métodos ativos se restringiu, quando muito, aos grandes centros e, mesmo assim, precariamente.

A educação também se manifestaria como estratégia política na atuação de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1932) e, alguns anos mais tarde, na Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal (1936-1937).

Sua própria presença no Ministério - recém-criado pelo Governo Provisório - era resultado de amplas negociações políticas entre Vargas e o governo mineiro, que se sentia preterido na nova organização ministerial. De qualquer forma, sua indicação - que seria preferencialmente para a pasta da Justiça - , sem dúvida encontrava respaldo em sua atuação como reformador do ensino no Estado de Minas Gerais.

O Ministério, criado pela revolução de 1930, simbolizou o forte impulso de centralização do poder nas mãos do Executivo federal - aspecto central do novo Estado que se formava - , que progressivamente concentrou as iniciativas e o comando das políticas econômica e social, assim como sobre os meios e os instrumentos de controle e repressão.

Aliás, a leitura do Regulamento que organizou a nova Secretaria não deixa dúvidas quanto ao que deveria ser a competência do Estado em relação à educação, uma vez que determinava que o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passasse a ter a seu encargo:

1. A centralização do estudo e despacho de todos os assuntos da administração federal relacionados com o desenvolvimento intelectual e moral e com a defesa médico-sanitária da coletividade social brasileira...

2. A direção geral e fiscalização, sob o ponto de vista administrativo, de todos os serviços concernentes aos assuntos indicados na alínea 1.

3. O preparo de todos os atos que tenham que ser assinados pelo Chefe do Poder Executivo e pelo respectivo Ministro de Estado, relativamente à matéria de sua competência, salvo nos casos

## Notas

1. Análises e descrições de aspectos das reformas podem ser encontradas, entre outros, nos trabalhos de: Romanelli (1978), Fávero (1980 e 1989), Franco e Simon (1987), Rocha (1990), Prates (1989) e Peixoto (1982 e 1989).

2. Com poucas exceções, como a de Lamounier (1974), a de Medeiros (1978) ou de Schwartzman et alii (1984), a Ciência Política tem dedicado pouca ou nenhuma atenção a Francisco Campos. Vale lembrar, a esse respeito, a inexplicável ausência de seu nome nos trabalhos de Miceli (1979), Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945, Oliveira et alii (1980), Elite intelectual e debate político nos anos 30, e de Ramos (1983), A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. Nesse último, embora Ramos inclua na "inteligência brasileira" nomes como os de Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Getúlio Vargas, Góis Monteiro, entre outros, não faz qualquer referência ao nome de Francisco Campos.

3. Foram as seguintes: Decreto 19.850 (11/abr/1931), que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto 19.851 (11/abr/1931), que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; Decreto 19.852 (11/abr/1931), que dispôs sobre a Universidade do Rio de Janeiro; Decreto 19.941 (30/abr/1931), que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país; Decreto 20.158 (30/jun/1931), que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; Decreto 21.241 (14/abr/1932), que consolidou as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

em que outra coisa for determinada por disposições regulamentares especiais.

4. A expedição e publicação desses atos e o recebimento de todos os papéis endereçados ao Ministro ou, por seu intermédio, dirigidos ao Chefe do Poder Executivo.

Tinha início, nesse momento, o processo de extensão do poder estatal sobre o sistema educacional. A criação do Ministério significou, portanto, não só o ponto de partida para uma série de modificações na política educacional brasileira. Uma vez mais e agora ao nível nacional, o Estado definia sua competência no campo específico da educação.

Nesse contexto devem ser entendidas as chamadas "Reformas Francisco Campos"<sup>3</sup>. Atingiam vários níveis de ensino, eram impostas a todo o território nacional e, de fato, buscavam fornecer uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e universitário. Centralizadoras, coercitivas, minuciosas, mais do que refletir a personalidade do seu autor, elas expressavam, a seu modo, o caminho seguido pelo novo Estado. Por isso, talvez, as Exposições de Motivos tenham sido mais técnicas e mais objetivas do que as da Reforma mineira, prescindindo de uma fundamentação filosófica e pedagógica mais extensa.

Francisco Campos pressentia que a Revolução de 1930 poderia significar a derrota definitiva do Estado liberal-oligárquico e possibilitar a edificação do ordenamento político-jurídico que desejava: um Estado moderno, forte e intervencionista na economia, na política e na educação. Por isso mesmo, atuou intensamente para ampliar as bases do novo regime, intervindo no debate político e educacional do momento, angariando apoios, cooptando forças, mediando interesses divergentes. A Legião de Outubro, em Minas, a sugestão de Vargas para incluir o ensino religioso nas escolas públicas, a aliança com a Igreja - sólida aliada na luta contra o Estado liberal - , a cooptação de renovadores, as articulações que desenvolveu quando ocupou a pasta da Educação no Distrito Federal, nada mais foram do que estratégias políticas para alcançar esse objetivo.

Os tempos da Reforma de Minas haviam ficado para trás e a defesa da escola primária e da formação do professor para esse nível de ensino já não se constituíam em estratégias apropriadas ao momento. Afinal, não convinha interferir na área de competência dos poderes oligárquicos regionais criando conflitos desnecessários. Ficaram esquecidas no passado, também, as grandes formulações pedagógicas da Escola Nova. Seus sinais, ainda perceptíveis em alguns discursos de Campos nos anos trinta, não mantinham a mesma força de outrora.

Francisco Campos afastou-se do Ministério em setembro de 1932 e, entre essa data e sua posse na Secretaria da Educação do Distrito Federal, em dezembro de 1935, não existem evidências de pronunciamentos seus sobre questões referentes à educação - exceto de um discurso na sessão solene de abertura dos cursos universitários, em 1933.

O ano de 1936, entretanto, trouxe Francisco Campos de volta ao cenário educacional e com seu perfil ideológico inteiramente definido. Havia assumido a Secretaria, em substituição a Anísio Teixeira e se não atuou especificamente como um *reformador do ensino*, certamente o fez como articulador político.

Foi como Secretário que, por orientação de Vargas, estabeleceu contatos com Plínio Salgado com o objetivo de obter o seu apoio para a conspiração que preparava o golpe de novembro de 1937. Em contrapartida, seria oferecido ao chefe integralista nada mais nada menos do que o Ministério da Educação! Foi também em sua gestão na Secretaria que Francisco Campos regulamentou a lei local do ensino religioso, consequência da "conquista revolucionária" que havia sido o Decreto 19.941 de abril de 1931 que introduzia o ensino religioso nas escolas públicas do país - o que, por certo, lhe propiciou o agradecimento público do grupo católico.

De qualquer forma, os tempos exigiam uma definição política e ideológica mais clara e os discursos de Campos acompanharam esse movimento. O Golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo - para o qual redigira a Constituição enquanto ocupava a Secretaria da Educação do Distrito Federal - ocasionaram a ruptura definitiva com o verniz liberal de suas posições anteriores.

Em novembro de 1937, já como Ministro da Justiça do Estado Novo, traduziu, agora com todas as letras, o papel subordinado da educação em relação ao seu projeto político. No capítulo dedicado à educação e à cultura da nova Carta Constitucional, afirmava que os "verdadeiros interesses nacionais" deveriam nortear a formação dos novos cidadãos e que o ensino poderia ser "um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam". Ao Estado caberia "promover a disciplina moral e o adestramento da juventude para com a economia e a defesa da Nação".

O ceticismo de Francisco Campos, que um dia pregava uma "educação para o que der e vier" - que, diga-se de passagem, jamais foi muito convincente - desaparece do horizonte. Finalmente ele explicita de forma definitiva o que, a seu ver, seriam o lugar e a finalidade da educação. Por um lado, lugar de disciplina - moral e cívica - , da obediência, do adestramento, da formação da cidadania e da força de trabalho necessárias à modernização consentida. Por outro, finalidade submissa aos designios do Estado, organismo político, econômico mas, sobretudo, ético, expressão e forma "harmoniosa" da Nação brasileira.

## Bibliografia

FÁVERO, M. de Lourdes de A. *Universidade & Poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

(coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia, projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

FRANCO, Maria A. P. C. e SIMON, M. Célia de Moraes. *Educação e Trabalho: dois temas de "salvação nacional" no alvorecer dos anos trinta*. Rio de Janeiro: INEP/PUC/RJ, Relatório de Pesquisa, 1987.

LAMOUNIER, Bolívar. *Ideology and authoritarian regimes, theoretical perspectives of the brazilian case*. Los Angeles: University of California, tese de doutorado, 1974.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MORAES, M. Célia M. de. *Educação e Política no pensamento de Francisco Campos*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, tese de doutorado, 1990.

MORAES, M. Célia M. de. *A questão do método histórico*. Niterói: UFF, Departamento de Economia, texto para discussão, n. 3, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia L. et alii. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia L.. (coord). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV/INL-MEC, 1980.

PEIXOTO, Ana M. Casasanta. *A educação e política no Brasil, anos 20*. São Paulo: Loyola, 1982.

Educação e Estado Novo em Minas Gerais. São Paulo: PUC/SP, tese de doutorado, 1989.

PRATES, M. Helena O. A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público em Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento. Belo Horizonte: UFMG, dissertação de mestrado, 1989.

RAMOS, A. Guerreiro. *A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. Seminário Internacional, A Revolução de 1930*, (CPDOC/FGV). Brasília: Editora UnB, 1983.

ROCHA, Marlos B.M. da. *Educação conformada: a política pública de educação (1930-1945)*. Campinas: UNICAMP, dissertação de mestrado, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: EDUSP, 1984.

**- Florestan Fernandes -**

# **“Conservadores mutilam o projeto de educação nacional”**

Universidade e Sociedade - ANDES



## **O que é LDB?**

*A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional tem o objetivo de organizar a educação no Brasil em todos os graus de ensino nas várias modalidades e redes. Por exemplo, de que é direito do cidadão o acesso à educação básica, como creche e pré-escola e os 1º e 2º graus. Entre outros pontos, objetiva definir uma carreira para o magistério com piso salarial unificado em nível nacional, além de condições de formação e aperfeiçoamento.*

## **Como surgiu a LDB?**

*A LDB foi apresentada em dezembro de 1988 à Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Câmara Federal, pelo deputado Octávio Elísio (PSDB/MG). Depois, articulou-se o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, que vem acompanhando sua tramitação no Congresso Nacional. Daí resultou, em 1989, o substitutivo Jorge Hage (PDT/BA), então relator do projeto. Hoje, o substitutivo está sendo discutido na Comissão de Educação, e tem como relatora a Deputada Ângela Amim (PDS/SC).*

## **Qual a situação hoje?**

*O projeto de LDB está tramitando no Congresso há mais de três anos. Encontra-se ainda em negociação na Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Câmara pela dificuldade de acordo de alguns de seus artigos. Os debates regionais promovidos pelo Fórum Catarinense em Defesa da Escola Pública, visam discutir com os parlamentares a possibilidade de seu apoio ao regime de “urgência urgentíssima” para que a LDB seja votada no segundo semestre deste ano.*

*Este depoimento do professor e deputado federal (PT/SP) Florestan Fernandes foi concedido em 28/4/92 à professora Olinda Evangelista, do Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC, e membro do Fórum Catarinense em Defesa da Escola Pública. Aqui, FF fala do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), de sua longa e acidentada tramitação - três anos - no Congresso Nacional.*

“Eu penso que nós havíamos chegado a um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional que poderia ter vigência durante dez ou 15 anos, até que surgissem discussões para realizar-se um projeto de lei mais adequado às exigências da situação histórica brasileira. No entanto, os interesses que se chocam dentro do Parlamento são tão destrutivos

que o projeto, que já havia passado por todas as comissões, e por elas aprovado, acabou, por manobras principalmente dos partidos ultraconservadores - como o PDS, PFL e outros -, voltando à deliberação das comissões. E aí surgiram negociações que tornaram o projeto, já com muitas limitações, muito mais precário.

Eu comparo o que aconteceu a um conjunto de decapitações, pelas quais a melhor parte de alguns dispositivos ou foi transformada ou foi eliminada. Tudo isso não se deve só aos conflitos e interesses entre o setor público, o setor privado, a Igreja católica tradicional e confissões religiosas não católicas e uma concepção laica de educação pública. Deve-se também ao nosso processo legislativo, já arcaico, que não prima pela racionalidade.

Nosso esforço anterior se colocou no sentido de trazer os maiores interessados para colaborar, inclusive donos de escolas privadas, representantes do ensino religioso de várias confissões, principalmente católicos, representantes do movimento discente, docente, dos funcionários e, em particular, das entidades que reúnem os professores e técnicos em educação. Essas entidades são as que acumulam maiores experiências e têm maior conhecimento dos problemas da educação no Brasil de hoje, estando em condições de propor um ponto de partida mais rico. Ao mesmo tempo, poderiam sugerir os dispositivos mínimos necessários para a escola voltar a ser uma instituição com significado de valor, onde a sala de aula seja como o laboratório na pesquisa: o centro de atividade pedagógica.

Os setores dos partidos conservadores não entenderam assim. Entenderam que essa colaboração deu um caráter corporativo ao projeto de lei, o que é um erro. E se fosse um interesse corporativo, *stricto sensu*, ainda seria legítimo, porque são aqueles que trabalham na área da educação que sabem, por experiência, o que eles precisam para tornar o nosso sistema educacional mais eficiente e, ao mesmo tempo, corrigir anomalias em relação a salários de professores, condições de trabalho - inclusive dos que trabalham em atividades de infra-estrutura nas escolas. Portanto, seria uma influência corporativa de caráter construtivo diferente do interesse corporativo que tem, por exemplo, o setor da escola privada, que persegue o lucro, ou então quer alcançar o controle ideológico para impedir mudanças radicais no pensamento e na ação dos jovens e adultos que educaram.

Assim, eu vejo tudo isso com pesar, ainda mais porque no Senado o processo vai se repetir e há perspectivas de que pelo menos um ou dois projetos novos surjam ali. E nós vamos ter um drama para a aprovação desta lei, muito parecido com o que se constituiu em torno da primeira LDBE nacional, que culminou no empobrecimento e também na inclusão de mudanças que desnaturalizaram o projeto, impedindo que o ideal dos pioneiros da educação nova se concretizasse e fosse levado adiante.

Praticamente nós estamos na mesma batalha. O Brasil caminhou quase meio século, desde que surgiu o primeiro projeto e a nação retira de tudo isso um proveito amargo, em particular para nós que estávamos dispostos a ir muito mais longe. Mas não devemos nos lamentar porque, afinal de contas, a história não dura um dia. Ela tem duração secular. O que não se faz hoje se fará amanhã. O que não faz esta geração, outras gerações o farão. Por isso, eu acredito que acabaremos - que sabe? - superando a necessidade de possuir, no futuro, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.”

# A extensão integrada com o ensino e a pesquisa: a teoria e a prática

*É exposta uma visão do escopo e do sentido da atividade extensionista num departamento de atuação na área científica-tecnológica. Nesse contexto, a Extensão pode ser exercida de forma integrada com a Pesquisa e o Ensino, com melhoria geral do desempenho das funções da Universidade. O Depto. de Engenharia Mecânica da UFSC implementa essas idéias, tendo criado em 1988 uma Câmara de Análise de Atividades de Extensão para supervisionar o processo.*

**Arno Blass. Ph. D. -**  
Professor do CTC - UFSC  
**Clovis Raimundo Mallaska.**  
Ph. D. - Depto. de Eng.  
Mecânica - CTC - UFSC

## Introdução

A Sociedade Brasileira apresenta hoje problemas fundamentais graves que contrastam com nosso desejo de nos tornarmos uma nação tecnológica e socialmente desenvolvida. Problemas como a falta de habitação, a fome, a falta de escolas para grande número de crianças, a ausência de saneamento básico nas cidades, a dificuldade no acesso aos cuidados médicos essenciais e ao tratamento dentário, a volta de certas epidemias, a verminose nas crianças de famílias de baixa renda, etc., nos classificam entre os países de pior nível social. O Brasil, ao mesmo tempo em que apresenta uma realidade cruel como a mostrada, procura, também, avançar seus conhecimentos nas áreas de telecomunicações, exploração de petróleo, química fina, biotecnologia, novos materiais, para citar apenas algumas, com o objetivo de conseguir um avanço tecnológico que o liberte do jogo dos detentores da tecnologia internacional, com a consequente independência e soberania que desejamos. Como acabamos de constatar, a Sociedade conclama a Universidade a cooperar na superação de duas classes de problemas que são, do ponto de vista da metodologia de solução, completamente distintos. E convém lembrar que ambas representam, ou podem vir a representar no futuro, subsídios para a prática da extensão universitária, sendo importantíssimo deixar claro como a Universidade deve atuar em cada caso.



Os problemas listados em primeiro lugar apresentam, via de regra, solução conhecida e requerem mais vontade política firme do Governo, do que trabalho de investigação. Com raras exceções, todos estes problemas estão afetos a algum órgão governamental especificamente encarregado de resolvê-los, e cabem à Universidade, como entidade também política, pressionar e atuar para que estes órgãos cumpram seu dever. Mas a maneira mais direta e eficiente que a Universidade possui para estes casos é a cooperação com estas entidades, fornecendo professores, alunos e técnicos para, conjuntamente, encaminhar as soluções. Constitui-se erro grave, entretanto, reservar para a Universidade a tarefa de coordenar as soluções desta classe de problemas, em primeiro lugar por estar ela, com isso, assumindo funções destinadas a outros órgãos e, em segundo lugar, devido à necessidade da alocação de grande contingente de professores para esta atividade, com isso inviabilizando a investigação de hoje, que será a extensão de amanhã. Uma atividade de pesquisa séria e competente, dispondo de um corpo docente qualificado, é um requisito básico para que se possa ir à busca das soluções para os problemas que hoje muitos não conseguem enxergar como relevantes, e que serão as soluções que a comunidade irá reclamar amanhã.

## O que é, então, extensão?

*"Com o exercício sistemático da pesquisa os docentes se enriquecem com exemplos e experiência, que logo irão transparecer em suas aulas como agentes de motivação e ilustração."*

A Resolução nº 44/CEPE/87, que regulamenta a atividade de Extensão na UFSC, define muito bem em seu artigo primeiro:

*"A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação desta com a comunidade, através da mútua prestação de serviços, visando contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e dela buscar experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa".*

Esta definição caracteriza claramente a Extensão como uma via de mão dupla entre a Universidade e a Sociedade, ali designada mais genericamente por comunidade. Conceitos como "interação", "mútua prestação de serviços" e "desenvolvimento da comunidade" enfatizam bem esta analogia. Universidade e Sociedade interagem através da atividade extensionista, beneficiando-se ambas com esta interação.

Con quanto aspectos formais específicos da atividade extensionista possam e devam variar de uma área para outra da Universidade (e serão distintos, em substância e procedimentos, na área tecnológica, em relação à da saúde, à social ou a outras), deverá ser preservada, sempre, esta característica interativa. Isto exclui, por exemplo, o assistencialismo com fim em si mesmo, exceto em momentos de crise (enchentes, epidemias), quando ele passa a se impor como compromisso social de todos.

Cabe, então, perguntar: de que forma pode a Universidade beneficiar-se da atividade extensionista, ou, alternativamente, quando a Universidade se beneficia da atividade extensionista?

Quer-nos parecer que a resposta evidente seja, simplesmente: quando ela tiver reflexos positivos sobre a Pesquisa e o Ensino, ou seja, quando estas outras atividades características da vida universitária forem melhoradas em função da atividade de Extensão.

Isto quer dizer que o verdadeiro extensionismo exclui atividades que competem a organismos específicos, como, também, exclui aquelas atividades que possam ser bem realizadas pelos profissionais que a própria Universidade lança no mercado de trabalho, com os quais ela estaria entrando em competição, em condições de franca deslealdade. Daí a necessidade de um quadro qualificado para exercer a Extensão. Caso esta qualificação não exista, não existirá diferença entre o profissional de mercado e o professor.

Nestas condições, a atividade extensionista ganha relevância apenas quando escapa ao trivial e ao rotineiro, impondo desafios à capacidade investigativa do profissional que vai desenvolver e, eventualmente, requerendo instrumental de ocorrência não corriqueira. Aí ela resulta em aumento da capacitação profissional de quem a desenvolve, por forçá-lo ao estudo especializado, ao raciocínio crítico, ao trabalho em equipe, à formulação e validação (ou invalidação) de hipóteses e à experimentação. Em outras palavras: à geração do conhecimento por via da aplicação do método científico.

Quando a atividade de Extensão for conduzida por essa ótica, ela realimenta a atividade de Pesquisa, redirecionando-a para temas que constituem uma necessidade concreta da comunidade, ou de segmentos desta, sem perda de sua característica inerente de questionamento do desconhecido. Em face disso se estabelecem canais alternativos de financiamento da pesquisa não básica na Universidade. A Extensão passa a atuar como agente motivar e enriquecedor da atividade de Pesquisa, a par de conferir-lhe relevância social. Ao nível interno, promove o estabelecimento e a consolidação de grupos de pesquisa, envolvendo docentes, técnicos e estudantes, tanto de pós-graduação como de graduação.

O exercício sistemático da pesquisa criadora e socialmente relevante, por seu turno, qualifica equipes e pessoas. Os docentes se enriquecem com exemplos e experiência, que logo irão transparecer em suas aulas, como agentes de motivação e de ilustração. Numa etapa subsequente, currículos virão a ser reformulados. Os alunos que integram grupos de pesquisa tem um benefício adicional na motivação que se origina do processo participativo. Em suma, a atividade de Ensino é oxigenada e beneficiada.

Nessas condições a Universidade estará suprindo as funções que lhe competem no contexto social se e quando proceder à integração das atividades de Extensão, Pesquisa e Ensino, através da seleção judiciosa de seus projetos de Extensão, segundo os critérios aqui enunciados.

### As exceções

Situações relevantes em que a atividade de Extensão pode prescindir de algumas das características aqui enunciadas existem. Duas delas não podem ser desconsideradas.

A primeira, e mais importante, se configura quando a Universidade presta serviços de educação continuada, oferecendo cursos de extensão à comunidade. Tais cursos podem ter, e via de regra têm, conteúdo de nível determinado, distante da fronteira do conhecimento. Mas eles se justificam por dever de ofício. Eles escapam à condição integradora anteriormente enunciada, mas traduzem o reconhecimento, pela Universidade, de sua responsabilidade social perante a comunidade.

A outra diz respeito aos serviços técnicos especializados. Uma Universidade dinâmica e atuante, que desenvolve a integração de suas atividades, necessária e inevitavelmente passa a sediar competências e equipamentos de ocorrência não generalizada. Seria antipático que ela se negasse à prestação de serviços, mesmo que de rotina, quando somente ela estiver capacitada a prestá-los.

Contudo, deve a Universidade, através de seus departamentos didáticos, assegurar que esse tipo de atividade extensionista não venha a assumir proporções que acabem por prejudicar suas outras e específicas atribuições. Por exemplo, a participação desenfreada em cursos externos de relevância secundária não deve tolher a atividade de pesquisa, nem prejudicar o ensino nos cursos próprios da Universidade. Igualmente, a realização sistemática de ensaios de rotina para terceiros não deve consumir insumos da Universidade, nem impor sobre pessoas e equipamentos uma carga ocupacional que os inviabilize para os interesses do ensino e da pesquisa.

### Isto existe?

As idéias aqui enunciadas têm sido praticadas há vários anos, inicialmente em decorrência de oportunidades fortuitas, e hoje, face aos resultados verificados, como filosofia de ação sistemática, no Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC.

O caminho percorrido até ser atingido o atual nível de consolidação e de maturidade foi longo e árduo. Sendo a qualificação da equipe requisito indispensável para o adequado funcionamento de um sistema assim concebido, foi de início necessário capacitar recursos humanos, o que é tarefa demorada e cara. Paralelamente foi necessário implantar uma mentalidade em que pesquisa é componente importante. A dedicação exclusiva é consequência natural. Finalmente, havia que romper o ceticismo do setor industrial em relação à Universidade, o que demandou, inclusive, esforços a fundo perdido.

A consolidação deste projeto institucional começou a ocorrer a partir de uma consulta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, em meados da década de 70, relativa ao projeto estrutural das usinas nucleares que então se construíam. Nasceu aí o GRANTE (Grupo de Análise de Tensões), que em pouco tempo marcava sua ação apresentando dezenas de trabalhos em congressos especializados, inclusive no exterior. O vínculo com a CNEN foi há muito rompido, mas o GRANTE subsiste, nacionalmente reconhecido e tendo ramificado sua esfera de atuação. Dele se derivou o Laboratório de Projeto, com seu grupo de pesquisa em projeto e desenvolvimento de máquinas agrícolas, com forte impacto social e profundo interesse para o Estado de Santa Catarina, e cujo reconhecimento já se encontra traduzido em manifestações da Imprensa e na fração que representa na demanda de nosso curso de pós-graduação.

O Laboratório de Soldagem, a par de desenvolver trabalhos conjuntos com fabricantes de eletrodos da Argentina, é pioneiro, no Brasil, na questão de automatização do processo, e se consagra pelo volume e qualidade de seus trabalhos, alguns deles já premiados no país, e outros no Exterior.

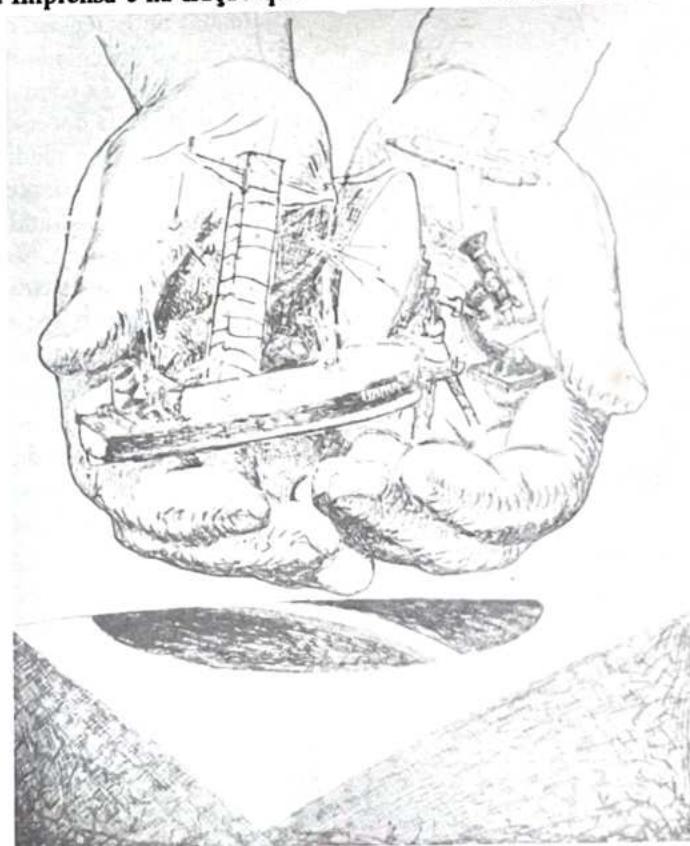
Da interação do Laboratório de Metrologia com a Fundação CERTI (Centro Regional de Tecnologia em Informática) resultaram condições invejáveis de absorção do alunado de diversos cursos, e a qualidade de seu trabalho é confirmada quando se verifica que todos os prêmios Yehan Numata de Mecânica de Precisão, desde sua instituição em 1986, foram concedidos a docentes e alunos do LABMETRO ou a servidores do CERTI.

O desenvolvimento de um torno de ultra alta precisão trouxe à equipe do Laboratório de Usinagem (hoje constituindo o novo Laboratório de Mecânica de Precisão) o prêmio MCT/Sindimaq de Desenvolvimento Tecnológico. Numa área afim, o GRUCON (Grupo de Comando Numérico) participa decisivamente na implantação do curso de Engenharia de Controle e Automação, mercê da experiência e capacitação que se consolidaram, desde os dias pioneiros em que a UFSC introduziu o estudo do comando numérico no Brasil, ainda na década de 60. Pela sintonia sistemática com o setor produtivo, gerou "spin-offs", como o Laboratório de Hardware, que hoje dá suporte à opção Mecânica de Precisão que ora se implanta.

O trabalho do SINMEC (Grupo de Simulação Numérica em Transmissão de Calor e Mecânica dos Fluidos), a par de constituir parcela importante da Missão Espacial Completa do Governo Brasileiro, tem contribuído, também, no equacionamento de problemas de preservação ambiental; recentemente mereceu o interesse de elementos da NASA.

O desenvolvimento de ímãs permanentes à base de terras raras, requerido por uma indústria

Ciência e Tecnologia



*“A câmara é constituída de cinco membros eleitos, incluindo um representante discente, cada qual tendo um suplente. Sendo de quatro o quórum definido, há intensa participação dos suplentes.”*

local da área da automação, foi realizado por um “pool” de instituições, tendo, na etapa do desenvolvimento do processo, a participação decisiva do Laboratório de Materiais. Já o Laboratório de Vibrações e Acústica desenvolveu e qualificou isoladores elastoméricos queridos pela EMBRAER para seus aviões.

Com uma das maiores firmas do Estado tem sido mantido um longo trabalho de cooperação mútua e simbiótica que, de um lado, permitiu importantes desenvolvimentos nos produtos que ela produz e, por outro, suscitou temas atrativos e relevantes para dissertações de mestrado e benefícios materiais para três laboratórios do Departamento.

O Laboratório de Meios Porosos e Processos Termofísicos, que ora se implanta, resulta da fusão de esforços independentes, envolvendo longo trabalho de cooperação com uma multinacional, de um lado, e com uma paraestatal, de outro.

E a lista poderia continuar... Nesse processo, quase que duas centenas de alunos de graduação encontram oportunidade ímpar de realizar treinamento profissional no seio da própria instituição, em suas horas vagas, com efeito inquestionavelmente benéfico sobre sua motivação e sobre a qualidade de sua formação. Dezenas de estudantes de pós-graduação encontram, por seu turno, temas atraentes e objetivos para suas dissertações e teses, além de suporte mais adequado para seu trabalho.

### O controle

A experiência do Departamento de Engenharia Mecânica demonstrou que a concepção aqui apresentada, para a atividade extensionista, é viável, desde que submetida a controles adequados. A simples exigência do aval do Colegiado do departamento, estipulada pela Resolução 44/CEPE/87, se revelou insuficiente. A experiência demonstrou que, independente das diretrizes gerais estabelecidas para o julgamento dos processos referentes à atividade de extensão, sua aprovação ou rejeição era fortemente condicionada por fatores aleatórios, estranhos ao mérito: dependia do relator e da composição dos presentes à reunião. Além disso, múltiplos projetos de pequeno porte, interesse restrito e relevância questionável entulhavam as pautas das reuniões, tornando-as tediosas e estimulando a falta de quorum.

Questionava-se, por isso, o benefício auferido pelo departamento, os efeitos da atividade extensionista sobre o ensino e a pesquisa, e a concorrência aos profissionais do mercado de trabalho.

A fim de assegurar que a análise dos processos relativos aos projetos de extensão se desse com maior objetividade e uniformidade, o departamento instituiu em 1988 a Câmara de Análise de Atividades de Extensão, com a competência de julgar os processos, submetendo em bloco sua aprovação ao Colegiado do Departamento, cabendo de suas decisões recurso a este Colegiado. Para instrumentar a Câmara, o departamento instituiu um eficiente cadastro informatizado sobre a situação de cada docente, relativamente às atividades de extensão, discriminando projetos em andamento e tempo médio semanal comprometido. Cada processo que sobe à apreciação da Câmara é necessariamente instruído com as informações deste cadastro.

A Câmara é constituída de cinco membros eleitos, incluindo um representante discente, cada qual tendo um suplente. Sendo de quatro o quorum definido, há intensa participação dos suplentes. A aprovação dos processos requer três votos favoráveis. A distribuição dos processos é sequencial, por entrada, sem privilegiamento ou restrição de relatores, exceto no caso de interesse direto, em que o membro interessado é impedido de participar da análise e aprovação do processo.

Compete à Câmara: analisar e aprovar toda a atividade de extensão do departamento, remunerada ou não, de acordo com critérios aprovados pelo Colegiado; organizar, catalogar e informatizar a atividade de extensão do departamento; controlar a atividade de extensão, de acordo com as normas superiores da Universidade e propor normas ao Colegiado para avaliá-la internamente; e responder junto aos órgãos da Universidade sobre assuntos de extensão do departamento.

### Operacionalização

No que concerne ao Departamento de Engenharia Mecânica, entendeu-se que a comunidade de que fala a Resolução 44 é constituída pelo conjunto das empresas, entidades de classe e órgãos governamentais vinculados com a área. A estrada de mão dupla que os comunica com o departamento permite, de um lado, o repasse de informações e serviços, englobando o desenvolvimento de novos produtos, processos ou técnicas, para esses setores, atendendo a consultas específicas. Por outro lado, ela traz ao departamento empreitadas que desafiam sua competência, bem como recursos financeiros. Esses desafios devem ser técnica ou cientificamente atrativos, de forma a motivar a atividade de pesquisa, estimular a criatividade dos docentes, instigá-los a ampliar seu nível de conhecimentos e enriquecê-los com experiências válidas que permitam, também, oxigenar a atividade de ensino, trazendo com isso benefícios também aos alunos.

Os recursos financeiros envolvidos devem cobrir as despesas incorridas, de forma alguma

restritas à mera remuneração dos participantes. Elas devem ressarcir a Universidade pelo uso e depreciação de seus conhecimentos e instalações e permitir, também, que a instituição seja beneficiada, quer seja em termos de melhoria de infraestrutura, quer pela melhoria das condições de treinamento dos estudantes, através de bolsas de trabalho, de iniciação científica ou de pós-graduação.

O departamento, utilizando uma classificação não caracterizada contida na Resolução 44, estabeleceu uma classificação em três categorias, para os projetos de extensão:

1 - Projetos de consultoria - de mais longa duração, exigem a participação efetiva de docentes, resultando em aumento da capacitação científica e tecnológica disponível no departamento, ou beneficiando-o pela possibilidade de publicação de artigos, pelo desenvolvimento de dissertações ou teses, pela aquisição de equipamentos, concessão de bolsas a alunos, etc.;

2 - Serviços técnicos - atividades cujo desenvolvimento requer procedimentos normalizados ou de rotina, que não exigem estudos ou preparação adicional de seus realizadores, como sejam, por exemplo, certos trabalhos de laboratório, medições em geral, orientação sobre processos, cálculos rotineiros ou assemelhados, podendo ou não requerer a participação efetiva de professor;

3 - Serviços de ensino - enquadraram-se aqui cursos de extensão ou aperfeiçoamento, avulsos ou decorrentes de convênios de cooperação.

Projetos de consultoria, por seu efeito multiplicador, são particularmente estimulados, através de menores alíquotas de taxação. Esta, em todos os casos, é cobrada pela fundação gestora, incidindo sobre a remuneração do pessoal envolvido nos projetos. Ela inclui percentuais destinados aos gerenciamento dos recursos (administração), ao FUNPEX (Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão, da UFSC), e percentual variável posto à disposição do departamento, constituindo seu Fundo de Apoio às atividades de Ensino, Pesquisa e Administração.

Serviços técnicos, prestados por uma questão de compromisso social, podem, por vezes, propiciar excelente campo de treinamento para os alunos. Quando a participação do professor é requerida além da mera supervisão, incide sobre a atividade uma maior alíquota departamental, em virtude do menor potencial de geração de benefício que ela traz à instituição.

A participação de docente em cursos avulsos é sujeita a alíquotas diferenciadas, maiores quando esses cursos se dão durante os períodos letivos normais da UFSC, e menores em época de férias. Incentiva-se, com isso, a programação de cursos de extensão nas épocas de férias, quando os alunos regulares não são prejudicados. Já cursos ministrados no âmbito de convênios de cooperação merecem um tratamento específico, compatível com sua relevância e interesse social ou regional.

As normas vigentes na UFSC permitem o destaque de até oito horas semanais, na média semestral, para a atividade extensionista, por docente. O departamento estabeleceu diretrizes para a quantificação dos tempos de participação de seus docentes nesta atividade, cujo critério fundamental é o da disponibilidade dos mesmos para as atividades rotineiras da vida departamental. Assim, se um docente for obrigado a viajar, em decorrência de um projeto de extensão, sua participação no projeto será quantificada em termos da efetiva duração do afastamento, à base de oito horas por dia útil.

## Os resultados

Do exposto se conclui que, quando a Extensão é encarada e desenvolvida tendo o interesse mútuo como referencial, a Universidade pode ser beneficiada pela revitalização da Pesquisa e pela oxigenação do Ensino, caracterizando-se nitidamente a integração entre as três atividades que constituem sua razão de ser.

O Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC deve parte de seu prestígio ao fato de ter adotado essa concepção, para cujo acompanhamento inovou, criando sua Câmara de Atividades de Extensão. Após quase quatro anos de existência, essa Câmara, juntamente com os critérios de análise que lhe foram outorgados, serviu como elemento que redirecionou a atividade extensionista do departamento. E, o que é mais importante, seus padrões de análise permearam a mentalidade da maioria dos docentes, de sorte que se passou a observar, na maioria dos projetos, uma nítida preocupação no sentido de que deve ser o departamento o maior beneficiado com sua implantação.

A explosão dos custos da pesquisa científica, e a tendência das agências de fomento de se desvincularem de programas de apoio institucional, favorecendo projetos em áreas prioritárias, quando não de encomenda pura e simples, affige as universidades dos países mais desenvolvidos do mundo, nesta virada de século. Elas se vêem ante a necessidade de se tornarem mais aguerridas na busca dos recursos para seu custeio. Fazê-lo sem sacrificar padrões estabelecidos de excelência constitui um desafio que as preocupa, e para o qual ainda não sabem oferecer a resposta.

O Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC tem conseguido estabelecer um "modus vivendi" através de sua filosofia de ação extensionista. E por isso sobrevive...

## BIBLIOGRAFIA

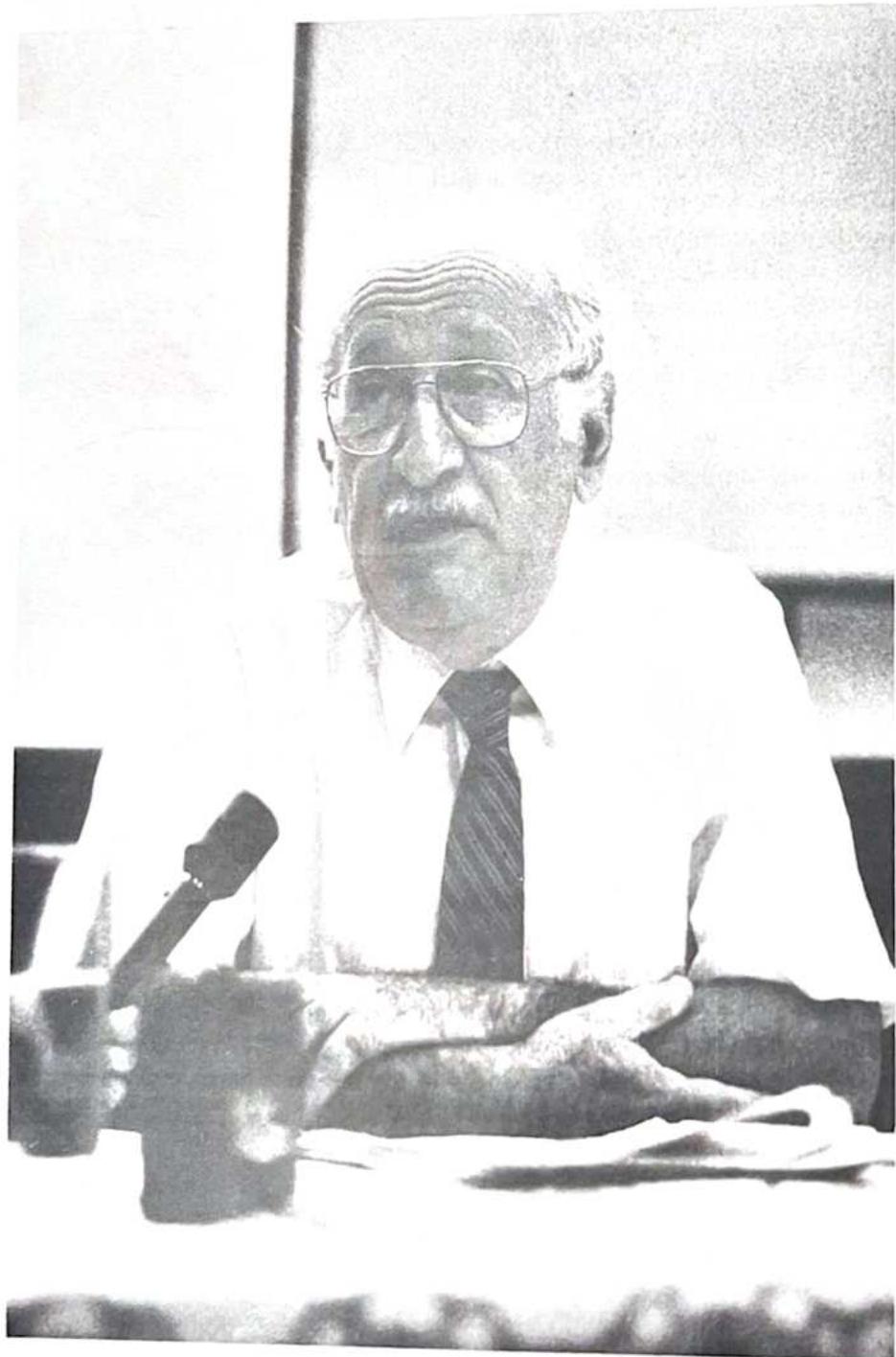
- 1 - UFSC - Resolução nº 044/CEPE/87.
- 2 - UFSC/EMC - Resolução nº 07/EMC/88.
- 3 - UFSC/EMC - Resolução nº 09/EMC/88.
- 4 - BLASS, A. & MALISKA, C.R. "A Extensão integrada com a Pesquisa e o Ensino: a Universidade otimizando seu desempenho". IX Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Florianópolis, outubro de 1991.
- 5 - BLASS, A.; SELKE, C.A. de, e LEAL, L. da C.M. "Câmara de Análise de Atividades de Extensão: uma experiência bem sucedida". IX Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Florianópolis, outubro de 1991.
- 6 - ZINBERG, D.S., Ed., "The changing University: how increased demand for scientists and technology is transforming academic institutions internationally". NATO ASI Series, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1991.

# Professor H. Moysés Nussenzveig

## “Atuação de Goldemberg é destrutiva para a ciência e tecnologia”

Oscar de Paula, jornalista

Lúcio Giovanella



A convite da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc-SSind), o professor H. Moysés Nussenzveig veio a Florianópolis para uma aula inaugural e conferências no campus. Na ocasião, ele criticou a política do governo federal relativa aos recursos às universidades públicas, e o paulatino desmantelamento das áreas de ciência e tecnologia, pesquisa e ciências básicas.

Moysés Nussenzveig é titular de Física da PUC/RJ, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Física e ex-diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Em 1986, foi vencedor do Prêmio Max Born da Optical Society of America.

Nesta entrevista concedida à Plural, o cientista não poupa a atuação do ministro da Educação José Goldemberg - que conhece há 40 anos, colegas que foram de vida acadêmica na USP e doutorado no exterior - frente aos problemas orçamentários da universidade federal e da queda de nível de sua qualidade. Quanto ao debate hoje travado acerca do estreitamento empresa-universidade - defendido por Goldemberg -, Nussenzveig se diz céptico, porque a indústria não quer investir em tecnologia.

Dizendo-se chocado e “triste” com as posições do ministro José Goldemberg, o professor tachou sua gestão de “a mais destrutiva possível para a comunidade científica”, de quem ele esperava um “comportamento diferente” para os assuntos da universidade pública.

Nussenzveig é de opinião que essa mesma comunidade sempre foi e continua tímida para reagir à política de desprestígio que o governo e o ministro vêm desenvolvendo, comprometendo o futuro da tecnologia brasileira. Para Nussenzveig, o governo Collor está usando Goldemberg como “anteparo” e devido a suas origens acadêmicas, para imunizar-se dos ataques que vem recebendo de setores científicos e intelectuais do país.

Plural - Em artigo publicado na Folha de São Paulo, o sr. chama atenção para a política do governo federal de liquidação da ciência no país. Essa política tem o objetivo de transformar a universidade pública dependente de recursos privados, da área empresarial, por exemplo?

H. Moysés Nusssenzveig - De fato, a atitude do governo e de seus representantes é cheia de contradições. Por um lado, eles asseguram que não é esse o objetivo da política governamental. Por outro, entretanto, a gente lê textos do seu principal ideólogo na área de educação (ministro José Goldemberg), onde ele diz explicitamente que o objetivo visado é que a universidade se aproxime da empresa, da indústria, forçando financiamentos à universidade pela empresa privada. Isso, na opinião de Goldemberg e, claro, do próprio governo, obrigaria a universidade pública a essa integração de consultora da empresa. Na minha opinião, se tal acontecer, seria um tremendo desastre para a universidade.

Plural - Por que razão?

H.M.N. - Penso que essa integração é muito difícil de acontecer, não por falta de interesse do governo, mas por falta de interesse das empresas. Vou ilustrar por que esse é um fato concreto. Há pelo menos seis meses que existe à disposição das empresas um fundo especial, e fortemente aumentado pelo governo, destinado à pesquisa fundamental, que é o fundo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional. O ministro Goldemberg foi alertado pela comunidade científica que havia um desperdício de recursos, enquanto a área de pesquisa fundamental estava carente deles. Esses recursos não seriam utilizados, entre outras razões, porque existe uma desconfiança muito grande do empresariado em relação a tomar um empréstimo do governo, devido em geral ao não cumprimento das condições estabelecidas.

Depois, porque pouquíssimas empresas têm interesse em investir em desenvolvimento tecnológico. Primeiro, porque encontram condições de lucro fácil sem investimentos; segundo, porque estão sendo encorajadas pelo próprio governo a se associarem a multinacionais, que fornecem o "pacote" tecnológico, ou a chamada "caixa preta". Então, foi dito a Goldemberg que aquele dinheiro não seria utilizado pelo empresariado.

Plural - Que consequências podem advir para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país, se o governo persistir com a política de alienação da universidade aos projetos empresariais?

H.M.N. - Se isso realmente acontecer de a universidade vir a ser financiada através de pesquisas empresariais, aconteceria uma queda de nível das universidades públicas no sentido de sua qualidade. Veja que isso aconteceu até em países mais desenvolvidos, como na Inglaterra da época de Tatcher, quando houve tentativas do mesmo tipo, porém encontrando reações mais esclarecidas da comunidade científica e da própria população. Recentemente houve um manifesto publicado na revista "Nature", criticando o governo Tatcher em relação a esse tipo de insistência de formar pesquisadores, através de projetos industriais. Exatamente como Goldemberg vem insistindo. Ora, o que a universidade pública faz de melhor para o país e às próprias empresas, é formar pessoal com o nível mais alto possível de qualificação. E isso hoje exige cada vez mais atualização em pesquisa, porque trabalhar em tecnologia de ponta requer formação muita mais sólida e científica, do que há vinte ou trinta anos atrás, quando a informática e a microeletrônica não eram as principais fontes de riqueza industrial do país.

Plural - Proposição que se choca com o interesse imediatista do projeto industrial.

H.M.N. - Claro. Quer na área fundamental ou na pesquisa mais aplicada, o projeto de tese de um estudante, de uma dissertação de mestrado, de doutorado, vai formá-lo tanto melhor quanto mais esse projeto estiver associado a uma pesquisa de fronteira, avançada. E esse é o desafio para o estudante que está entrando numa área onde não se sabe a resposta, o que ele terá de fazer para dar uma contribuição de valor à indústria, ou em outra atividade que ele vá se empenhar. Um projeto desse tipo não é a camisa-de-força do projeto industrial, que nem sempre é projeto de inovação, mas às vezes de repetição e aperfeiçoamento de alguma técnica. Além de ser um projeto com prazo limitado, curto em geral, e que não pode ser levado até às últimas consequências devido o seu curíssimo prazo. Muitas vezes ainda esse projeto envolve patente e segredo industrial, que nada tem a ver com a pesquisa; só serve como obstáculo.

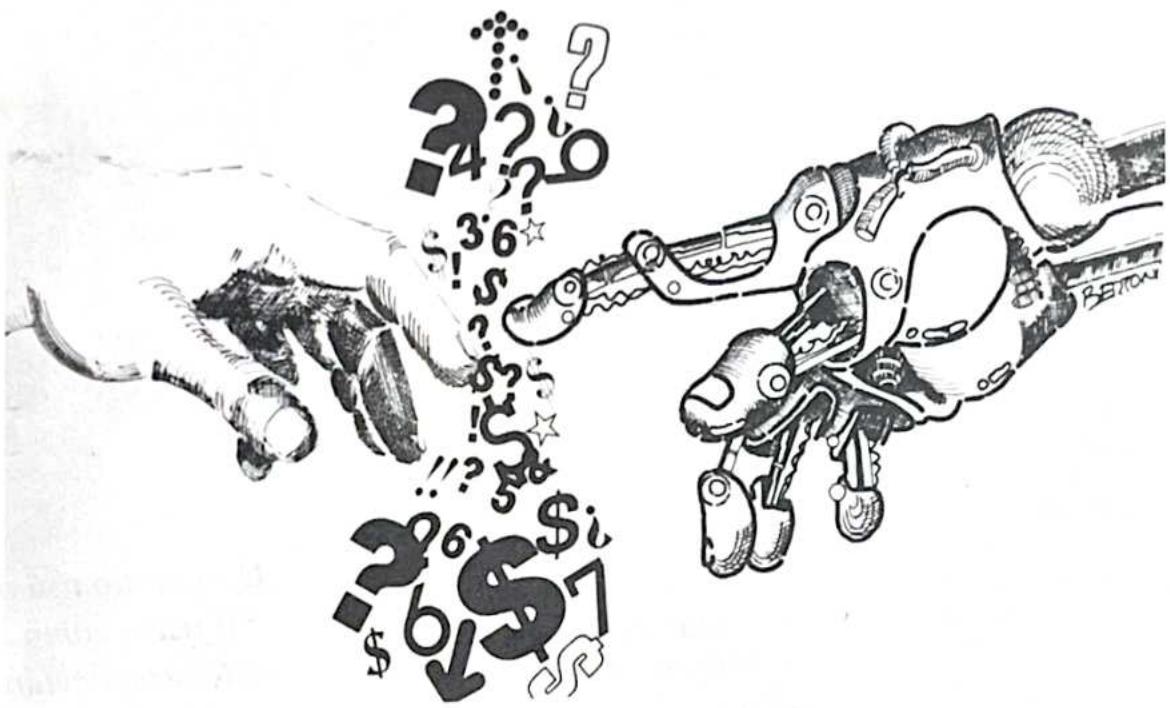
Plural - Mas o projeto de integração universidade-empresa não existe em países de tecnologia avançada, como nos EUA?

H.M.N. - As pessoas mais procuradas pela indústria são aquelas que têm formação em pesquisa avançada. Vou dar um exemplo, a propósito dos Estados Unidos. Quando o

**"O governo usa o ministro como anteparo, devido às origens acadêmicas de Goldemberg, o que o faz mais imune aos ataques e críticas da comunidade científica"**

presidente Ronald Reagan assumiu o governo, ele convocou uma comissão que considerava de alto nível, para resolver o problema de aumentar a competitividade da indústria americana no mercado mundial. Sem dúvida, ele estava preocupado com a concorrência japonesa. Essa comissão era formada por executivos das maiores empresas americanas, gente do nível da General Motors, da IBM, da General Electric, etc. Depois da reunião, essas personalidades fizeram um memorando a Reagan, propondo quais seriam as medidas mais urgentes para os EUA competirem com os países de tecnologia avançada. A primeira e mais importante sugestão, foi a de aumentar o financiamento da pesquisa fundamental e as verbas das universidades. Porque aqueles presidentes e diretores de grandes empresas sabem muito bem que essa é a forma correta de a indústria lucrar ou se beneficiar com as universidades. Se houvessem proposto forçá-las a ser financiadas pela indústria, para desenvolverem os seus projetos, eles sabiam muito bem que estariam liquidando com as universidades. É isso que os projetos como os do professor José Goldemberg e do governo Collor vão acabar fazendo, se levados nesse sentido.

Ciência Hoje



**Plural** - É sabido que nos países de Primeiro Mundo, o desenvolvimento científico e tecnológico se deve ao protecionismo de mercado e aos investimentos na área de pesquisa acadêmica. Como é que o senhor explica o neoliberalismo terceiro-mundista do governo Collor, que corta recursos orçamentários à universidade, aos projetos de pesquisa e atrasa os pagamentos de bolsistas no país e no exterior?

**H.M.N.** - Eu diria que a explicação mais caridosa possível é a de ignorância ou ingenuidade. Esperemos que não passe disso. Agora, ninguém pode ignorar que existe pressão extremamente forte por parte de países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos, nesse sentido. E o governo brasileiro é suficientemente fraco para ceder a essa pressão. Isso me traz à memória o que ocorreu durante a minha participação, numa conferência internacional no Estado de Israel, em dezembro de 1989. O tema era Ciência e Governo, quando apresentei uma análise sobre o financiamento da pesquisa no Brasil, que acaba de ser publicada. E lá, um dos membros da delegação americana atacou diretamente o Brasil, pelo protecionismo dado à informática. Embora não sendo delegado oficial do governo brasileiro, eu protestei porque me senti sinceramente indignado, dizendo ao representante americano que, antes de atacar o protecionismo às indústrias de outros países, que os EUA olhassem, primeiro, para dentro de sua própria casa. Porque dificilmente se encontraria atitudes mais protecionistas do que as do governo americano, ou do governo japonês. Pois foi dessa forma que eles consolidaram suas indústrias, passando depois a propagarem uma ideologia antiprotecionista. Inclusive fazendo "dumping" em outros países.

**Plural** - Quem foi o delegado americano que fez a observação sobre o protecionismo brasileiro?

**H.M.N.** - Foi um membro da delegação chefiada por Cyrus Vance, que tinha sido secretário de Estado do governo Lyndon Johnson. Logo em seguida, Vance retrucou ao meu protesto, desculpando-se e exigindo que aquele delegado se retratasse. Este é um exemplo de como as pressões são feitas por governos fortes sobre os mais fracos.

**Plural** - Mas voltando a uma parte da pergunta anterior. Como é que o senhor entende que o governo Collor possa cortar recursos onde eles fazem falta - justamente na área de pesquisa científica?

**H.M.N.** - A minha perplexidade é a mesma de vocês. Vejo nisso além de ingenuidade,

ignorância, como falei. Mas no caso do ministro Goldemberg, essa desculpa não se aplica, pois ele sabe o que está fazendo e quais são as consequências para o país. O governo usa o ministro como anteparo, devido às origens acadêmicas de Goldemberg, o que o faz mais imune aos ataques e críticas da comunidade científica. Portanto, ninguém melhor que Goldemberg para adotar as posições que vem assumindo. De outro lado, a comunidade científica foi e tem sido muito tímida em relação ao que deveria estar fazendo, quanto às atitudes de Goldemberg no governo.

Plural - De quantos cientistas e pesquisadores o Brasil necessita, em relação aos seus 150 milhões de habitantes, e o que isso tem a ver com os esforços do governo em investir na universidade pública?

H.M.N. - Se o Brasil quiser atingir a relação do número de cientistas por milhão de habitantes - padrão típico dos países desenvolvidos -, isso vai exigir, no mínimo, multiplicação por cinco ou por dez do número atual de cientistas. Esse número, para citar o próprio professor Goldemberg e demais fontes que o citam também, é da ordem de 60 mil, em todas as áreas de conhecimento. Ou seja, precisaríamos de um mínimo de 300 mil cientistas, compatível com a população de hoje, o que corresponderia ao padrão de países desenvolvidos.

Plural - E a relação desse número com o tipo de desenvolvimento que se quer?

H.M.N. - Sim, aí se coloca a seguinte ressalva. Esse número depende fortemente do modelo de desenvolvimento que o país adote. Se o país quiser adotar um modelo que privilegie a tecnologia de ponta, então aquele número ainda é pequeno. Por exemplo, um país pequeno como o Estado de Israel, tem uma população de cientistas em relação à população do país, muito maior que 300 mil, porque a política nacional é baseada, em grande parte, na tecnologia de ponta. Outro na mesma linha é a Coréia do Sul, que tem uma política de apoio à ciência e tecnologia e de formação de pessoal científico, totalmente consciente por parte de seu governo.

Plural - Como é que o senhor define o papel do Ministro da Educação que, na opinião da comunidade universitária pública, se esperava um defensor de suas lutas e conquistas, ao invés desse ideólogo de sua destruição?

H.M.N. - Apesar de conhecer o professor José Goldemberg há pelo menos 40 anos, já que fizemos juntos nossa carreira acadêmica na Universidade de São Paulo, e depois doutorado no Exterior, apesar de preocupado com certas de suas tendências em relação ao seu apetite pelo poder, assim mesmo eu fiquei chocado com as posições que ele vem assumindo. E me confesso cada vez mais chocado e triste, porque Goldemberg, no início da carreira eu prezei bastante, e de quem eu esperava um comportamento diferente. É lamentável para nossa comunidade científica que, depois de ter sido presidente da Sociedade Brasileira de Física e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sua posição hoje seja a mais destrutiva possível para a comunidade científica desse país.

Plural - É verdade que o Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde o senhor se encontra, está ameaçado de fechar por falta de recursos?

H.M.N. - É verdade. Há muitos anos, que a situação da PUC/RJ é das mais precárias de todas as universidades do país, onde há centros de pesquisas importantes. A PUC é das raríssimas universidades particulares - talvez a única do país que mantém na área de engenharia e ciências básicas um centro de pesquisas da maior importância, que é o Centro Técnico Científico. Junto com o COPPE da UFRJ, formam os dois principais centros de engenharia e pesquisa aplicada do Brasil. Eles foram mantidos graças a recursos federais, porque nenhuma universidade particular tem condições de manter tais centros com as anuidades dos alunos. Aliás, em nenhum lugar do mundo, o que demonstra que a idéia que circula por aí de privatização das universidades públicas, cai por terra pela sua absurdade. Eu mesmo fiz uma estimativa acerca da USP, e se lá quisessem cobrar anuidades, estas, na melhor das hipóteses, corresponderiam a menos de 5% do orçamento necessário para sustentar a universidade. Mas voltando ao CTC da PUC, havia um convênio com o governo de que seriam repassados recursos necessários não só ao pagamento dos salários dos docentes - algo em torno de 90% a 95% - do CTC, como os recursos às pesquisas. Estes, aliás, há anos que não são repassados, na ordem de quase nada. E quanto aos salários, eles foram sendo reduzidos até chegarem ao nível de um terço, em relação aos das universidades federais.

*“Eu mesmo fiz uma estimativa acerca da USP, e se lá quisessem cobrar anuidades, estas, na melhor das hipóteses, corresponderiam a menos de 5% do orçamento necessário para sustentar a universidade”*

# *A integração entre a Universidade e o Estado*

**Prof. Dr. Carlos Loch -**  
Coordenador do Curso de  
Pós-Graduação em  
Engenharia Civil - Deptº  
de Eng. Civil - UFSC

O presente trabalho discute a integração entre a Universidade e o Estado, como um elemento básico para o desenvolvimento tecnológico do país, trazendo ao estudante exemplos de problemas reais e suas soluções, e ao Estado oferece o contacto permanente com a evolução científica. Apresenta a situação em que se encontra esta integração, as vantagens recíprocas geradas por este relacionamento, e o que é possível fazer-se para melhorar ainda mais os seus resultados.

## *1. Introdução*

Considerando o desprestígio cada vez maior que a Universidade está recebendo nestes últimos anos e a situação em que se encontram os órgãos estaduais, julga-se necessário promover a aproximação entre as partes envolvidas.

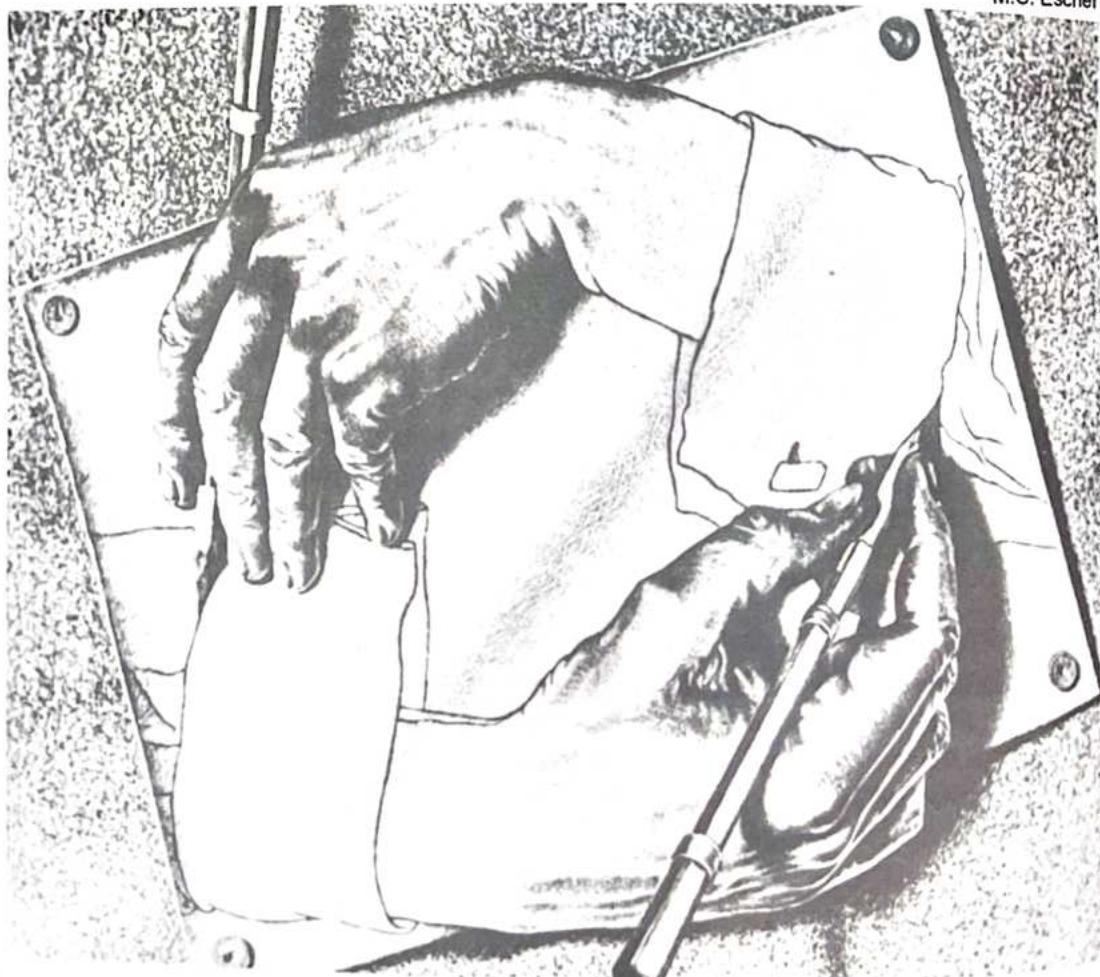
A situação econômica do país está prejudicando consideravelmente o desenvolvimento da Universidade, uma vez que não existem verbas para custear as pesquisas, fato que está inibindo muitos trabalhos de grande relevância.

O Estado, por outro lado, é obrigado a continuar desenvolvendo e criando infra estrutura para o povo, precisando, desta forma, do apoio de novas tecnologias para suprir as necessidades de um planejamento para o futuro.

Somando estes fatos, percebe-se que a Universidade deve ir ao encontro do Estado para trabalharem juntos, resolvendo assim os problemas para um bom desenvolvimento do país, usando sempre as melhores tecnologias que atendam às necessidades, com mais baixo custo e melhores resultados.

O Brasil deve pegar o exemplo dos países desenvolvidos onde as Universidades são cada vez mais reconhecidas e, graças à integração com o Estado e empresas privadas que as apoiam financeiramente, geram o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas de interesse e aplicação imediata.

M.C. Escher



## 2- Revisão de Literatura.

Segundo Oliveira<sup>7</sup>, precisa-se gerar integração em todos os sentidos, quais sejam, nação e integração territorial, integração pela educação do povo brasileiro, o idioma e a integração das diversas etnias, religião e idioma, avanço técnico e científico das escolas integrado ao Estado e ao povo em geral, integração entre escolas, etc.

O mesmo autor, no seu livro "Integração: estudos sociais e históricos", relata a necessidade de integração do avanço tecnológico das escolas (do primeiro grau às Universidades), com os problemas que o Estado apresenta, criando assim opções alternativas à formação universitária, dando ao candidato maior liberdade de escolha, segundo sua capacidade ou interesse.

Segundo Miller<sup>6</sup>, a Universidade alemã exige que o estudante além de um bom nível científico, também tenha o conhecimento prático, fazendo com que os professores estejam bem integrados com o Estado, grandes empresas de prestação de serviço e fábricas de equipamentos relacionados as suas áreas técnicas afins. Este fato faz com que o Estado, a Universidade e as empresas privadas frequentemente troquem idéias para o melhor desenvolvimento geral.

Luganani & Olivas<sup>5</sup>, são de opinião que as instituições de ensino do país, que abrigam um determinado curso de formação técnica, discutam o assunto e formulem uma proposta de interesse comum, que venha minimizar as deficiências da atual legislação. Que constituam um grupo de trabalho para estudo e questionamentos e para a concretização da proposta, após as devidas críticas da comunidade envolvida.

De acordo com Zanatta<sup>8</sup>, a regularização fundiária de um país é um dos exemplos de problemas mais sérios e complicados que o Estado enfrenta. O sucesso nestes trabalhos depende do apoio e integração que o Estado dispõe das Universidades e dos órgãos de pesquisa que investigam os métodos mais sofisticados para demarcar a propriedade, e no final tendo sempre o apoio do setor jurídico para a devida legitimação dos títulos.

De acordo com o IBDF<sup>3</sup>, a integração entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Universidade Federal do Paraná, possibilitou gerar o trabalho intitulado "Inventário florestal do pinheiro no Sul do Brasil", onde conseguiu-se alertar o Estado do problema da devastação florestal, principalmente de espécies nobres como a Araucária. Neste trabalho, a tecnologia disponível na Universidade mostrou como é possível resolver um problema quase insolúvel para um órgão governamental naquela época.

Loch<sup>4</sup>, em sua tese de doutoramento intitulada "Monitoramento global integrado de propriedades rurais a nível municipal, utilizando técnicas de sensoriamento remoto", recentemente defendida no curso de Pós-Graduação em manejo Florestal da UFPR, prova que a integração entre várias áreas técnicas afins dentro da Universidade, junto com o Estado, é a única condição fundiária, uso do solo e escoamento da produção de um determinado município, ou região de interesse do Estado.

Mais do que preocupado com o ensino da ciência e a transmissão da cultura, segundo Basia<sup>1</sup>, o conteúdo escolar deve produzir comportamentos e normas socialmente aceitáveis. As escolas desde o básico, até o curso superior, devem formar o homem para enfrentar a vida, produzindo para o seu progresso e de seu país, encontrando soluções para que ambos convivam em harmonia.

## 3- Universidade

As universidades brasileiras contam hoje com uma série de cursos de Pós-Graduação, ao nível de especialização, mestrado e doutorado, o que as equipara a vários centros de pesquisa de países desenvolvidos, e que têm reconhecimento internacional.

A Universidade passa por algumas crises, como a falta de laboratórios adequados às pesquisas de seus professores; espaço físico para ambientes de pesquisas, ensino e extensão; aperfeiçoamento de professores e muitos outros, os quais merecem a atenção do governo e do povo em geral.

É preciso conscientizar os professores, e mesmo os alunos, sobre a necessidade de integração interdepartamental dentro da Universidade, uma vez que, hoje, normalmente, os professores de áreas tecnológicas pouco se importam com áreas sociais, jurídicas etc. Por sua vez, acontece o mesmo com estas áreas em relação às áreas tecnológicas.

É necessário criar-se o verdadeiro sentido da Universidade, que é um universo formado por vários setores complementares que precisam ampliar-se e auxiliar-se mutuamente, ao invés desta concorrência que normalmente existe, não havendo a menor integração entre os diversos setores da Instituição.

Além disto, é necessário que se amplie mais a integração entre as Universidades, onde os departamentos ou cursos afins possam trocar experiências, havendo no final vantagens para todas as partes envolvidas.

#### 4- O Estado

O Estado segundo Camargo<sup>2</sup>, é a Nação politicamente organizada. É realidade política-jurídica, pois deve dirigir a vida da comunidade segundo uma ordem jurídica e uma missão política.

O Estado é a entidade de natureza política instituída em uma Nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e cujos recursos ordena para promover a conquista dos objetivos nacionais.

Os elementos básicos da Nação são transformados de um critério sociológico, homem, terra e instituições, em critérios políticos-jurídicos.

Território é a base física do Estado. É a terra delimitada da Nação e com seus limites reconhecidos pelos Estados confrontantes. É elemento indispensável ao Estado para que ele existe efetivamente, sendo constituído pelo solo, subsolo, espaço aéreo que recobre, ilhas internas, plataforma continental, mar territorial, etc.

Governo é o elemento político do Estado. O governo é um instrumento de realização da soberania, sendo parte do total da população que representa, organizando a coletividade dentro das instituições sociais, políticas e econômicas.

Considerando o exposto percebe-se que todo o cidadão residente no Estado tem direitos e obrigações para poder viver bem numa comunidade.

No Brasil é necessário incutir consciência no povo de que, o Estado (seja o país ou os estados da federação) depende do interesse e cooperação de todos os cidadãos para o bem-estar geral e consequentemente haja o progresso.

#### 5- A distância entre as Universidades e os problemas existentes nos Estados

Os Estados, na grande maioria são deficientes em termos de corpo técnico especializado para a solução de problemas específicos, onde os cargos de chefia muitas vezes são ocupados por indivíduos sem a menor especialidade técnica para a função à qual são designados.

Considerando o dinamismo dos problemas existentes dentro de um estado, percebe-se que os técnicos lotados nos órgãos estaduais não estão tendo oportunidade para se atualizar, e acompanhar a evolução tecnológica para a solução de seus problemas.

As universidades, por outro lado, têm se preocupado mais com a Ciência pura, criando assim grandes cientistas teóricos, pouco se preocupando com os problemas práticos do Estado.

Visitando muitos órgãos públicos para compreender melhor os problemas neles existentes, obtendo dados para a execução de pesquisas científico-práticas, constatou-se que muitos destes órgãos consideram a Universidade como uma Instituição apática aos problemas que o Estado enfrenta.

É necessário que os professores se unam ao Estado, para juntos encontrarem soluções modernas e técnicas atuais, utilizáveis nos empreendimentos que o Estado necessita. Esta aproximação da Universidade com o Estado fará com que os professores possam repassar as suas experiências aos seus alunos.

#### 6- As vantagens recíprocas da integração entre a Universidade e o Estado

A aproximação entre a Universidade e o Estado fará com que a Universidade deixe de ser considerada como uma Instituição apática aos problemas nacionais.

Com esta aproximação, os professores poderão passar as soluções aplicadas às instituições estaduais, fato que fará com que nossos estudantes obtenham uma visão mais ampla e concreta do seu mercado de trabalho.

A pesquisa desenvolvida na Universidade deve ser aplicada na prática para que ela tenha retorno e dê lucro o mais rápido possível.

Esta aproximação Universidade - Estado, pode solucionar grande parte das dificuldades que os pesquisadores têm para publicar suas pesquisas, ou resultados das mesmas, isto principalmente pelo fato da falta de dinamismo e integração da Universidade em relação às fontes interessadas em utilizar estes resultados obtidos nas pesquisas.

Como exemplo das vantagens recíprocas entre o Estado e a Universidade, pode-se citar a integração obtida entre o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal e o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, para o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento que se concluiu no início de 1988, sem a qual jamais se obteria tais resultados.

Nesta pesquisa, obteve-se do Instituto (ITCF) todas as cartas do cadastro técnico realizado em 1982, além da integração com os técnicos que trabalharam na execução daquele projeto.

Da nossa parte, com a pesquisa, passou-se inicialmente ao ITCF os mapas da primeira propriedade que envolvia mais do que o atual município de Porto Vitória e em seguida forneceu-se também todos os mapas da colônia, material desconhecido ao estado. Com a pesquisa fez-se a

*“Normalmente as linhas de pesquisa das Universidades são definidas em função das necessidades ou carências existentes no Estado ou nas empresas privadas, as quais financiam estas pesquisas”*

atualização cadastral em termos de estrutura fundiária, uso do solo e da rede viária regional. Além da metodologia utilizada, passou-se finalmente todos os resultados da pesquisa ao órgão.

Ao nível internacional, pode-se citar a integração que as universidades dos países europeus têm com o Estado e mesmo com as empresas privadas que lá formam um verdadeiro círculo para o desenvolvimento conjunto das partes envolvidas.

Normalmente, as linhas de pesquisa das Universidades são definidas em função das necessidades ou carências existentes no Estado ou nas empresas privadas, as quais financiam estas pesquisas. Normalmente, os professores são cadastrados pelas empresas ou mesmo pelo Estado, segundo suas áreas técnicas de atuação.

Como exemplo, pode-se citar o projeto "Guerra nas Estrelas" do governo americano, onde se financia a pesquisa de todo candidato que se habilita a pesquisar nas linhas de atuação do projeto.

### 7- Perspectivas

O ponto de partida para melhorar esta integração Universidade - Estado, deve sair de cada indivíduo que tiver interesse em trabalhar nesta linha de raciocínio.

Considerando que os resultados são altamente promissores, imagina-se que muitos professores e responsáveis por setores de Estado vão procurar a integração para resolverem seus problemas.

Percebendo-se que esta integração é reciprocamente rentável, imagina-se que é uma questão apenas de consciência, para que se obtenha em breve um aumento considerável de trabalhos feitos entre os órgãos estaduais e as Universidades.

A esperança é que se inicie aos poucos a integração entre a Universidade e o Estado, de tal forma que os primeiros resultados estimulem a outros professores ou órgãos de Estado a se engajarem no sistema, fazendo com que num futuro próximo possamos tirar a imagem de uma Universidade apática aos problemas do Estado ou mesmo da comunidade.

### 8- Conclusões

A integração entre a Universidade Brasileira com o Estado é uma necessidade inadiável, uma vez que, de um lado, o Estado tem dificuldades para resolver os seus problemas cruciais para o melhor planejamento de sua infra-estrutura, de outro as Universidades estão se tornando cada vez mais teóricas, afastando-se algumas vezes da realidade nacional.

A integração Universidade-Estado fará com que todos tenham uma visão mais ampla dos problemas, uma vez que haverá troca de informações e consequentemente teremos o aprofundamento na pesquisa.

Do lado da Universidade, pode-se ampliar o campo de pesquisa, com a vantagem de se ter o apoio financeiro para a execução do trabalho e aplicação das tecnologias mais modernas diretamente na prática.

Do lado do Estado, haverá maior contato com as tecnologias e metodologias mais modernas que vêm sendo desenvolvidas no país e no exterior.

A dificuldade para a integração Universidade - Estado, inicialmente é fruto da política de ensino que não exige do professor alguma experiência prática nas disciplinas que leciona, fato que é exigido na maioria dos países desenvolvidos.

O professor, ou a Universidade em si, não estão sendo devidamente respeitados. Isto está vinculado à formação do povo, que pouco valoriza a especialização profissional. Este, algumas vezes, perde sua posição para um indivíduo indicado politicamente, sem o menor preparo técnico para a função que deveria exercer.

### 9- Recomendações

Quando da realização de seminários ou congressos técnicos e científicos, trazer o tema ao plenário para o debate.

Estimular os pesquisadores das Universidades a fazer trabalhos científico-práticos, de tal forma que possam trazer resultados aplicáveis aos problemas da comunidade, seja municipal, estadual ou federal.

Fazer com que os órgãos estaduais saibam o que a Universidade tem em termos de especialistas ligados a suas áreas técnicas.

Facilitar a divulgação e acesso aos interessados em conhecer os projetos e empreendimentos dos órgãos estaduais.

Valorizar mais a formação profissional do indivíduo nos órgãos estaduais, facilitando com isto a integração com áreas afins nas Universidades, ao invés do empregismo abusivo, onde encontram-se presidentes ou diretores de órgãos, ou departamentos técnicos sem o menor conhecimento correlacionado com o setor que coordena.

É necessário não misturar especialidade técnica com política, fato que eliminou muitos bons profissionais da coordenação de projetos no Estado, apenas porque não são do partido político da situação.

Plural. Florianópolis, nº 2, p.38/41, jan/jun, 1992.

### Bibliografia

- 1.BASIA, J.M. *Conteúdo escolar: conhecimento e pobreza*. Análise Conjuntural: Curitiba, 10 (2): 6-7, 1988.
- 2.CAMARGO, E.J. de C. *Estudos de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. 399 p.
- 3.Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF *Inventário florestal do pinheiro no sul do Brasil*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1978. 327 p.
- 4.LOCH, C. *Monitoramento global integrado de propriedades rurais a nível municipal, utilizando técnicas de sensoriamento remoto*. Curitiba: 1988. 1529 p. Tese. Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal.
- 5.LUGANANI, J.B. & Olivas, M.A.A. *Padronização inadequada na formação do Engenheiro Cartógrafo*. In Congresso Brasileiro de Cartografia, 13, Brasília, 1987. Anais. Rio de Janeiro, SBC, 1987.602-606.
- 6.MILLER, A. *A fachhochochschule(FH) - Uma instituição universitária da República Federal da Alemanha*. In: Congresso Brasileiro de Cartografia, 13, Brasília. 1987. Anais. Rio de Janeiro, SBS, 1987. 616 -632.
- 7.OLIVEIRA, C.G. de. *Integração: estudos sociais e históricos*, Joinville: Gráfica Canarinho, 1984. 157 p.
- 8.ZANATTA, O. *A titulação da terra no Brasil*. In: Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, Salvador, 1984. Anais. Brasília: INCRA, 1984. V.1. p: 165 -

BIODIVER



# ONG's E DIREITO INTERNACIONAL

## *(Defesa Jurídica da Biodiversidade no Terceiro Mundo e luta política contra os predadores do Primeiro)*

*Estudo para a International Environmental Law Conference Haia (Países Baixos),  
12 a 16/08/1991*

**Dr. Christian G. Caubet - Doutor em Direito - Professor do  
Dept. de Geociências do CFH da UFSC**

**U**m dos principais obstáculos à elaboração e à implementação de normas jurídicas internacionais, relativas à proteção da biodiversidade, reside no fato de que estas deverão definir um direito que regule comportamentos sociais e valores ainda não-dominantes. Elas seriam destinadas a permitir, proibir e exigir condutas precisas da maioria da população dominante do mundo, em nome das convicções de uma minoria ("ecologista"). O fato de que essa minoria tenha um grande número de argumentos objetivos ou racionais a sua disposição, para sustentar suas teses, ainda não constitui um elemento de pressão para alterar os comportamentos econômico-socialmente dominantes da cultura ocidental atual.

Em outras palavras, deve-se enfrentar uma questão de legitimidade. Os valores dos movimentos ecológicos e as provas científicas de que dispõem já surtiram o efeito de criar uma tomada de consciência incipiente, em relação às consequências da devastação ambiental. Os profissionais da política, sejam eles das democracias norte-ocidentais, dos países de capitalismo de Estado ou até de países considerados não democráticos, não podem mais ignorar esses valores, nem as provas científicas. No entanto, esses profissionais fazem um aproveitamento muito mais retórico do que real dos diversos aspectos da problemática ambiental. Continuam, na prática, acobertando a ação expansionista e predatória das sociedades "desenvolvidas", em nome de uma visão implicitamente economicista das condições de vida. Rejeitam, explicitamente, as tentativas e pressões, no sentido de alterar os rumos das economias dominantes. Deixam um minguado espaço, ainda assim com severo controle, aos movimentos alternativos e ecológicos. **Afinal, a repressão aos protestos dos ecologistas, pelo governo da democrática Noruega, durante a Conferência de Bergen (maio de 1990), inclusive com o uso de cães adestrados, não se diferencia muito da repressão às manifestações ecológicas que ocorrem em outras partes do mundo.** A sabotagem de pesquisas tecnológicas alternativas, no intuito de preservar a tecnologia nuclear (Jim Jeffery, 1990), ou o automóvel-individual-a-gasolina para finalidade de transporte, revela a distância que separa a grande maioria dos discursos oficiais, das imperiosas necessidades de mudança.

Essas considerações lembram o contexto no qual se situam a International Environmental Law Conference e a Conferência Eco 92 (Brasil, junho de 1992).

A IECL poderá ter a utilidade, muito significativa, de nortear a ação das pessoas envolvidas

na proteção ambiental. Da mesma maneira, como um farol no meio da tempestade, serve de ponto de referência para as tripulações dos navios conecerem sua própria posição e fornecer pelo menos uma informação segura, a Conferência poderá ser uma luz a guiar indivíduos e associações desamparados. Porém, da mesma maneira como o farol não é um recurso para enfrentar as condições da própria tempestade, a Conferência não poderá ser, no contexto atual e por muito tempo ainda, um instrumento efetivo para exigir o respeito a normas socialmente necessárias. Para retomar uma distinção cara aos juristas (neo-)positivistas, ela pertencerá à área de *sollen* e não do *sein*. Essas informações são amplamente respaldadas pelos exemplos de esforços empreendidos para codificar o Direito Internacional Público, quer se trate dos resultados da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou do estatuto jurídico interminavelmente esboçado pela Comissão do Direito Internacional da ONU sobre o “Uso das águas dos rios internacionais para fins distintos da navegação”.

É por essas razões que o presente estudo coloca ênfase sobre questões políticas, a partir da observação de fatos cuja conotação essencial é considerada econômica. Sem descurar-se da necessidade da elaboração de uma Convenção Internacional para resguardar a biodiversidade do planeta, pretende-se enfocar outros meios e vias de defender esse objetivo. Inclusive porque uma nova convenção deverá ter um aspecto estritamente tópico ou pontual, deixando de contemplar aspectos fundamentais de uma mudança nas mentalidades e nos comportamentos. Um desses aspectos fundamentais é a questão da estrutura internacional da criação, transmissão, estocagem e divulgação da informação. O presente estudo cita fontes de informações “marginais”, de imprensa “nanica” (“underground”, na terminologia norte-Us dos anos 60) ou de informes com pequena divulgação. São justamente as fontes que apresentam os problemas vividos pelas populações, em seu próprio habitat. Porém não são as fontes que embasam os relatórios do GATT, BIRD, UNCTAD/CNVCED e outros relatórios como o *Our Common Future*.

Por outro lado, deve-se colocar dimensões concretas no lema: “Pensar globalmente, agir localmente”. Com efeito, os que pensam globalmente, raramente se envolvem em ações locais e pontuais, que são o indispensável primeiro passo para induzir mudanças. Os que agem localmente estão carentes de informações e recursos para otimizar seus empreendimentos. O presente estudo intende mostrar diversos níveis (conceituais e espaciais) de ação, bem como a necessidade de organizar articulações entre esses níveis, no intuito de aumentar o grau de eficácia das ações em prol do meio ambiente.

Serão usados diversos exemplos para mostrar que, na grande maioria dos casos, verificam-se fenômenos de transferência, cujos efeitos acumulam-se, no sentido de: 1) provocar cada vez mais danos às populações e ao meio ambiente, nos países do terceiro mundo provedores de matérias-primas; 2) garantir e promover o bem-estar das populações dos países predadores, beneficiários dos saldos das transferências; 3) concentrar o poder de decisão, sobre o uso dos recursos naturais, nas mãos de pessoas e instituições situadas no hemisfério norte ou controladas pelo conjunto dos países desenvolvidos. Isso inclui as instituições especializadas do sistema da ONU.

Na primeira parte do estudo, serão evocados diversos casos de exploração de recursos naturais, renováveis ou não, em países do Terceiro Mundo. A intenção é de mostrar que a noção de biodiversidade não possui apenas um fundamento biológico, mas também tem conotações industriais, comerciais, tecnológicas etc... Na segunda parte, chama-se a atenção sobre a precariedade das convenções internacionais ou do Direito Internacional em geral, quando se trata de promover comportamentos que não despertam o interesse dos representantes oficiais dos Estados. A terceira parte pretende evidenciar, através de dois exemplos, que a aplicação do Direito, seja este formal ou não, pode ser procurada por engajamentos efetivos, que nada mais expressam do que as dimensões da própria cidadania, dentro e fora das fronteiras nacionais. Afinal, se o comércio, a indústria e a finança já se tornaram multi- ou transnacionais, é indispensável que adquiramos uma percepção multi- ou transnacional de nossa cidadania, sob pena de nos condenarmos à ineficiência.

## I. Devastação ambiental e empobrecimento genético: o Terceiro Mundo a serviço do Primeiro

Os diversos exemplos citados, nesta parte do estudo, parecem ilustrar o esquema global que caracteriza a exploração madeireira praticada na Malásia, que exporta 40% de sua produção para o Japão. As citações seguintes são recolhidas no informe Panchar Penemu (Sarawak, Malásia), que denuncia a política iniciada pela ITTO - International Tropical Timber Organization.

“A ITTO, amplamente subsidiada pelo Japão, foi instituída faz quatro anos como grupo de promoção de matérias-primas, de 36 nações que importam ou exportam madeira”.

“Um relatório da ITTO estima que todas as florestas primárias do Estado de Sarawak,

em Borneo, desaparecerão em 11 anos, à taxa atual de deflorestação. Um outro estudo estima em sete anos."

"Sarawak produziu 54.38 milhões de pés cúbicos de toras em 1989, um aumento em relação aos 45.5 milhões de pés cúbicos de 1988. [...]"

"Mas em relação ao tema da deflorestação, que tem sido ligado ao efeito estufa, a ação política da indústria de importação de madeira japonesa conseguiu impedir que o governo se dobrasse à pressão internacional para regulamentar as práticas ultramarinas das companhias madeireiras japonesas."

"A ITTO fixou-se como meta, no início de 1990, de chegar ao 'manejo sustentado' das florestas tropicais no ano 2000."

"Até recentemente, o Japão havia assumido a posição de que suas companhias madeireiras e de comércio não podem fazer nada mais, para evitar a deflorestação, do que é exigido delas pelos governos nos países produtores de madeira".

A ITTO apresentou um plano, em parceria com outros países importadores, no sentido de financiar medidas conservacionistas a serem implementadas pelo governo da Malásia. Porém, nega-se a monitorar dito plano..., que inclui a demarcação de áreas territoriais para alguns grupos tribais. Segundo Yoichi Kuroda, Coordenador da Japan Tropical Forest Action Network, o plano não passa de um "cortina de fumaça". (Panchar Penemu, March 1991, p.6 a 8).

Outro exemplo resulta do balanço mais do que cauteloso que deve ser feito a respeito da Revolução Verde. Em primeiro lugar, o balanço oficial da Revolução Verde exagera os aumentos de colheitas que podem ser observados com a aplicação das técnicas utilizadas. Além disso, e ainda que esse aumento seja verdadeiro, a população local produtora dispõe de quantidades menores de alimentos.

Houve aumento na produção de certos cereais (um grande volume dos quais serve para alimentar o gado dos países desenvolvidos), em prejuízo dos legumes e outras colheitas.

O aumento da dependência dos agricultores e países do Terceiro Mundo, em insumos básicos, conduziu ao endividamento e à quebra da auto-suficiência. A maior parte do aumento da produção está exportada, o que diminui as possibilidades de alimentação da população local.

Muitas das áreas plantadas, com variedades altamente produtivas, estão agora passando por experiências de rendimentos decrescentes. Com o uso dos fertilizantes e pesticidas também surgiu a degradação ecológica dessas áreas e o abandono de terras agricultáveis. Finalmente, também cresceram muito as perdas de produtos, em razão das condições de estocagem.

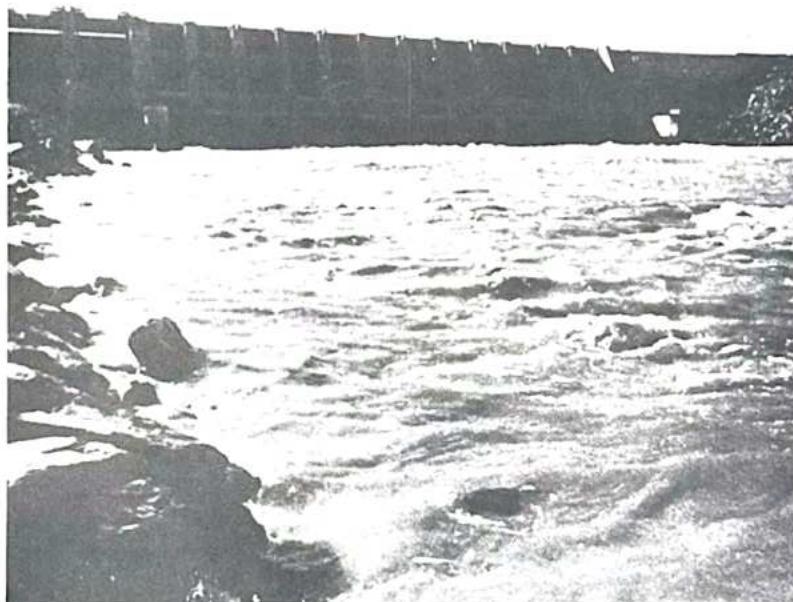
Essas são algumas das constatações que constam da *Declaration of the International Movement for Ecological Agriculture: From Global Crisis Towards Ecological Agriculture*, resumindo a posição dos representantes de 23 entidades, de 15 países, em Penang (13/01/1990).

Outra consequência da aplicação das teorias de escala encontra-se na promoção da construção de grandes barragens, de preferência em países do Terceiro Mundo. Sobre esse assunto, pode-se selecionar alguns trechos do estudo: "Of dams, damage and secrecy" (Ann Danaiya Usher, 1990). O contexto é um emaranhado de informações constantemente sonegadas ou falsificadas e de decisões tomadas à revelia das populações diretamente implicadas.

"Os mais imponentes obstáculos para sanar a política ambiental nos países da Ásia/Pacífico são possivelmente o segredo, o controle da informação e a supressão da discussão pública de megaprojetos - particularmente por aqueles que seriam diretamente afetados. [...]"

"É duvidoso que a barragem de Kaeng Krung [Sul da Tailândia] vá para frente, por causa da oposição pública maciça no Sul, embora a decisão final dependa, de alguma maneira, do desfecho de um estudo ambiental que está sendo empreendido pelo Banco Mundial - e que os ambientalistas têm a esperança de ver publicado".

fotoAgência JB - Bráz Bezerra



Entretanto, a barragem Kaeng Krung é pequena (80 Megawatts), perto de outros projetos gigantescos, espalhados pela Ásia. O maior projeto do mundo é o de Three Gorges, na China. Deveria criar um lago de represamento, a 600 km a montante do rio Yang Tse; deslocaria cerca de um milhão de pessoas e geraria de 15000 a 20000 MW. A seu respeito, A.D.Usher observa que:

"O mais recente conjunto de estudos de viabilidade, subsidiado pelo governo canadense, foi mantido secreto até o final do ano passado quando, com base no Access to Information Act, uma ONG canadense teve comunicação do estudo de 13 volumes."

"A revisão feita em seguida por um grupo internacional de cientistas, [permite] argumentar que o transtorno social e as considerações ambientais têm sido omitidos, no intuito de facilitar a aprovação do projeto".

O complexo hidroelétrico de Narmada, na Índia, deverá deslocar 300.000 pessoas. Sob a pressão de movimentos ecológicos da Índia, o governo japonês retirou sua proposta de financiamento. Mas o Banco Mundial aceitou emprestar dinheiro para duas das maiores obras do complexo, as de Gujarat e Madhya Pradesh.

Existe outro possível projeto de 2.400 MW: o de Kalabagh, no Paquistão, com apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Deslocaria 120.000 pessoas.

O pequeno Estado de Santa Catarina, situado no sul da Federação brasileira, oferece exemplos numerosos e dramáticos da superexploração caótica de recursos naturais, renováveis ou não. O cruzamento das informações produzidas pela FIESC (Federação das Indústrias do Estado de SC) e pela Superintendência Regional do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais não-renováveis) produz interessantes matérias para reflexão.

Segundo a revista *Expressão* (Ano I, n.1, fev/1990), a indústria catarinense destaca-se, no cenário nacional, por virtudes que incluem a "consciência do meio ambiente". Entre suas características, essa indústria inclui a de ser exportadora de enormes quantidades de sua produção. Um anúncio da Cerâmica Portobello ilustra essa particularidade e o orgulho que ela provoca nos meios empresariais interessados. A revista não menciona, todavia, os estragos provocados pela procura e transporte da matéria-prima que serve para fabricar os produtos.

A empresa SADIA também se orgulha dos seus números de produção: "41% de toda carne de aves exportada pelo Brasil; 38% de toda carne suína exportada pelo Brasil; 95% de todos perus abatidos no Brasil; 10% da ração produzida no Brasil; 20% de todas exportações catarinenses". Em 1989, a SADIA "exportou cerca de 300 milhões de dólares, enviando 100 tipos de produtos para 40 países de quatro continentes. [...] É uma potência também no soja. Vendeu ao exterior 135 milhões de dólares e é uma das cinco maiores exportadoras nacionais de cereal". (p.24).

Os custos sociais e ambientais dessa produção não são evocados com a mesma preocupação de precisão. No entanto, também podem ser considerados impressionantes. O registro de autuações do IBAMA fornece algumas indicações sobre o suprimento energético das indústrias exportadoras no Estado. Em 20/11/90, a SADIA foi multada em 1.200.000 BTN's (cerca de US\$ 36.600, pelo câmbio da época), por armazenar madeira sem autorização. Sofreu outra multa, de igual valor, por transporte não-autorizado de madeira. Pelos mesmos motivos, foram multadas outras grandes indústrias catarinenses: a Cerâmica CECRISA, em 20/09/90, em 33.600

BTN's; a CEVAL AGRO-INDÚSTRIA, em 19/10/90, em 2.000 BNT's; e a 20/09/90, em 50.000 BTN's; a Cerâmica ELDORADO, em 20/09/90, em 87.150 BTN's; a GERBER, por "desmatar sem autorização", em um milhão de BTN's. A lista de autuações, em poder do IBAMA/SC, à data de 04/04/1991, incluía mais de 1100 infrações à legislação ambiental, que tinham ensejado multas não pagas pelos seus autores.

Entre as atividades autuadas, constavam indústrias de: madeira, serraria, esquadrias, cerâmicas, alimentos, pescados, pesca, erva-mate, agro-industriais, frigoríficos, metalúrgicas,



olarias; sem contar um certo número de prefeituras municipais.

Entre os motivos das infrações, encontram-se muitas atividades de exploração da madeira: desmatar, explorar, transportar, armazenar, comercializar, beneficiar toras, madeira, carvão vegetal ou lenha. Também são registrados outros comportamentos prejudiciais ao meio ambiente (e à conservação da biodiversidade), como: pescar em área proibida ou em período de deseso, ou sem licença ou registro; manter animais em cativeiro; despejar detritos poluentes.

Quando se considera que poucos, entre os cerca de 200 funcionários do IBAMA/SC, são fiscais e podem, consequentemente, autuar infrações durante o seu serviço, e que, por outro lado, eles flagram esse número considerável de infrações, chega-se à conclusão que parte relevante da economia catarinense processa-se à margem de qualquer respeito à lei e à "consciência do meio ambiente". Nessas condições, não faz muito sentido a SADIA queixar-se do dumping, promovido pelos Estados Unidos, para exportarem seus produtos avícolas. Segundo o vice-presidente-executivo do Grupo SADIA, os EUA estão vendendo a tonelada de frangos para o Oriente Médio com preços US\$ 200 abaixo do mercado internacional, isto é, por US\$ 1200 ou 1300/t., enquanto que o preço real da tonelada do frango norte-americano seria de US\$ 1600/t. (Folha de São Paulo, 18/06/91, p.3-6).

A rigor, também não faz muito sentido insistir tanto sobre a exportação de produtos alimentícios em um país como o Brasil, onde tantas pessoas vivem abaixo do nível da pobreza absoluta.

Outros efeitos ambientais negativos, e não assinalados nos balanços estabelecidos pela FIESC, são os que dizem respeito à produção de dejetos animais ou os que são induzidos pelo tipo de agricultura organizada para a criação de frangos e de suínos. Os 200.000 suínos criados em Santa Catarina para abastecer a SADIA, e cujos dejetos são lançados às águas dos rios, "representam diariamente o equivalente aos dejetos de 2 milhões de pessoas" (Zero Hora, Porto Alegre(RS), 12/05/91, p.36).

No contexto internacional atual, tal como foi parcialmente esboçado, qual pode ser a função de convenções internacionais globais ou planetárias? Esboçar normas e definir obrigações para proteger a biodiversidade poderá ser mais eficaz do que as convenções relativas a assuntos ou áreas específicas, que já foram proclamadas ou estão sendo estudadas para tratar de outros problemas específicos?

## II - As convenções planetárias e a efetividade do Direito Internacional Público

Pode parecer que a maneira de encaminhar essa questão, já prejulta das conclusões que podem ser tiradas. E não há dúvida de que isso seja verdadeiro. Porém, a base de estudos que servem para escorar o raciocínio não permite ser nem moderadamente otimista. Aliás, as noções de "otimismo", "pessimismo" ou "realismo", não são categorias científicas. Para explicar o mundo real é necessário lidar com critérios de coerência, abrangência, não-contradição, suficiência ou necessidade. Nesse sentido, a obra *O Príncipe*, de Maquiavel, não é "otimista", porém explica muito mais o mundo da política, do que o Manual de Comportamento do Movimento Escoteiro Internacional. Se as convenções internacionais globais são consideradas com desconfiança não é em razão de preconceito a priori desfavorável, e sim porque a experiência demonstra que quanto mais abrangente uma convenção, e quanto mais multilateral em relação ao número de seus signatários, menos efeitos tem e mais mistificador o seu conteúdo.

Os dois exemplos escolhidos neste estudo, são relativos ao Direito do Mar e ao Direito Fluvial.

A 17 de dezembro de 1970, a Assembleia Geral da ONU adotou a sua Resolução 2749 (XXV): "Declaração de princípio sobre o fundo dos mares e dos oceanos, e de seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional". No seu art. 1º, afirmava que: "o fundo dos mares e dos oceanos, bem como seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional (doravante chamados a zona), assim como os recursos da zona, são o patrimônio comum da humanidade". Segundo o art. 2º: "A zona não pode, seja de que maneira for, ser objeto de apropriação pelos Estados ou por pessoas físicas ou jurídicas, e nenhum Estado pode exercer soberania ou direitos soberanos sobre nenhuma de suas partes".

A 10 de dezembro de 1982, assinava-se a Convenção de Montego Bay, fruto de mais de dez anos de esforços, principalmente concentrados nas obras da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A expectativa engendrada pela Declaração 2749 (XXV) fora dupla: 1) colocar um ponto final à corrida para as apropriações e 2) definir a exploração do patrimônio comum, de maneira a promover uma repartição equitativa de suas riquezas. Portanto, a imagem que se impõe, com o conceito de patrimônio comum da humanidade, é a de uma harmonia planetária na qual todos os povos do mundo deverão unir suas forças para alcançar um objetivo generoso.

Assim nasceu um mito. A função real do conceito de patrimônio comum foi a de uma alquimia retórica, que dissolveu os verdadeiros termos do problema, para restituí-los em um produto novo

*"Se as convenções internacionais globais são consideradas com desconfiança não é em razão de preconceito a priori desfavorável, e sim porque a experiência demonstra que quanto mais abrangente uma convenção, e quanto mais multilateral em relação ao número de seus signatários, menos efeitos tem e mais mistificador o seu conteúdo."*

e inofensivo. É por isso que estão reunidas as condições necessárias à gênese de um mito, explicação fraudulenta de uma realidade confiscada. É bom lembrar aqui as palavras de Roland Barthes: "O mito é uma palavra roubada e devolvida. Frequentemente, a palavra entregue já não é mais exatamente a que foi roubada. Ao devolvê-la, não foi recolocada exatamente no seu lugar. É esse breve furto, esse momento escondido de uma manipulação, que constitui a conotação negativa da palavra mítica".

O conceito de patrimônio comum sugere, com muita densidade, que se leve em conta, de maneira prioritária, o interesse geral; considerado, este, como um ideal acima de qualquer suspeita. Dessa sugestão, nasceu a crença, muito bem aceita, de que resultariam vantagens substanciais para a comunidade internacional. A força do mito também resulta do fato de que a crença vale como explicação da realidade à qual se aplica. O valor operacional do mito depende do grau de adesão que ele provoca, isto é, de sua legitimidade, e não de sua coerência em função de critérios lógicos. Porém, a noção de legitimidade coloca, simultaneamente, a questão da função de controle que se exerce através do mito. Na medida em que o mito não é um produto natural, nem está concebido, por todos, de maneira idêntica, é preciso observar que o processo de mitificação está acompanhado por um processo de mistificação. Pelo viés da criação do mito, a manipulação da realidade objetiva institucionalizar relações determinadas.

O que realmente sobrou do conceito em pauta, vinte anos depois de ter aparecido no vocabulário efetivo das relações internacionais? Sobrou o que era de se prever, ao reler a análise que foi feita por dois especialistas, já em 1972. A gestão do patrimônio resume-se a uma "coordenação das apropriações para evitar os conflitos de soberania; a própria gestão em prol da humanidade representando apenas o 'sub-produto', incessantemente evocado, de uma situação de força, típica da sociedade relacional" (R.-J. Dupuy e A. Piquemal, 1972). Invoca-se a humanidade para melhor revocá-la. A invocação funciona como um exorcismo que pretende extirpar as relações hegemônicas, quando sua função real consiste em legitimá-las.

Que a "coordenação das apropriações" tenha sido realizada sob a égide da Corte Internacional de Justiça, constitui-se em ponto positivo, para a dinâmica das relações internacionais. Procurar-se-ia em vão, porém, nas sentenças baixadas pela Corte, alguma alusão ao patrimônio comum da humanidade. O que não impediu que o conceito prosperasse e se divulgasse na doutrina e pela doutrina. Foram e continuam sendo inúmeras as propostas de se considerar patrimônio comum da humanidade espaços tão diversos como a Antártica ou o espaço extra-terrestre. Os grandes mitos nunca morrem, eles apenas definharam com o passar do tempo...

Um segundo exemplo constitui-se nos trabalhos realizados, a partir de 1974, pela Comissão do Direito Internacional - CDI - da ONU. Na realidade, é a Resolução 1901 (XIV), da Assembléia Geral da ONU, que pediu, a 21/11/1959, que a CDI estudasse a questão das utilizações dos cursos de água internacionais, para fins diversos da navegação. De 1974 até hoje, sucederam-se quatro *Rapporteurs Spéciaux*, no âmbito da CDI, para apresentar seus estudos. O vai-e-vem entre a CDI e a VI Comissão da Assembléia Geral ainda não foi interrompido e não permitiu, portanto, que o assunto passasse a ser examinado por uma conferência internacional especial, como foi o caso para o Direito dos Tratados (Conferência de Viena) ou o Direito do Mar. Não é que, em quase vinte anos de pesquisa e estudos, os temas do Direito Fluvial Internacional não tenham sido suficientemente amadurecidos. Ao contrário, praticamente tudo já foi examinado. Porém, os trabalhos realizados evidenciam muito claramente que as soluções dos muitos problemas de uso das águas, requerem iniciativas e comportamentos incompatíveis com as consequências drásticas do tradicional conceito de soberania dos Estados.

O primeiro Rapporteur da CDI sintetizou os aspectos mais relevantes do problema:

"Um sistema de cursos de água é formado por elementos hidrográficos tais como riachos e rios, lagos, canais, geleiras e águas subterrâneas constituindo, por causa de sua relação física, um conjunto unitário; qualquer utilização que tenha um efeito sobre as águas de uma parte do sistema pode, pois, ter um efeito sobre as águas de outra parte".

Em seguida, o Relator ameniza um pouco essa visão holística do problema e afirma:

"Na medida que certas partes das águas que se encontram dentro de um Estado não são afetadas pelas utilizações das que se encontram em outro Estado e não têm efeito sobre essas utilizações, elas não são consideradas como fazendo parte do sistema de cursos de água internacional. Assim é unicamente na medida que as utilizações das águas do sistema têm um efeito sobre as outras que o sistema é internacional; o caráter internacional do curso de água não é portanto absoluto, mas relativo". (Stephen M. Schwebel, 3º Relatório, 1981, p.12).

O que está em jogo são concepções diferentes e, eventualmente, incompatíveis nas relações interestatais. Para resumir os termos da questão, duas visões se opõem. A primeira, tradicional soberanias, cujas esferas de influência determinam direitos, os mais absolutos possíveis, e minhas necessidades. A segunda concepção, nascida apenas após 1945, preconiza que se leve bacia hidrográfica, para determinar a utilização ótima e uma divisão equitativa dos benefícios entre todos os ribeirinhos dos rios de uma mesma bacia. A noção de rio-tronco ou rio-segmento opõe-se, portanto, a de rio-rede (Cabet, 1991).

É óbvio que, em se tratando de preservar a biodiversidade, a segunda concepção é muito mais adaptada ao objetivo. Mas, os interesses e egoísmos estatais não querem abrir mão de sua soberania, o que emperra a discussão do assunto, sem sequer mencionar a possibilidade de negociar uma convenção internacional relativa ao estatuto e aos usos das águas dos rios internacionais.

Isso significa que, durante 17 anos, dezenas de pessoas, peritas em Direito Internacional, trabalharam milhares de horas para não produzir um texto básico relativo a um dos assuntos mais fundamentais das relações internacionais. O único consenso que se manifesta, neste particular, é no sentido de uma omissão caracterizada. Só alguns poucos interessados conseguem acompanhar os trabalhos da CDI e ninguém tem condições de alterar esse processo de não-decisão.

Nesse contexto de inércia, não se deve nutrir muitas expectativas em torno da Conferência ECO-92, (realizada no Brasil em junho de 1992). Duas razões essenciais podem ser apontadas para justificar a descrença nos propósitos dos organizadores. Em primeiro lugar, os patrocinadores são exclusivamente os (representantes dos) Estados. Em segundo lugar, o máximo está sendo feito para que as ONG's não perturbem o desenrolar da Conferência do Establishment; seu papel foi determinado pela própria AG da ONU. Esse papel é o seguinte:

“O documento da Assembléia Geral que fixa o papel das ONG's, contudo, o determina preto no branco: a ‘forma e a maneira da participação (das ONG's) no processo preparatório e na Conferência... podem ser determinadas à luz dos arranjos preparatórios a serem aprovados pelo Comitê (Preparatório da Conferência)’. A comunidade das ONG's deverá ser autorizada, no máximo, a ‘enriquecer e fortalecer as decisões da Conferência’ e a ‘servir como canal importante de disseminação de seus resultados, bem como para mobilizar o apoio público’. Nem precisa de tradução. São os governos que decidem quem está autorizado a dizer o quê, do mesmo jeito que são os governos que estarão assinando acordos em 1992. Espera-se das ONG's que elas levem a mensagem dos governos ao povo e que os ajudem a ficam no poder” (United Nations General Assembly, A/CONF 141/PC/2, 23 February, 1990, p.8 - Larry Lohmann, 1990, p.84).

Esse tipo de análise pode levar ao desânimo ou, ao contrário, a uma atitude de tomada de consciência mais aguda dos problemas e de suas implicações; no sentido de enxergar melhor o que deve e pode ser o papel das ONG's.

### III - O papel das ONG's na implementação do Direito Internacional Ambiental

Em primeiro lugar, deve-se evitar um equívoco importante. Como o próprio nome indica, as ONG's não são governamentais. Portanto não faz muito sentido pretender que elas tenham um papel de líderes na elaboração de normas jurídicas. Sua tarefa essencial é de conscientizar a todos, o que inclui os profissionais da política, cuja ignorância em matéria ambiental é das mais imponentes. As possibilidades das ONG's situam-se em outras esferas de atuação: denúncias e propostas alternativas; educação; mobilização. Eventualmente e, dependendo de seus recursos e credibilidade, elas também podem empreender atividades de pesquisa científica ou realizar atividades “espetaculares”, que chamam a atenção para os problemas ambientais. Entretanto, não é comum que se disponha de recursos em tal quantidade, que grandes campanhas ou ações possam ser conduzidas. Em outras palavras, nem todas as ONG's podem ser King ONG's. Porém todas estão em condições de desenvolver ações relevantes e de impacto.

Dois exemplos de atividades relevantes serão citados agora: o Finnish Forest Action Group e o Tribunal Internacional da Água. São dois casos extremamente diferentes, que oferecem idéias para alterar o rumo dos acontecimentos.

O Finnish Forest Action Group começou suas atividades neste ano de 1991; pelo menos em termos de divulgação de suas intenções. Fez contato com dezenas de ONG's, através de uma simples carta, assinada por Thomas Wallgren. Explicava os propósitos do Grupo e fazia muitas sugestões e pedidos, para tornar operacional sua ação.

O ponto de partida do FFAG é a decisão finlandesa de produzir um **Forestry Sector Master Plan (MP)** para a Tailândia.

A **Jaakko Pyry Corporations (JP)** é um consultor finlandês para pasta e papel, que trabalha em dezenas de países e possui uma influência internacional considerável. A JP fez lobby para o MP tailandês a partir de 1986 e recebeu concessão para realizar o trabalho em 1988. Suas atividades na Tailândia são financiadas pelo **Finnish Development Aid Money**. O parceiro tailandês de JP é o **Royal Forestry Board**. A ação de JP e o conjunto do MP foram criticados, com detalhes e uma boa sustentação, desde o seu início. O caso tornou-se público, na Finlândia, quando as denúncias feitas pelos ecologistas tailandeses foram publicadas na imprensa (pelo Helsingin Sanomat, a 26/01/1991). Esse fato já levou JP a declarar que iria adotar uma nova posição em relação ao MP. Para garantir que essa retórica seja seguida de providências concretas, o FFAG planeja diversas ações.

Pretendiam organizar um seminário internacional para examinar o MP. E fariam-no na Finlândia, no sentido de conseguir um impacto máximo sobre JP e o FINNIDA. Esta é a Agência de Desenvolvimento Finlandesa; faz parte do Ministério das Relações Exteriores e possui um orçamento anual de ajuda de cerca de um bilhão de dólares. O objetivo era de responder a perguntas do tipo: JP e FINNIDA podem permanecer na Tailândia, ou devem ser jogados fora? O MP pode ser revisto, ou deve ser abandonado? Como influenciar o Royal Forest Board?

Em seguida, tratar-se-á de saber em que outros países JP está presente e em que consistem o debate internacional e os trabalhos relativos ao Plano de Ação da Floresta Tropical.

A ação do FFAG é das mais interessantes, por diversas razões. Primeiro, porque se trata de uma ação possível; isto é, uma ação empreendida a partir de relações concretas, que podem ser alteradas com um empenho individual e coletivo organizados, no próprio lugar onde vivem as pessoas envolvidas. Além disso, essa ação aplica-se nos diversos pontos geográficos, onde ocorrem os diversos fatos que, correlacionados, caracterizam o tipo de relações em cadeia que se tornaram corriqueiras no mundo contemporâneo. Com efeito, o responsável pela deflorestação não é apenas o lenhador que corta as árvores. O responsável é um conjunto de cumplicidades que une o lenhador tailandês ao consumidor finlandês, passando por JP, FINNIDA, o Royal Board e alguns outros. Finalmente, deve-se enfatizar o fato de que o autor da carta esteve pessoalmente na Tailândia e constatou, com os próprios olhos, uma série de fatos, comportamentos, situações, que ele nunca poderia entender, se deles tomasse conhecimento através de textos ou mesmo de imagens filmadas. Essa atitude, de viajar até a outra ponta do eixo da relação em foco, deveria tornar-se uma rotina de atuação das ONG's do hemisfério norte. Muitas vezes, seus integrantes têm uma visão indireta e, portanto, distorcida, das pessoas que pretendem ajudar ou das situações que devem ser alteradas.

Outras atitudes relevantes consistem em coordenar e federar os esforços de diversas ONG's, em torno de objetivos concretos comuns; bem como auxiliar diretamente as ONG's do Terceiro Mundo, para que possam profissionalizar-se. Neste caso, pode-se financiar entidades que não conseguem ter muito êxito nas suas ações, por falta de pessoas que possam dedicar-se full time às atividades de proteção ou preservação ambiental, muito embora tenham conhecimentos técnicos ou outras competências necessárias.

O Tribunal Internacional da Água - TIA - representa uma iniciativa de outro tipo e que tem a particularidade de pretender aplicar diretamente as normas jurídicas, consideradas necessárias para obter comportamentos sociais desejáveis. No início dos anos 80, diversas organizações neerlandesas constataram que seus esforços, no sentido de despoluir o Reno, estavam colhendo poucos resultados concretos. O TIA nasceu como uma nova estratégia para alterar essa situação. Foi então decidido oferecer aos queixosos a possibilidade de apresentar casos de poluição das águas, na Europa Ocidental, e aos acusados, a oportunidade de se defenderem em condições equitativas.

Nesse intuito, foi organizada uma entidade independente, a Fundação do TIA, com as seguintes tarefas:

- a formação de um Tribunal, que funcionasse segundo os padrões normais da Justiça comum, com um processo imparcial e todas as garantias para os queixosos e acusados;
- a formação de um júri independente, integrado por personalidades científicas e políticas conhecidas;

- a supervisão e a coordenação do mérito dos casos apresentados ao Tribunal;

- a elaboração de uma base processual equitativa.

O Tribunal reuniu-se de 03 a 08/10/1983, para examinar 19 casos: seis relacionados a poluições por metais pesados, nove ligados a hidrocarbonos clorados, dois a dejetos radioativos e dois razões de se arrependerem por não terem apresentado sua defesa. Um total de 125 jornalistas e um amplo público assistiram a audiências (públicas) e a repercussão dos julgamentos, na imprensa, foi notável. Milhões de pessoas, em toda a Europa, mas também em outras regiões, aprenderam muito sobre a poluição da água, suas causas e o papel de muitas atividades econômicas e industriais que costumam ser apresentadas como fator de progresso, sem que se diga nunca o quanto esse "progresso" traz de inconvenientes para a saúde humana e a qualidade da vida em geral.

Como consequência da ação do TIA, a maioria das empresas condenadas adotou providências concretas para diminuir ou até suprimir as poluições que provocavam. Em alguns casos, são as autoridades públicas e administrativas que tomaram essas providências.

O II Tribunal Internacional da Água deverá reunir-se, em Amsterdam, de 17 a 21/02/1992. Diversos casos já estão sendo instruídos, oriundos de diversos países do Terceiro Mundo. A idéia geral, para essa segunda sessão, é de sublinhar que a qualidade da água é de interesse de todos: pessoas físicas e jurídicas, tenham essas um estatuto jurídico e a qualidade para agir em juízo, ou não. Isso é da maior importância para resguardar os direitos das populações, cuja organização é tribal e que podem ter um estatuto jurídico discriminatório, nos Estados dos quais dependem nominalmente; inclusive sob o pretexto, muitas vezes falacioso, de que este estatuto serve para "protegê-las".

Dentro desse enfoque, o TIA pretende privilegiar o exame de casos em que a poluição resulta de uma ação internacional concertada, quando, por exemplo, uma instituição financeira nacional ou internacional financia um projeto em um país do terceiro mundo e quais os efeitos da poluição se fazem sentir nesse país, enquanto os bens ou produtos que resultam da atividade financiada são geralmente exportados para os países "desenvolvidos".

Um dossiê potencial para o II TIA, é o do já citado caso da barragem das Três Gargantas (Three Gorges), na China. A população envolvida poderia dirigir sua ação contra o Banco Mundial, o governo do Canadá e o consórcio canadense de sociedade de engenharia que planejaram, com muita leviandade e imperícia (a não ser que tenha sido simplesmente para maximizar os seus lucros), a destruição das condições de vida de 1.200.000 pessoas, cujo deslocamento seria tornado necessário pela construção da barragem.

Nesse caso e em muitos outros, será possível denunciar comportamentos anti-sociais e anti-ecológicos de governos e de entidades privadas, desde que a instrução dos dossiês seja feita de maneira objetiva e que as provas sejam suficientes. A secretaria do TIA distribui documentos de orientação aos interessados e indica especialistas que ajudam a preparar os processos. Portanto, é possível trazer a público as violações cometidas e informar a todos, como primeiro passo para tentar reverter situações graves, a respeito das quais pouco se poderia fazer nos países onde as ocorrências se produzem.

#### IV - Considerações finais

De maneira um pouco esquemática, este estudo tentou mostrar a gravidade dos desrespeitos ao meio ambiente, em diversos países. Elaborar um projeto de convenção internacional é uma providência insuficiente e eventualmente contraproducente. É insuficiente, porque não há mais razões de as autoridades respeitarem mais o Direito Internacional do que o Direito interno de seu próprio país. Ora, o direito interno pode até ser suficiente, como é o caso no Brasil, cujas autoridades públicas não se cansam de afirmar que possuem a Constituição mais avançada do mundo, em relação à proteção ambiental. É a pura verdade, porém as obrigações públicas definidas pela Constituição não são respeitadas, nem fiscalizadas e muito menos implementadas por essas mesmas autoridades - a menos de um ano da empolgante retórica que será usada para receber delegados de todo o planeta, em uma conferência ambiental mundial.

Não se trata apenas, pois, de dispor de normas bem redigidas. O essencial do problema reside na implementação do Direito. Para isso parece mais producente enfrentar os problemas no lugar da vida quotidiana, porém com o apoio de pessoas situadas além fronteiras e que vivem as consequências desses mesmos problemas ou se dispõem a conhecer, in loco, as complexidades das situações locais. Da federação dos esforços, pode resultar o respeito ao Direito, inclusive ao Direito Internacional existente e a ser criado.

Plural, Florianópolis, nº 2, p.42/51, jan/jun, 1992. N.E.: Este artigo foi recebido em dezembro de 1991.

#### Bibliografia

- CAUBET, Christian G. *La mer comme patrimoine commun de l'humanité: réflexions sur un mythe et un mystification*. In: Centre d'études des relations internationales. *Faculté de droit de Reims. Réalités du droit international contemporain 3. (Discours juridique et pouvoir dans les relations internationales: l'exemple des sujets de droit)*. Reims, 1980, p.115-121.
- CAUBET, Christian G. *As grandes manobras de Itaipu. Energia, Diplomacia e Direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991, 185 p.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1988, 430 p.
- DUPUY, René-Jean e Piquemal, Alain. *Les appropriations nationales des espaces maritimes*. In: Société Française pour le Droit International. *Colloque de Montpellier. Actualités du droit de la mer*. Paris: Editions A. Pedone, 1973, p.109-157.
- Folha de São Paulo. *Sadia acusa os EUA de "dumping"*. 18/06/1991, p.3-6.
- International Water Tribunal. *A Summary of the Results*. Drukkerij Rob Stolk bv: Amsterdam, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Newsletter 1*. Amsterdam, 1983, 19 p.
- \_\_\_\_\_. *Newsletter 2*. Amsterdam, 1991, 22 p.
- International Movement for Ecological Agriculture. *From Global Crisis Towards Ecological Agriculture*. Penang (Malaysia): Jutaprint, 1990.
- JEFFERY, Jim. *Dirty tricks: How the Nuclear Lobby Stopped the Development of Wave Power in Britain*. The Ecologist. Vol. 20, nº 3, may/jun, 1990, p.85-90.
- LOHMANN, Larry. *Whose Common Future?* The Ecologist. Ibidem, p.82-84.
- Panchar penemu. *Japan will pay Malaysia to save Tropical Forests*. N° 10, march, 1991, p.6-8.
- SCHWEBEL, Stephen M. *Troisième rapport sur le droit relatif aux utilisations des cours d'eau internationaux à des fins autres que la navigation*. Documento ONU: A/CN.4/348, 11 décembre 1981, 441p.
- USHER, Ann Danaiya. *Of Dams, Damage and Secrecy*. The Nation (Thailand) 15/10/1990.
- WALLGREN, Thomas. *Carta de 23/02/1991, aos: Selected Forest Action Groups and NGOs concerned with tropical forest especially in areas where Finnish agents are active or are suspected to be active*. [Endereço: Finnish Forest Action Group. Varfstorget 5 a 8. 20 100 Abo. Finland].
- ZERO Hora. (Porto Alegre, RS). 12/05/1991, p.36.
- FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *Expressão*. Florianópolis (SC), Ano I, nº 1, Fev. 1990.

**A Revolução Cubana tem sido um tema controvertido na Historiografia Latino-americana. Pergunta-se com veemência por que Cuba fez uma revolução de caráter socialista, se na América Latina havia outros países em que a classe operária era mais desenvolvida e o Partido Comunista mais organizado. E por que a Revolução Cubana ocorreu na década de 50, sendo vitoriosa em 1959.**

**Como todo o fato histórico, a Revolução Cubana apresenta diversidade na interpretação de sua gênese. Cada historiador apresenta a sua interpretação, reconstruindo processos históricos. Objetiva-se, pois, analisar como três trabalhos de cientistas sociais publicados em português têm interpretado as causas da Revolução Cubana.**

**As interpretações das causas da Revolução Cubana mudam ao longo do tempo, já que cada época reescreve a História à luz de seus problemas. As mudanças de interpretação histórica são sentidas em relação aos cientistas sociais, que escrevem a partir de seu habitat social e seu quadro teórico, com perspectivas diferentes. A seleção dos trabalhos obedeceu uma distribuição cronológica a partir de cientistas sociais de tendência marxista. Os trabalhos escolhidos são do economista Paul Baran (1961), do sociólogo Florestan Fernandes (1979) e do historiador Héctor Bruit (1988)<sup>1</sup>.**

# As causas da revolução cubana: uma análise historiográfica

*Norberto Dallabrida - mestrando em História pela UFSC e Professor da UDESC*

O artigo do professor de economia Paul A. Baran foi escrito a partir de sua visita a Cuba em 1961. Era professor de economia na Universidade de Stanford (EUA) e autor de vários livros dentre os quais destaca-se "A Economia Política do Desenvolvimento Econômico". Baran faz uma análise substancial sobre o processo de tomada de poder e os principais encaminhamentos tomados pelo governo revolucionário na implantação do Socialismo em Cuba.

Inicialmente, rechaça a tese de que a Revolução Cubana foi uma revolta liderada por intelectuais universitários. Primeiro, pelo fato de acreditar que são as classes sociais os principais protagonistas da História, de acordo com o Materialismo Histórico. Por outro lado, por considerar equivocada a proposição de que os intelectuais formam uma "elite acima das classes", que desempenha um papel independente e decisivo na História. Esta proposição, defendida por Karl Mannheim e nos EUA por C. Wright Mills, enaltece os intelectuais, justifica a ausência dos mesmos nas lutas políticas e sociais e é filosoficamente idealista. Além do mais, constata que sempre houve a presença de intelectuais nos principais movimentos sociais na história e que atualmente muitos intelectuais acham-se desiludidos com os movimentos trabalhistas e sua posição perante a ordem capitalista.

Baran não nega a influência dos intelectuais nos movimentos sociais, mas observa que "o problema é antes saber sob quais circunstâncias históricas os intelectuais foram atraídos para tais movimentos, em que condições são capazes de afetar o curso dos acontecimentos de determinada forma, e que forças determinam o papel específico que desempenham" (Baran, 1962, 14). Esta questão crucial é geralmente evitada e não se explica por que em certos casos, os intelectuais lideram movimentos populares e em outros são passivos diante do "status quo".

Como marxista convicto, acredita que a revolução deve ser entendida a partir do movimento da classe explorada e à luz das condições revolucionárias concretas, quando diz: "A classe que fez a revolução foi a população rural, os 'campesinos' cubanos. Essa classe foi levada à revolta pelo estado insuportável de pobreza, exploração e atraso a que estava condenada pela velha ordem.



Seu êxito na revolução e a direção que lhe deu, foram determinados em grande parte pela sua estrutura econômica, social e ideológica." (Baran, 1961, 15). Compreende que a maioria dos camponeses eram proletários sazonais dos latifúndios da cana-de-açúcar, fumo e café como meeiros, arrendatários e posseiros. Não houve Sistema Feudal, mas Cuba era "apêndice do capital monopolista".

Existiram três circunstâncias específicas que impeliram o campesinato cubano à revolução armada. Primeiramente, o forte sentimento de solidariedade nacional entre os cubanos de várias camadas da sociedade desencadeado pela situação econômica do país. Após a emancipação política, Cuba mantém uma "situação essencialmente colonial" em relação aos EUA. O sentimento nacionalista e antiimperialista estava presente tanto nas classes populares como na burguesia que tinha que concorrer com a sofisticada tecnologia estrangeira, além de ser desconsiderada no seu próprio país. O nacionalismo burguês era ambivalente, pois temia tanto a dominação norte-americana, como a possível revolta social das massas exploradas. Em segundo lugar, a criminalidade, corrupção e crueldade nos últimos anos da Ditadura Batista, avalizada pelos EUA, recrudesceu o sentimento antianque. Batista atraiu para si uma generalizada gama de antipatia e contribuiu com a tolerância de parte da burguesia para com os que queriam alterar a situação.

Por último, a indiscutível liderança de Fidel Castro, que soube com arguta habilidade compreender a lógica interna da revolução. Para Baran, os trabalhadores urbanos tiveram pouca participação na Revolução Cubana. Boa parte recebia bons salários no conjunto do proletariado cubano, principalmente aqueles que pertenciam às empresas estrangeiras. O movimento sindical era forte, apesar de dividido e viciado nos moldes norte-americanos. O Partido Comunista estava infiltrado nas organizações sindicais e apesar de estar na ilegalidade, era influente no proletariado urbano. Hesitante e com pouca influência no campo, o Partido Comunista não participou do movimento camponês de Castro, apenas parte dele se juntou aos guerrilheiros da Sierra Maestra. Somente após as nacionalizações das empresas, que conferem um caráter socialista à revolução, é que o Partido Comunista se fundirá ao Governo revolucionário.

Baran não enfatiza a formação e organização da guerrilha quando aponta as condições específicas que contribuíram para a ação dos campesinos. Prefere destacar a liderança de Fidel Castro como o engenheiro da Revolução. Como economista marxista, realça as questões de ordem econômica como a forma de propriedade, a produção, o comércio. Ao insistir na diferença entre "revolução política" e "revolução social", fundamenta-se nas mudanças sócio-econômicas, marginalizando questões políticas e ideológicas.

Por fim, percebe-se que a análise deste artigo enfatiza a conjuntura (2) pré-revolucionária. O autor não faz referências ao colonialismo espanhol, mas procura destrinchar precípua mente os fatores que concorreram à revolução na década de 50, e "en passant" recua até o início do século XX para situar a emancipação política de Cuba e a penetração do Imperialismo norte-americano.

O livro de Florestan Fernandes, "Da Guerrilha ao Socialismo; A Revolução Cubana" é uma análise apurada e apaixonada da gênese e do desenvolvimento da Revolução Cubana e das duas primeiras décadas da implantação do Socialismo em Cuba. O autor é um renomado sociólogo brasileiro, autor de vários livros, dentre os quais "Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina".

Na análise das causas da Revolução Cubana, Fernandes começa afirmando que a guerrilha foi a condição "sine qua non" para a conquista do poder e a implantação do Socialismo em Cuba. Não pretende discutir a organização da guerrilha em si, mas concentra-se na "constituição de uma situação revolucionária, que converteu a guerrilha no meio cubano de chegar ao Socialismo; e a guerrilha que permitiu, a um tempo, desagregar a capacidade de resistência da tirania burguesa e neutralizar a dominação imperialista dos Estados Unidos". (Fernandes, 1979, 55)

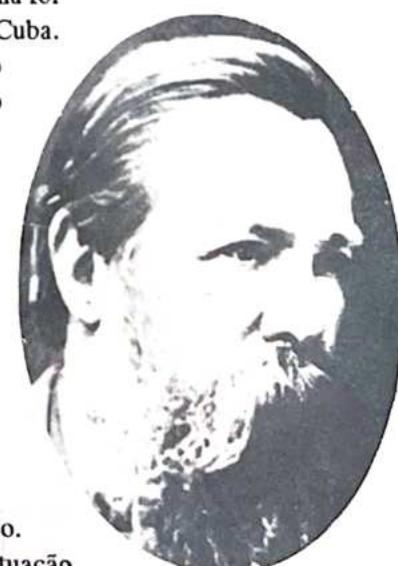
A situação revolucionária cubana é fruto da sistemática frustração do nacionalismo e da revolução nacional. No início do século XIX, ao contrário dos países latino-americanos, Cuba teve seu nacionalismo "liberal" - na realidade oligárquico e antipopular - sufocado e a emancipação política frustrada. No final do século XIX, Cuba transita diretamente da ordem colonial espanhola prolongada à ordem neocolonial norte-americana antecipada. Assim, a situação revolucionária latente consistia na impossibilidade da "ordem social competitiva", o Capitalismo, impor-se na "ordem social neocolonial".

O nacionalismo recalcado ressurge na década de 30, mas é retido na Ditadura Machado. Na década de 50, com a instalação da Ditadura Batista, o nacionalismo volta à tona e a situação



"A guerrilha  
acionou o golpe  
de misericórdia" na  
ordem neocolonial  
decadente, pois não  
havia saída para  
a "revolução dentro  
da ordem".

A guerrilha não  
surgiu de surpresa,  
mas como  
necessidade  
política e braço  
militar da revolução  
em marcha."



revolucionária atinge o zênite. O nacionalismo se desloca do centro burguês para certos extratos da classe média e pequena burguesia e principalmente para o proletariado rural e urbano. Há uma guinada de conteúdo de classe da revolução nacional, que deixará de ser apenas uma revolução política de caráter burguês. Fernandes acredita que “é de baixo para cima, das classes trabalhadoras e da população pobre que parte a principal força desagregadora da ordem, o dissolvente invisível e o fator básico da deterioração do poder real da burguesia e de seus governos.” (Fernandes, 1979, 67). Nesta guinada, destaca a adesão radical dos jovens na condução da revolução nacional, que assume um caráter essencialmente antiimperialista que altera significativamente a situação revolucionária.

A guerrilha “acionou o golpe de misericórdia” na ordem neocolonial decadente, pois não havia saída para a “revolução dentro da ordem”. A guerrilha não surgiu de surpresa, mas como necessidade política e braço militar da revolução em marcha. O autor diz “in extenso”: “A força da guerrilha não estava nela mesma, mas na guerra civil, que ela desentranhou da situação preexistente.” (Fernandes, 1979, 72). Desta forma, a guerrilha surgiu, como instrumento agregador e dinamizador das forças políticas revolucionárias e como “herdeira e parteira de uma guerra civil que se atrasava no tempo, mas não em seu potencial revolucionário”.

Fernandes acentua o papel de Fidel Castro, enquanto indivíduo, e do Castrismo como movimento medular da Revolução Cubana. Castro foi o único estrategista da revolução e sem ele - que engendrou o Movimento Castrista, “verdadeiro pilar da Revolução Cubana” - certamente a revolução teria sido contida num nível nacional-burguês a exemplo do Governo Urrutia. O Castrismo significou a radicalização da revolução, no sentido de representar as aspirações das classes trabalhadoras e da população pobre em romper com a situação neocolonial através da implantação do Socialismo.

Pela natureza da situação revolucionária, que envolve um nacionalismo recalado e um grau de desenvolvimento capitalista neocolonial consorciado à ditadura Batista, o autor observa que a Revolução Cubana realizou várias revoluções em pouco tempo no sentido da descolonização radical. Este salto colossal que a revolução confere à sociedade cubana no sentido de colocá-la num “novo padrão de civilização”, o Socialismo, põe por terra os dogmas socialistas: uma sociedade neocolonial salta diretamente ao Socialismo. Isto é fascinante e em relação à “revolução socialista” não há “fórmulas mágicas nem saídas fáceis”, pois cada sociedade deve achar o seu caminho.

A interpretação das causas da Revolução Cubana passa por um enfoque histórico de longa duração. A questão da situação revolucionária que aflora na década de 50, é buscada nas alterações estruturais da História cubana. Fernandes volta com perspicácia ao passado colonial e neocolonial cubano para compreender a situação latente de guerra civil que faz brotar a guerrilha. Assim, o sociólogo se portou como verdadeiro historiador do tempo estrutural, com consistência teórica e agilidade analítica.

No capítulo três de seu livro “Revolução na América Latina” - que contém as revoluções mexicana, boliviana, cubana e sandinista -, Héctor Bruit analisa a Revolução Cubana de forma didática. O autor é professor e pesquisador do Departamento de História da Unicamp e é conhecido pelos seus estudos latino-americanos de caráter marxista como “Acumulação Capitalista na América Latina”.

Bruit faz inicialmente uma análise da sociedade cubana pré-revolucionária. No campo, constata a predominância do latifúndio e da miséria dos trabalhadores rurais, meeiros, arrendatários ou posseiros. Destaca a questão da sazonalidade do “guajiro” (cortador de cana-de-açúcar) e a penúria a que era submetido no “tiempo muerto”. Nas cidades, não faz uma análise consistente da situação dos operários e nem das tensões sociais. Destaca a penetração da economia norte-americana na produção de açúcar, no comércio, no setor de serviços, enfim, nos setores dinâmicos da economia cubana. Neste sentido, caracteriza o Imperialismo Norte-americano e seus efeitos nefastos na sociedade cubana.

O autor faz uma associação entre o Imperialismo norte-americano e as ditaduras de Cuba, co-responsáveis pela miséria social, “o melhor caldo de cultura dos movimentos revolucionários no continente (latino-americano)”. Diz textualmente: “Assim, a miséria, a insalubridade, o elevado índice de mortalidade infantil não podem ser atribuídos exclusivamente aos ditadores que governaram Cuba, mas também ao capital norte-americano, que sustentou essas ditaduras e explorou a economia do país”. (Bruit, 1988, 65).

Edit. Letras Cubanas



Sem se preocupar em explicar sua gênese no contexto histórico de Cuba, Bruit enfatiza a formação e a organização da guerrilha pelos jovens da Sierra Maestra e a ajuda mútua entre campesinos e guerrilheiros. Mesmo constatando que houve apoio geral da sociedade, acredita que os camponeses foram "a base do movimento". É interessante notar, que o autor destaca a ação efetiva da guerrilha urbana e sua conexão com os guerrilheiros da Sierra Maestra. Destaca o papel de Frank País, guerrilheiro morto em 1957 e cita nomes de organizações urbanas que apoiaram a revolução.

Deixando de lado as teorizações, constata que a ditadura Batista agudizou o estado latente de guerra civil em Cuba e provocou antipatia e repulsa nacional. Bruit afirma que "de modo geral, todos os setores da sociedade passaram a lutar contra a ditadura. A figura do tirano encarnando todo o poder opressor, possibilitou a formação de uma verdadeira Frente Nacional de Libertação". (Bruit, 1988, 69). Entre outras palavras, a ditadura amparada pelo capital norte-americano gera a miséria social que a derruba.

Bruit discute a tese de Guevara sobre o "caráter camponês da revolução" e concorda com a supremacia do campo sobre a cidade no processo revolucionário quando aponta o campesinato como a classe basilar da revolução. Propõe o conceito de "revolução camponesa" para analisar as revoluções latino-americanas, em que os camponeses são a classe revolucionária. De Guevara, resgata, além de passagens ilustrativas de seus livros, a teoria do foco insurreccional sobre a qual se limita a dizer que contrasta com a ortodoxia marxista.

O estudo de Bruit é essencialmente de caráter conjuntural, pois não busca no passado mais profundo explicações para a Revolução Cubana. Sugere que a mesma é "uma revolução da miséria", onde as classes populares se rebelam contra a situação de extrema pobreza, a partir do surgimento de lideranças guerrilheiras que defendam suas necessidades.

Baran, Fernandes e Bruit têm o marxismo como referencial teórico-metodológico comum, revelado pelos conceitos que usam para interpretar a Revolução Cubana. Todos concordam com a nefasta presença do imperialismo norte-americano que apoiou as ditaduras cubanas no século XX, principalmente a ditadura Batista, e com o caráter de classe da Revolução Cubana, embora reconheçam que a maioria da sociedade participou do processo insurreccional. Assim, a classe camponesa foi impulsionada à revolução pela situação de exploração e dirigida por um grupo de guerrilheiros jovens e destemidos, dentre os quais se destaca Fidel Castro, o estrategista da revolução.

Baran e Bruit fazem uma análise conjuntural de Cuba pré-revolucionária: procuram na década de 50 as causas da explosão revolucionária. Baran vê a forte solidariedade nacional, a cruidade da ditadura Batista e a liderança de Castro como circunstâncias específicas que levaram o campesinato à revolução. Bruit destaca a situação de miséria social em Cuba como o fator detonador do processo revolucionário, aliado à formação da guerrilha rural e urbana.

De forma diferente, Fernandes estriba a sua interpretação das causas da Revolução Cubana na criação da situação revolucionária e do surgimento da guerrilha nos anos 50, a partir de uma análise histórica longa da sociedade cubana. Do colonialismo espanhol ao neocolonialismo norte-americano procura perceber o nacionalismo e a revolução nacional reprimidos que atingem o zênite na década de 50. A revolução cubana é uma catarse da revolução nacional, porém, caracteriza-se pelo antiimperialismo, e pela defesa da democracia e do socialismo.

Bruit inova quando destaca a participação da guerrilha urbana no processo revolucionário, em sintonia com os guerrilheiros de Sierra Maestra. Baran contrasta com esta opinião, pois afirma que a revolução é campesina e que os trabalhadores urbanos e os sindicatos tiveram pouca participação na mesma.

Embora todos façam análise de classe, Fernandes e Baran enfatizam mais a influência de Fidel Castro, enquanto indivíduo no processo revolucionário. Fernandes realça Castro e o Castrismo como garantia do caráter proletário e ultra-radical da revolução. Bruit prioriza a organização da guerrilha urbana e rural e sua simbiose.

Os trabalhos de Baran, Fernandes e Bruit sobre as causas da Revolução Cubana, apesar de serem escritos por simpatizantes do Marxismo e da Revolução Cubana, têm diferentes perspectivas históricas devido à época em que foram escritos e da percepção pessoal de cada autor.

À luz das recentes mudanças ocorridas nos países considerados socialistas, a Revolução Cubana ganha um novo interesse no cenário latino-americano e mundial. Tanto as causas da revolução como o processo de implantação e dinamização do socialismo em Cuba necessitam de reinterpretações históricas. Afinal, "a história é filha de seu tempo".

Plural Florianópolis, nº 2, p.52/55, jan/jun, 1992.

## Notas

1. BARAN, Paul A. *Reflexões sobre a Revolução Cubana*. In: SWEEZY, Paul et alii. *Reflexões sobre a Revolução Cubana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962, p.9-33.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1979, 231.

BRUIT, Héctor H. *A Revolução Cubana*. In: —. *Revolução na América Latina*. São Paulo: Atual, 1988, p.60-90.

2. Os conceitos de conjuntura e estrutura utilizados neste ensaio são baseados em Fernand Braudel, especialmente na obra "Escritos sobre a História" (1978).

## Bibliografia

BRANCO, A. e DORIA, Carlos. *Revolução Cubana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUIT, Héctor H. *Revolução na América Latina; o que são revoluções? México e Bolívia, Cuba e Nicarágua*. São Paulo: Atual, 1988.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

MATOS, Almir. *Cuba: a revolução na América*. Rio de Janeiro: Editorial Vitrória, 1961.

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1985 (Coleção Guerra e Paz).

SWEEZY, Paul et alii. *Reflexões sobre a Revolução Cubana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

# Acerca da modernidade da instituição universitária

César Gonzalez Ochoa  
Professor da Universidade Nacional do México

**P**erguntar quão moderna é a universidade como instituição, especialmente nestes tempos em que a educação superior parece um imperativo, em que se diz que as universidades são ou contêm a semente da futura sociedade, em que a luta pela identidade cultural, pela independência científica e técnica de nossos países tem como um dos primeiros objetivos a defesa da universidade, não parece de difícil solução. A pergunta acerca da modernidade da instituição universitária conduziria a uma primeira resposta óbvia: a universidade é um dos pilares de nosso mundo moderno. Não obstante, uma análise mais delicada mostra que os conflitos universitários do mundo atual não constituem algo novo; as propostas que damos para solucioná-los também não são algo inédito pois estão incorporadas ao amplo arsenal de soluções guardadas no arquivo

Sorbonne em 1551 (Encyclopédia Universalis)



*(...) a retórica é  
estática enquanto  
que a lógica é  
dinâmica (...)*

da história. Os problemas sobre o governo da universidade, de suas relações com a sociedade, dos meios de sustento dos estudantes, da dificuldade de acesso às fontes bibliográficas, do estatuto de exceção dos universitários, etc., são problemas que estão vigentes desde o nascimento mesmo da universidade. Isso nos faz pensar que é preciso analisar as diversas etapas do desenvolvimento desta instituição, particularmente de sua etapa inicial, das condições de surgimento destes centros de ensino tão peculiares como são as universidades.

O nascimento da universidade está em estreita relação com necessidades de tipo religioso. Todas as atividades do mosteiro ou da igreja, ou seja, o ciclo dos ofícios eclesiásticos, a manutenção da disciplina cristã, a formulação da doutrina, a ação do governo da Igreja, em uma palavra, a prática da religião, requeria um amplo corpo de saber que estivesse presente em todas

elas. Por isto podemos dizer que as práticas religiosas foram a única fonte de um esforço intelectual durante o período conhecido como a alta Idade Média, ou seja, até antes do ano mil.

Os estudantes desta época dispunham como único programa o plano projetado por santo Agostinho em seu tratado de ensino cristão *De Doctrina Christiana*. Ali se expressava a convicção de que todas as ciências conhecidas pelo mundo pagão não só podiam, mas deviam ter um lugar no *curriculum* cristão, porque todas elas tinham um papel importante no labor de interpretar a verdade contida nas Escrituras. Ainda que essa verdade estivesse expressa por meio de imagens e alegorias, quem quisesse buscá-la tinha que dispôr do conhecimento da natureza dos animais e plantas, da ciência das pedras preciosas; devia conhecer o simbolismo do número, compreender as harmonias da música. Mas o ciclo não terminava ali já que, depois de explorar a verdade da Escritura com auxílio de ciências e artes, era necessário revelar tais descobrimentos aos demais e para isso se requeria a retórica, a rainha das artes.

A grandes traços, era este o programa de estudos implícito na obra de Santo Agostinho, que abarcava todas as artes e estava em concordância com as necessidades do cristianismo. Depois de Santo Agostinho, encontramos ao menos dois sábios que continuaram suas propostas, ainda que não ao pé da letra. Em primeiro lugar está Casiodoro, autor de um popular manual de meados do século VI no qual adota o critério de Agostinho da unidade das ciências ao serviço da interpretação bíblica; não obstante, é uma unidade que não existe nem sequer na forma de apresentação do manual, que estava dividido em duas partes: a primeira sobre o conhecimento estritamente bíblico e a segunda sobre o conhecimento das artes liberais necessárias para sua interpretação; segundo este autor, "os estudos seculares tinham uma vida própria, independente de toda teoria sobre seu lugar no sistema geral do conhecimento cristão" (Southern 1980:187). O segundo dos sábios mencionados é Boécio (c.480-524). Boécio pensava que, como a civilização romana tinha mostrado poucas atitudes para a análise e a observação sistemática, era necessário voltar os olhos ao mundo grego e a suas realizações em ciência e filosofia. Seu projeto tinha como centro apresentar a ciência grega através de traduções de Platão e de Aristóteles; não chegou a concretizar este projeto em sua totalidade, mas sim conseguiu fazer acessíveis em latim as linhas básicas da lógica aristotélica. Infelizmente, a lógica tinha um lugar muito pequeno no *curriculum* proposto por Agostinho; portanto, permaneceram quase ignorados até princípios do século XII as traduções, comentários e resumos feitos por Boécio, que foi mais conhecido por seus tratados sobre música e aritmética. Foi o sábio Gerberto de Aurillac o primeiro homem ocidental que estudou os tratados lógicos de Boécio ainda que não tenha dado a eles o lugar de privilégio alcançado mais tarde. Gerberto, espírito conservador, se propunha restaurar o passado clássico e por esse motivo deu maior ênfase à arte da retórica. Estamos, pois, perante um par formado pela lógica e a retórica o qual parece, nesta época, uma manifestação da oposição entre a visão antiga e a visão nova. Essa oposição é válida porque a retórica é estática enquanto que a lógica é dinâmica; a primeira se propõe "fazer agradáveis as velhas verdades, a outra indagar novas e ainda pouco agradáveis verdades"; a retórica aplana as discrepâncias, a lógica as põe de manifesto; a retórica "é uma arte curativa, uma arte de governo; a outra é cirúrgica e desafia os fundamentos da conduta e da crença. Preservar, persuadir, conciliar as discrepâncias entre passado e presente: são estes os desígnios de Gerberto de Aurillac, e, em sua obra, retórica e arte do Estado se dão as mãos, com a lógica como seu servente" (Southern, 1980:189-90).

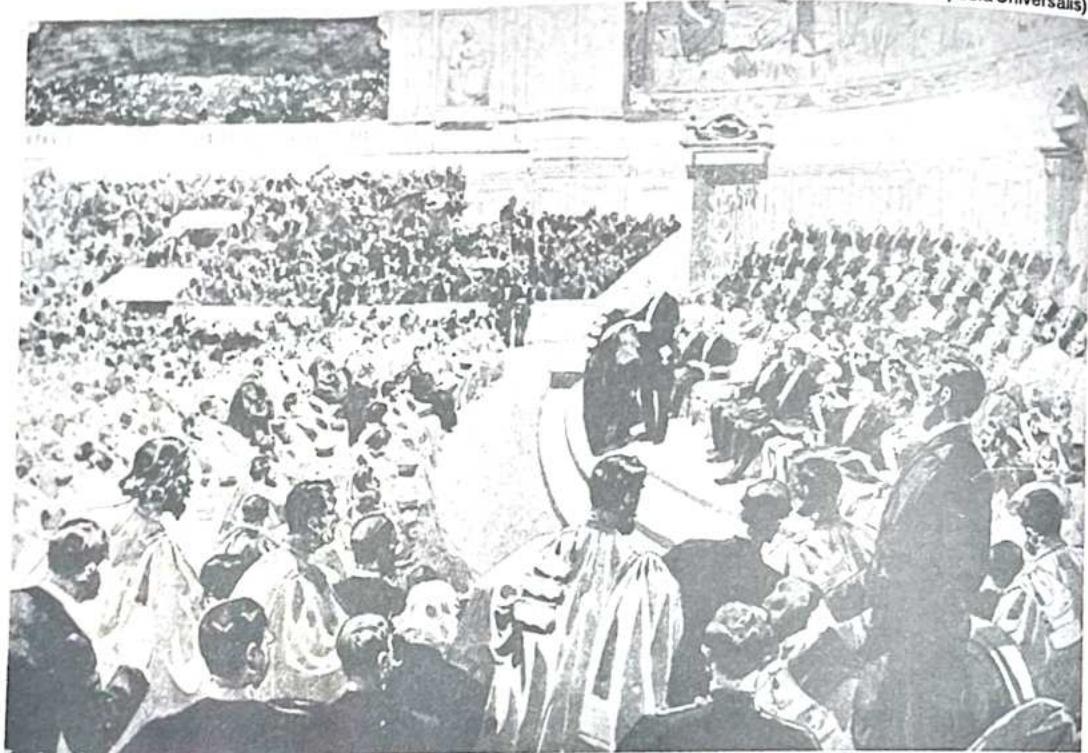
Na época de Gerberto de Aurillac (em torno ao ano mil), a proposta curricular de Agostinho tem mudado quase totalmente; poderia dizer-se que o único aspecto que perdura é a idéia de supremacia da retórica sobre as demais artes. Gerberto pensa que a retórica é um instrumento de governo, pois serve para guiar e dominar a vontade dos homens, mas, ao contrário de Agostinho, não acredita que seja a culminação do ensino cristão. Não obstante, o aspecto de Boécio que guiava a Gerberto era o relacionado com a doutrina do império romano e com a restauração da constituição de Roma. Outro aspecto de Boécio - que é o que interessa aqui - é o de ser introdutor, no século XI, do pensamento de Aristóteles, o transmissor e intérprete de suas obras, quem familiarizou aos homens do século XI com os métodos e as linhas principais da lógica; sobretudo, quem inculcou a paixão pelo saber. A obra de Boécio deu ao século XI uma visão - ainda que pequena e isolada - de um corpo de ensino sistemático acerca do mundo: o mundo da natureza era um cenário de forças sobrenaturais sobre as quais o "espírito" não tinha nenhuma intervenção; o mundo da política era também desordenado, imanejável pelo pensamento. Boécio mostrou que era preciso algo que pusesse ordem no caos e esse instrumento foi a lógica. A lógica abriu uma janela à visão ordenada e sistemática do mundo e da alma humana; daí que o projeto de Boécio tivesse como fundamento o estudo da lógica: os estudantes começavam "com a introdução de Porfírio a Aristóteles, traduzida com um duplo comentário por Boécio, e dali aprendiam a arte de classificar os objetos exteriores à alma". O estudante aprendia a usar os termos de gênero, espécie, diferença específica, propriedade e acidente, e a aplicá-los nos argumentos e na discussão. Depois seguiam com as *Categorias* de Aristóteles para aprender a classificar as observações sobre qualquer objeto; posteriormente, estudavam a tradução e comentário de Boécio ao texto *Sobre a Interpretação*, também de Aristóteles, e achavam ali também "a mesma milagrosa ordem e simplicidade - esta

vez na classificação dos tipos de afirmação que se podem fazer acerca de qualquer tema" (Southern, 1980:194). Todas as esferas do pensamento sofreram a introdução dos métodos de ordenamento e análise; o direito, a política, a gramática e a retórica foram pensados a partir de então de acordo com os hábitos associados com o estudo da lógica.

Poderia parecer, pelo anteriormente expresso, que nas sociedades medievais estava generalizado o estudo da lógica; não obstante, não estava nem sequer o estudo mesmo: até os inícios do século XII os únicos que tinham acesso aos livros e ao saber escolar eram os servidores de Deus e o lugar natural para o conhecimento era o mosteiro. Os mosteiros beneditinos figuram como os herdeiros de uma madura e bem ordenada tradição. A Regra de São Bento impunha, ademais de manter a múltipla e complicada vida de uma comunidade, a obrigação de estudar.

Uma visão distinta se tem ao considerar como centros intelectuais as comunidades do clero secular, especialmente as catedrais. Distinta, porque, ainda que atuassem os mesmos impulsos que nos mosteiros, a obra era menos sólida, pois as obrigações de estudar estavam menos definidas e menos previstas as bibliotecas. É certo que entre os séculos VIII e IX se sublinhou em vários concílios a obrigação que tinham tanto mosteiros como catedrais de ministrar ensino gratuito; mas isto não se cumpria. Foi até o III Concílio Lateranense, em 1179, quando se estabeleceu definitivamente a presença de um mestre em cada catedral para educar tanto à própria gente da Igreja como aos estudantes pobres. Este foi o início do forte impulso intelectual dado pelas escolas

(Encyclopédia Universalis)



catedralícias. A partir de então ocorre uma mudança importante: a separação de funções entre os homens da Igreja. Por um lado, a educação se restringe no mosteiro; aos monges se pede só que orem e que busquem a Deus na solidão; por outro, o ensino passa a ser função dos clérigos. A catedral substitui ao mosteiro como centro de ensino; a partir de então, o pátio da catedral, que ainda aberto segue chamando-se claustro, começa a encher-se de estudantes. Este movimento "que desloca a atividade escolar do mosteiro à catedral é o mesmo que estabelece no centro das cidades, os mais importantes *ateliers* da criação artística. Está determinado pelas mesmas mudanças de estrutura, pelo renascimento das trocas, pelo aumento de circulação, pela crescente mobilidade de bens e de homens" (Duby, 1983:147). Os motivos são fáceis de determinar: as catedrais proporcionavam um centro natural para as atividades dos professores; um mestre eminentemente podia estar só e atrair para ele os estudantes, mas quem não era tão eminentemente preferia a segurança da instituição estabelecida e um público feito. As catedrais tinham bibliotecas, salas de aula, ofereciam a possibilidade de uma posição segura, de promoção e de salários.

Neste deslocamento, observamos uma mudança notável na concepção da educação: os mosteiros estavam voltados para eles mesmos, os monges desprezavam o mundo; a escola episcopal, pelo contrário, se abre ao mundo.

Ocorre, também, uma mudança na forma de transmitir o conhecimento: no mosteiro, cada um dos jovens seguia a um ancião que guiava suas leituras e meditações; na escola da catedral, o mestre lê para um grupo de discípulos e comenta a leitura. Os estudantes da escola episcopal não

estão encerrados, mas se misturam com os habitantes da cidade. E não é porque estejam desvinculados da Igreja; pelo contrário, todos estão subordinados à jurisdição de um bispo, mas “a missão para a qual se os prepara é ativa, secular, pastoral. Trata-se do ministério da palavra. Sua função consiste em difundir o conhecimento de Deus” (Duby, op.cit.).

Fulberto, bispo de Chartres, pode ser considerado como o verdadeiro fundador da escola; ninguém antes do século XII deu maior impulso ao ensino. Na amplitude de seus interesses e sua influência, seu único precursor imediato foi Gerberto Aurillac, mas este não fundou escolas, pois, voltado para o passado imperial, estava incapacitado para o ensino universitário. Fulberto, provavelmente discípulo de Gerberto de Aurillac, teve o mérito de desenvolver-se facilmente tanto no seu cabido como com seus discípulos e com a sociedade que o rodeava. Esta familiaridade de Fulberto com o mundo foi a qualidade principal que as escolas catedralícias acrescentaram ao ensino, porque conseguiram fazer comuns certos problemas diferentes aos problemas religiosos a um amplo círculo de homens que viviam no mundo.

A atividade intelectual começou a concentrar-se em certos centros nos quais podiam seguir-se as lições de alguns professores. Em princípios do século XII, Laon e Chartres eram núcleos importantes, mas Paris pouco depois conseguiu concentrar uma grande população universitária que procedia não só da Ilé de France, como também de outras regiões francesas, germânicas e inglesas. A tradição escolar medieval estava assentada no esquema das artes liberais as quais constituiam, já na Antiguidade, o ciclo completo da educação considerado como propedêutico para o estudo da teologia. Tais artes liberais eram assim denominadas para distinguí-las das *artes mechanicae*, ou seja pintura, escultura, arquitetura e demais técnicas. A origem desta separação estava na ausência ou presença de finalidade prática; além disso, existia uma clara avaliação negativa para as atividades práticas; o nome mesmo de artes liberais, segundo Sêneca, o mostra: “Só as artes sinceramente desinteressadas, que não levaram a nenhum lucro, são consideradas liberais porque são dignas do homem livre” (Cit. em Várvaro, 1983:13). Não obstante, o cânon das artes liberais se estabeleceu somente até os inícios da Idade Média; uma das primeiras formulações é a de Marciano Capella (século V), quem, em *De Nuptiis Philologiae et Mercurii*, fixa seu número em sete: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia e música. Mais tarde, ao comprovar-se que as quatro últimas podiam agrupar-se por seu fundamento matemático, Boécio as reuniu sob o nome de *quadrivium*. As três restantes se agruparam (ainda que Várvaro estabelece que foi até o século IX) sob o nome de *trivium*.

Os estudos realizados nas escolas episcopais continuaram encerrados dentro desse marco das artes liberais, o qual perdurou, porque os sábios que rodeavam a Carlos Magno haviam exumado uns tratados didáticos da antiguidade tardia, dirigidos aos mosteiros carolíngios. Não obstante, o cristianismo tem modificado sua função: a partir do século XII, “os exercícios do *trivium* pouco a pouco foram reduzidos a um papel preparatório do que chegaria a ser, a partir de então, a função principal do clero: a leitura da página divina, a interpretação crítica do texto sagrado, a consolidação da doutrina por meio da difusão da verdade” (Duby, 1983:149). A gramática era a primeira das disciplinas, e as razões são evidentes, sobretudo porque geralmente a língua materna dos sacerdotes não era o latim. Em todos os casos se usavam os mesmos textos e os mesmos métodos de ensino: o *Ars minor* de Donato (século IV), depois a *Ars maior* do mesmo autor ou a *Institutio de Arte grammatica* de Prisciano (século VI). Com essas leituras não se pretendia dar um conhecimento ativo da língua - ainda que depois da prática se terminava por adquirir - mas era um requisito para que quem tivesse este conhecimento fosse considerado como pessoa culta. Neste aspecto, a finalidade do estudo da gramática na Antiguidade não era a mesma que na Idade Média, ou, ao menos, a ênfase não era igual: Quintiliano definia a gramática como a ciência do falar corretamente e de interpretar aos poetas; por sua parte, Rabano Mauro, no século IX, a definia como a ciência para interpretar aos poetas e aos historiadores e a disciplina de falar e escrever corretamente.

Esta troca na ênfase - troca de primeiro falar e depois interpretar ao contrário - originou modificações nos métodos de ensino: o aluno não aprendia as regras gramaticais de maneira abstrata senão que desde o princípio tinha que enfrentar os textos literários, que eram ao mesmo tempo fontes de regras e modelos de escritura. Entre os poetas mais lidos, segundo Várvaro, encontramos uma coleção de fábulas de Esopo em prosa latina, textos de Aviano, Sedulio, Juvencio e Próspero de Aquitânia (todos eles poetas cristãos dos séculos IV, V e VI), também outros de Prudêncio, Cícero, Salustio, Boécio, Lucano, Horácio, Ovídio, Juvenal, Pérsio, Estácio e Virgílio. Ou seja, uma mistura de autores clássicos, medievais e da latinidade tardia, sem um critério distintivo. Com o minucioso estudo destes autores, com os exercícios de composição literária regidos pela imitação, o estudante ficaria marcado por um certo gosto pelo clássico e uma uniformidade literária determinados pela força e a constância da formação escolar.

Dois acontecimentos importantes mudaram todo o panorama intelectual da época; em primeiro lugar, o paulatino aumento do prestígio da cultura e, em segundo, o nascimento da universidade. A respeito do primeiro, sabemos acerca do tradicional menosprezo da gramática e da literatura por parte dos nobres; as classes altas consideravam supérfluos tais conhecimentos ainda nos finais

**“Até os inícios do século XII os únicos que tinham acesso aos livros e ao saber escolar eram os servidores de Deus e o lugar natural para o conhecimento era o mosteiro.”**

do século XI, porque tinha que existir um meio claro de distinguir o nobre do *clericus*, do homem de cultura. Mas no século XII, a situação tende a mudar e não só encontramos muitos escritores que mantêm a idéia de que o cavalheiro pode ser um clérigo, senão alguns pensam que deve ser. A respeito do segundo fator, já temos lembrado que a escola europeia estava fundamentada nas Capitulações de Carlos Magno e, portanto, seus resultados eram muito limitados. Até o século XI, existiam poucas escolas e seus estudantes estavam destinados quase todos à carreira eclesiástica. Com o incremento da demanda de cultura, multiplica-se o número de escolas e de estudantes; isso causa o surgimento de normas para seu regulamento. Estas escolas são, no princípio, umas monásticas e outras capitulares; as primeiras estavam nestes momentos em crise pela existência de dois tipos de estudantes nos mosteiros: externos e noviços, o que ocasionava problemas. A Ordem de Cluny resolveu a questão, eliminando os externos e concentrando a educação na Bíblia e na liturgia. Por sua parte, as escolas capitulares, nascidas ao abrigo das catedrais, adquiriam cada vez mais importância. Estas escolas estavam nas cidades - centros que também estavam em sua etapa inicial de desenvolvimento - e encomendadas a um *scholasticus*, de quem dependia conceder aos estudantes a *licentia docendi*, o título definitivo.

A escola capitular de Paris estava vinculada à catedral de Nôtre Dame. Nela começou a propagar-se a segunda ciência de *trivium*, a dialética, a qual esteve abandonada durante grande parte da Idade Média. Esse auge da dialética, devido em sua maior parte a Abelardo, resulta da introdução da lógica aristotélica no *curriculum*.

Segundo LeGoff, durante a época de Abelardo ainda não se pode considerar que existia o grêmio dos universitários, mas nessas escolas urbanas "está nascendo um novo ofício e novos artesãos: o ofício escolar e sua hierarquia de *scolares* e *magistri*, dos quais não sair as universidades e os universitários" (1983:175). Na primeira metade do século XII, nasce o que será chamada a instituição do *studium generale*, a qual é o organismo que pode conceder, pela autorização do Papa, o direito de ensinar em todas as partes. Esta instituição era formada por várias faculdades (o termo *facultas* já está presente em Boécio e equivale à disciplina científica), entre as quais encontramos a faculdade de artes liberais, a de medicina, a de teologia e a de direito canônico; a primeira como propedéutica das demais. Dentro do *studium generale* os estudantes e professores formam a *universitas magistrorum et scholarium*, governada por um reitor. A primeira universidade é fundada em Bolonha; depois vieram as universidades de Paris, Oxford, Cambridge, Padua, Nápoles, Toulouse, Coimbra, Salamanca e Montpellier. Segundo LeGoff (1979), que faz uma breve descrição do nascimento destas universidades, a universidade de Paris recebeu seus primeiros privilégios do Papa Celestino III em 1174 e do rei Filipe Augusto em 1200; em 1215 recebe os estatutos e em 1231 recebe a carta mediante a bula *Parens scientiarum*, do Papa Gregório IX. Os primeiros privilégios conhecidos de Oxford datam de 1214; Cambridge nasceu de uma dissensão de estudantes de Oxford em 1209; Padua é fruto de uma dissensão de Bolonha em 1222; Nápoles é uma criação de Frederico II de Staufen, em 1224; Toulouse foi fundada em 1229 graças a um artigo do tratado de Paris, cujo objetivo era formar teólogos capazes de combater o catarismo; a universidade de Coimbra, em 1228; a de Salamanca foi fundada por Alfonso IX em 1228 (ainda que teve que fundar-se de novo por Alfonso X, em 1254); e a de Montpellier, em 1259.

A existência das universidades delineia um problema inédito: o problema do alojamento e subsistência destes homens de ofício tão peculiar como são os universitários; se a isto acrescentamos um fenômeno tão vivo desde o século XII como é a errância dos clérigos ou, ao menos de certos grupos de clérigos relacionados com o ensino, podemos ver a magnitude do assunto. Desde os inícios se debateu o princípio da gratuidade do ensino e nos Concílios de Letran de 1179 e 1215 se confirmaram estes princípios. Já no século XIII, os estudantes tinham conquistado ser merecedores de remuneração, mas não como vendedores de ciência - pois a ciência só pertence a Deus - e sim como trabalhadores. "Deste modo, em nome do trabalho e da nova ordem de valores que este promete, os universitários e os mercadores conquistam paralelamente a justificação de seus lucros" (LeGoff, 1979:248). Uma parte fundamental dos funcionários da Igreja e dos poderes públicos começa a ser fornecida pela universidade, e isto contribui para dar ao século XIII seu caráter de maturidade e de equilíbrio.

Gilson, quando faz algumas considerações acerca do papel da universidade, aponta que *universitas* não é a designação de um conjunto de faculdades estabelecidas em um centro urbano, mas sim o nome que se dá ao conjunto de pessoas, professores e alunos, que participam do ensino nessa cidade; quando se usa a palavra *universitas* não necessariamente se pressupõe uma organização em um determinado lugar; "basta que houvesse necessidade de dirigir-se ao conjunto de professores e estudantes que residiam num mesmo lugar para que essa expressão se usasse naturalmente". Se aplicava, segundo Gilson, sobretudo às escolas abertas pelas ordens religiosas das cidades que podiam ser centros importantes desde o ponto de vista da ordem, ainda que não tivessem uma organização universitária. Até essa época ainda não estavam precisas as grandes diretrizes filosóficas do século XIII; nem os filósofos árabes nem a metafísica de Aristóteles havia chegado às escolas, ainda que pouco tempo depois ocupariam posições importantes e ocasionariam mudanças profundas no ensino. O platonismo é, nesse momento, mais abstrato que

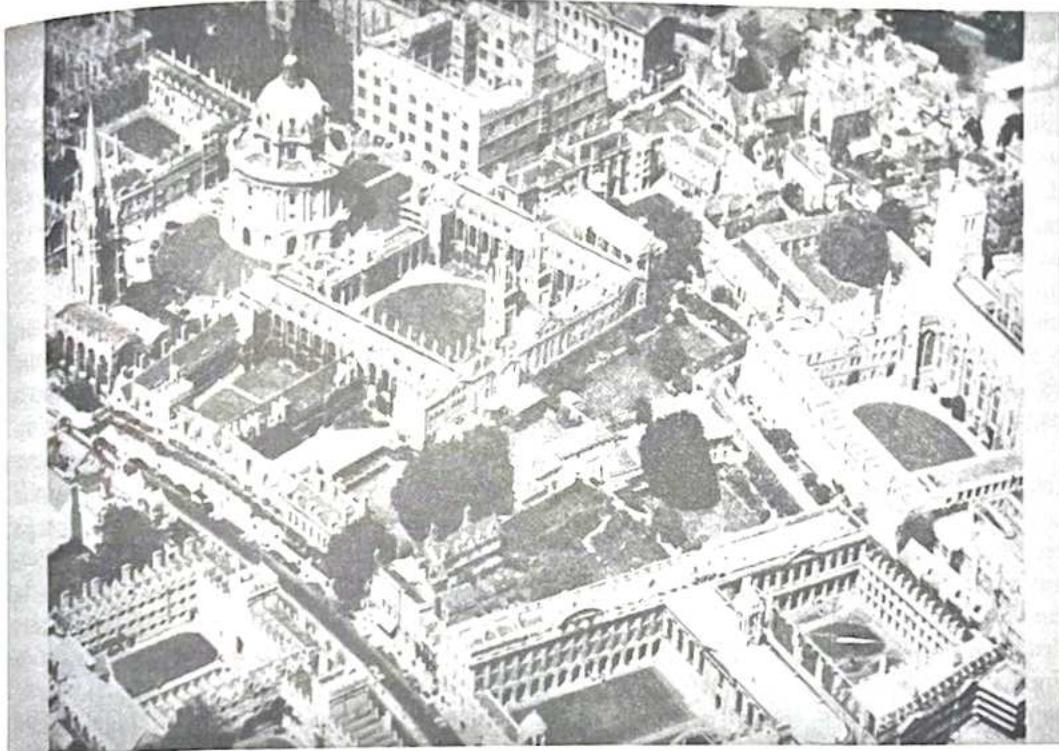
**"Desde os inícios se debateu o princípio da gratuidade do ensino e nos Concílios de Letran de 1179 e 1215 se confirmaram estes princípios."**

o de Santo Agostinho, o qual permite a abertura de linhas de pensamento novas em teologia. À medida que se aproxima o século XIII, define-se tendência que opõe Aristóteles a Agostinho, com a vitória do primeiro, vitória já pressentida desde meados do século XII.

O meio universitário estará definido por uma tendência muito clara: sua hostilidade ao meio monástico tradicional, por um lado, mas também ao novo, ao dos eremitas, ao dos predicadores itinerantes. Esta tendência se explica porque o meio universitário é o meio urbano. De fato, como aponta LeGoff, a tomada de consciência como universitários não é mais que um aspecto da tomada de consciência da nova sociedade urbana (1983:176). Os universitários se afirmam como um grupo social novo; por tanto, com uma urgente necessidade de diferenciar-se do grupo social monástico. Isto se traduz na busca dos meios de vida econômicos através do exercício do ofício universitário. Abelardo seria um dos primeiros a tomar consciência da especificidade deste novo grupo o qual, como novo, requer de um nome: Abelardo prefere o de filósofo.

Desde seu nascimento, as universidades têm mantido relações muito ambíguas com os poderes públicos. Não é fácil estudar tais relações por várias razões. Em primeiro lugar, não existe homogeneidade no que chamamos poderes públicos, pois estes podem ser vários: a cidade, o poder senhorial, o poder real ou o poder imperial; inclusive se fosse um poder só, da cidade por exemplo, se teria que estabelecer uma diferenciação entre as relações da universidade com a instância que governa a cidade (comuna, conselho urbano, etc.) e com o grupo social que a domina. Outro

Oxford (Encyclopédia Universalis)



problema é que, além de existir uma multiplicidade de poderes, entre eles há relações diversas, inclusive de oposição. Em segundo lugar, as universidades são também muito diversas e cada uma é um organismo complexo e ambíguo, com uma organização própria na qual não existe coincidência entre a organização profissional (os professores organizados em colégios de doutores) e a organização corporativa e financeira, onde professores e alunos participam de maneira distinta em cada universidade. Na universidade de Paris, por exemplo, os estudantes se agrupam em uniões escolares conhecidas como "nações" (gauleses, normandos, picardos, ingleses). Em realidade, essas organizações só compreendiam os estudantes da faculdade de Artes, mas como eram os mais numerosos, as nações representavam a universidade em sua totalidade. Na cabeça das nações está o reitor. Pelas características específicas da universidade de Paris, desde o princípio o reitor entra em conflito com o chanceler, representante do bispo, pois o reitor confere graus, outorga a *facultas docendi* e é o diretor geral de ensino. Este conflito dura aproximadamente um século e meio pois paulatinamente o chanceler é substituído pelo reitor, que se converte em chefe da universidade. Outra diferença está na organização institucional em faculdades e na importância relativa destas em cada universidade. Outro aspecto que contribui à ambiguidade é a ausência ou indefinição do estatuto jurídico do universitário; este sem dúvida é um estatuto de exceção pois não é nem completamente eclesiástico nem completamente laico.

As relações entre universidades e poderes públicos se complicam ainda mais por causa das relações que cada elemento mantinha com a Igreja, e isso não só pelo papel dominante da Igreja

*“Com o triunfo do aristotelismo, a universidade se vincula cada vez mais à ciência, mas não em seu aspecto mágico e atesourador senão agora como um saber racional e prático (...)"*

e a religião, "mas pela posição ambígua da Igreja mesma como poder temporal e espiritual ao mesmo tempo, e o caráter, em grande medida 'clerical' das universidades" (LeGoff, 1983:192).

Um dos aspectos dignos de assinalar-se é o caráter corporativo das universidades. Como corporações, as universidades buscam uma espécie de monopólio escolar que é, fundamentalmente, o direito de outorgar graus; este fato situa a universidade em conflito não com o Estado, mas sim com a Igreja. Uma segunda consequência do mencionado caráter é a busca de uma autonomia jurídica, "cujo reconhecimento obtém de forma relativamente fácil dos poderes públicos que, em geral, seguem a tradição inaugurada em 1158 por Frederico Barba Roxa para Bolonha" (LeGoff, 1983:193). Em terceiro lugar, a universidade, como toda corporação, tenta controlar um certo ofício, neste caso ofício escolar; os poderes públicos vêm como natural o surgimento de outra organização profissional, a qual se insere na ordem pública geral. Daí que a universidade fique desde o princípio situada na categoria de corporações que desfrutam de certos privilégios, tais como a isenção do serviço militar, coisa não tão rara, dado o caráter clerical dos universitários. Não obstante, a corporação universitária difere das demais corporações em um aspecto essencial: sua dependência econômica do poder público. Apesar de os professores terem feito reconhecer seu direito de cobrar aos estudantes por seu trabalho, não podiam viver unicamente destes benefícios; sua remuneração procedia basicamente de rendas outorgadas pelas cidades, os príncipes ou os soberanos, assim como também de certos benefícios eclesiásticos. A dependência econômica da universidade com respeito ao Estado impunha à primeira certos limites que outras corporações não tinham; não obstante, essa limitação se compensava pelas vantagens materiais que representava a dotação de cátedras por parte dos poderes públicos.

A definição como corporação não esgota os traços que caracterizam a universidade medieval. De fato temos que falar dela desde um ponto de vista funcional, como um centro de formação profissional. Em realidade, o auge da universidade é uma resposta, ou pelo menos coincide, com forte demanda de profissionais por parte dos poderes públicos. Esta demanda se limitava a posse de certas habilidades como saber ler e escrever, conhecer o latim e os princípios da ciência jurídica; depois foi necessário ter princípios de contabilidade e de ciência econômica; finalmente, o interesse de alguns soberanos e príncipes pelos rudimentos de teoria política fez com que o universitário tivesse também uns fundamentos desta ciência. É verdade que as carreiras mais prestigiosas eram as eclesiásticas, mas isto não era obstáculo para a incorporação dos universitários aos ofícios públicos já que, como aponta LeGoff, os poderes públicos são eles mesmos cristãos e porque "o que é útil à Igreja é em certo modo útil aos Estados: por exemplo, os predicadores ou os teólogos formados nas universidades para lutar contra a heresia ou o paganismo, podem servir também aos desígnios políticos" (1983:196).

Dentro das primeiras universidades que se fundaram na Europa, a de Paris ocupa um lugar fundamental em muitos aspectos. Já desde o século XII Paris e sua escola desfrutam de grande celebridade, sobretudo no que concerne ao ensino da dialética e da teologia. De toda Europa começa a chegar gente atraída por esta "cidadela da fé católica", como é chamada por Gilson. Este autor menciona algumas das razões pelas quais a universidade de Paris teve tão grande influência em toda a Idade Média. Em primeiro lugar, o florescente meio escolar, originado pela existência dos vitorinos e pelos professores como Abelardo, que atraía numerosos estudantes do resto da França, da Itália e da Inglaterra. Em segundo lugar, o interesse que tinham os reis da França e os papas. Os reis se interessavam em proteger esses homens de estudo pelo prestígio que davam à capital e pela influência que originava a contínua circulação de pessoas estrangeiras. "É muito natural que os reis da França desejossem de manter um estado de opinião que era para eles muito favorável, tentassem defender estes estudantes[...] A fim de que pudesse prosperar o *studium parisiense* era necessário assegurar a tranquilidade dos estudos e, consequentemente, a integridade corporal e a independência espiritual de seus membros; em uma palavra, era preciso organizá-la". (Gilson, 1982:366-7).

Contamos com alguns dados acerca do funcionamento específico interno da universidade. Em primeiro lugar, não existia o fato de estar matriculado; daí que cada estudante tivesse necessidade de estar unido a um mestre. R. de Courçon escreve em 1215: "*nullus sit scolaris qui certum magistrum non habeat*". Os estudos que realiza constituem um processo de aprendizagem para chegar a ser ele mesmo um mestre, pois, "mediante a aquisição de uma série de graus, qualquer um que tenha talento pode converter-se em professor e abrir uma escola ao lado de seus mestres" (Wulf, 1945: II-12). Também existem requisitos de idade e de número de anos de estudo: 20 anos para ensinar artes e 34 para ensinar teologia; seis anos de estudo para ser mestre em artes e oito para ser mestre em teologia. Antes de ser mestre e uma vez terminado o ciclo de estudo de artes, era preciso passar pelo bacharelato (*Baccalaureatus*). Se se cumpriam as condições acadêmicas e de idade, e se julgava com a preparação suficiente, o estudante era admitido à *determinatio*, chamada assim porque o *determinator* não se limitava a argumentar em pró e em contra, senão que tinha que resolver (*determinare*) as questões discutidas.

Depois da *determinatio*, o candidato começava por ser "leitor" durante dois anos; sua função consistia em explicar os livros de texto. Depois disso, incorporava-se ao grupo de mestres, ainda

que muitos não seguissem a carreira de professor depois da lição inaugural. Para quem decidia ficar, os mestres titulares (*magistri actu regentes*), designados pela nação, sustentavam cursos anuais regulares, seja nos locais da nação ou seja nas próprias escolas.

A respeito dos métodos de ensino, pode assinalar-se que em todos os graus de ensino estão presentes duas formas didáticas: *alectio* e a *disputatio*; a *lectio* consistia em que o professor lia, isto é, tomava como base de sua lição um texto clássico que explicava literalmente (*legere cursorie*), ou bem lhe servia como estímulo para desenvolvimentos pessoais (*legere ordinarie*). A *disputatio* é um tipo de ensino no qual colaboravam todos, mestres e estudantes. Por sua dificuldade, se usa sobretudo na faculdade de teologia, e é principalmente de dois tipos: as *disputationes ordinariae*, nas quais o mestre mesmo propõe e resolve questões teóricas diretamente relacionadas com o ensino, e as *disputationes generales* ou de *quodlibet*, que são discussões extraordinárias e solenes, onde os próprios assistentes propõem as questões ao mestre que preside a sessão (Wulf, 1945:17-19).

O acesso às referências bibliográficas tem sido um problema desde a universidade medieval; nessa época se resolveu através da criação da instituição da *pecia*, a qual consistia no seguinte: o autor entregava aos livreiros um manuscrito tipo, o *exemplar*, integrado por cadernos de quatro folios (daí o nome de *pecia*). Numerosos copistas reproduziam de maneira independente esses diversos cadernos, o que permitia multiplicar os exemplares de uma mesma obra. A universidade elaborava os catálogos destes livros e punha preço. Este sistema se generalizou em quase toda a Europa no século XIV. Junto a estes livros, produto do ensino oral, encontramos outras obras, como as *summae*, síntese nas quais expõe, segundo um plano lógico, um conjunto de problemas filosóficos e teológicos. Finalmente encontramos monografias (*opuscula*) que tratam algum capítulo de teologia ou filosofia, e folhetos e escritos de circunstância e de polêmica.

A universidade de Paris é especialmente ilustrativa para explorar a polêmica que envolve a universidade medieval. Duas grandes tendências aparecem: uma delas quer converter a universidade em um centro de estudos puramente científico e desinteressado; a outra quer subordinar tais estudos para fins religiosos. Ambas tendências estão representadas, em Paris, pela faculdade de artes e a de teologia. Segundo Gilson, a teologia que se ensinava era um agostinismo que não rejeitava a ajuda da dialética aristotélica; não obstante, Aristóteles apenas fornecia procedimentos de discussão e de exposição, o qual continuaria até finais do século. Foram Alberto Magno e Tomás de Aquino quem harmonizaram ambas as tendências da universidade e com isso legitimaram "o conteúdo positivo com que vinha a enriquecer-se o ensino das artes liberais"; com isso também organizaram o edifício da teologia tradicional para dar-lhe maior acabamento e solidez (Gilson, 1982:369).

Com o triunfo do aristotelismo, a universidade se vincula cada vez mais à ciência, mas não em seu aspecto mágico e atesourador senão agora como um saber racional e prático, comunicado não por meio da iniciação sagrada, mas através de uma aprendizagem técnica. Não obstante, isso mesmo fez com que o saber personificado nas universidades adotasse o aspecto de um poder: a partir de então, a universidade se definiu como uma aristocracia intelectual dotada de sua própria moral e seu próprio código de valores.

Não está dentro dos objetivos deste trabalho analisar a universidade como uma instituição consolidada, como aparece a partir do século XIII, quando a filosofia árabe e a metafísica de Aristóteles revolucionaram o ensino. Meu interesse pela etapa imediatamente anterior se deve a que é uma fase de preparação, mas não só por isso, já que, como assinala Gilson, se o século XII "se mostra menos potente e sistemático que o século XIII, em troca tem por si mesmo uma elegância, uma graça e uma desenvoltura na aceitação da vida, cuja tradição não se manteve na época seguinte, mais pedante e formalista" (Ibid:316). Daí pode concluir-se que o espírito do século XII esteve mais perto ao do Renascimento que ao do século XIII. Trata-se de um período de grande fermentação intelectual onde se desenvolveram os cantares de gesta, a ornamentação escultórica, o nascimento do gótico, o florescimento da universidade e o triunfo da dialética; é uma época humanista, ainda que seja um humanismo religioso. No século XIII, este gosto pela cultura literária, este amor da forma pela forma, que anuncia o Renascimento, será reprimido pelo auge da filosofia e da teologia. Aí a universidade terá, dentro da continuidade de sua ação, suas características específicas.

Parece, então, que o estudo da universidade medieval se converte agora, especialmente agora, em um imperativo. Não podemos estabelecer com precisão que tão moderna é a instituição universitária mas, se como afirma Habermas, a modernidade tem expressado sempre a consciência de uma época que se comprehende a si mesma como resultado de uma transição do antigo ao novo, então a atual universidade não é uma instituição moderna. Talvez seja no sentido de que possa compreender a ciência e a sociedade atuais como resultado de transformações; não obstante, não se vê a si mesma dentro da história, não acode à memória acumulada de soluções a velhos problemas; pensa-se a si mesma como uma ilha, fora do tempo e fora de um entorno concreto.

Plural. Florianópolis, nº 2, p. 56/63 jan/jun, 1992.

## Referências

- DUBY, Georges. *Tiempo de catedrales. El arte y la sociedad, 980 - 1420*. Barcelona: Argot, 1983.
- GILSON, Étienne. *La filosofía en la Edad Media*. Madrid: Gredos, 1982.
- SOUTHERN, R.W. *La formación de la Edad Media*. Madrid: Alianza, 1980.
- LEGOFF, Jacques. *La baja Edad Media*, México: Siglo XXI, 1979.
- . *Tiempo, trabajo y cultura en el Occidente medieval*. Madrid: Taurus, 1983.
- VÀEVARO, Alberto. *Literatura románica de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 1983.
- WULF, Maurice de. *Historia de la filosofía medieval*. México: Jus, 1945.(3 vol.).

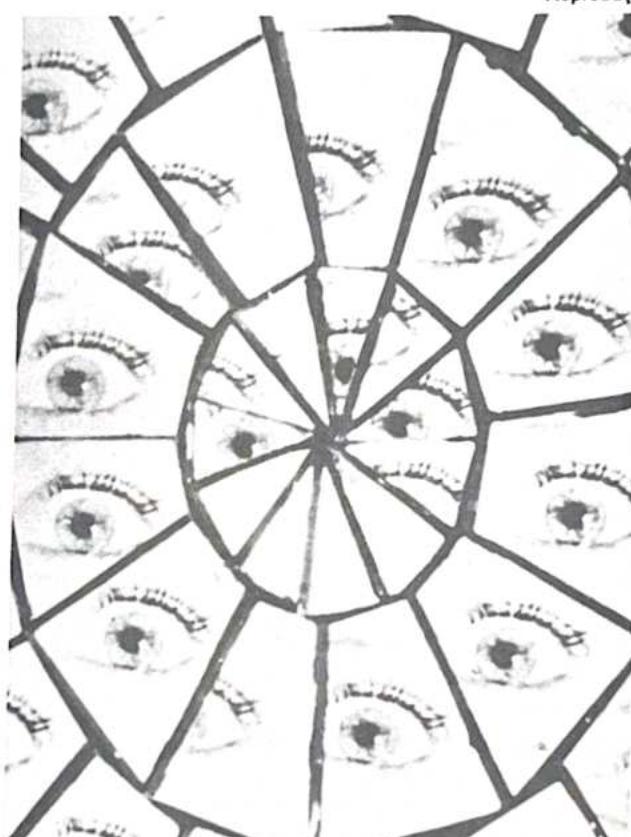
# Investimentos em ciência e tecnologia e mecanismos governamentais de apoio à pesquisa no Brasil

Rogério F. Guerra -  
Phd em Psicologia -  
Professor do Dpto. de  
Filosofia e Ciências  
Humanas da UFSC.

## 1. A Ciência no Brasil sobre Batatas e Cebolas

**A**atividade científica é um tipo de empreendimento humano que, dentro de uma sociedade moderna, exige grandes investimentos financeiros e formação de recursos humanos. Neste sentido, é importante ressaltar que o Brasil investe pouco em ciência e tecnologia (CT) e, quando comparado com países desenvolvidos, a situação se torna desesperadora. Na primeira edição de Ciência e Cultura, publicada em 1949 sob a benemerência do industrial Francisco Baby Pignatary, o físico Cesar Lattes ressaltava que ao cientista é necessário dar condições de trabalho: "os nossos cientistas encontram grandes dificuldades para se entregarem à pesquisa, não só pela falta de laboratórios, como por não perceberem o suficiente

Reprodução para viver... É importante para o país que os professores possam ficar em seus laboratórios, sem se preocuparem com o preço das batatas e das cebolas" (pag. 44). Num país com inflação anual que chega à casa dos 4 dígitos, a falta de uma política salarial que reponha as perdas afeta enormemente o ânimo das pessoas (ver dados da ANDES sobre a queda do poder aquisitivo dos professores das universidades federais, publicados no jornal Folha de São Paulo, de 23/10/91); a formação de um pesquisador é longa e exige altos investimentos, de modo que a fuga de cérebros para a iniciativa privada ou mesmo para o exterior deve ser evitada, de forma a minimizar o atraso científico e tecnológico em que se encontra o país. O governo não tem uma política claramente definida para tratar as universidades brasileiras. Há no Brasil cerca de 50 mil pesquisadores e a maior parte deste contingente (70%) se encontra nas universidades, produzindo, com efeito, cerca de 90% das publicações científicas do país (ref. 17). O governo



não entende o real significado das universidades e procura encarar o pesquisador como um mero barnabé; prova disso é o envio de um projeto de lei visando eliminar a aposentadoria por tempo de serviço (30 anos para homens e 25 para mulheres), colocando em seu lugar a aposentadoria por idade (65 anos para homens e 60 para mulheres), independentemente do tempo de serviços prestados. A proposta causou um enorme rebuliço dentro dos círculos acadêmicos e provocou a aposentadoria, por temor ao futuro, de pessoas que se encontravam na faixa etária dos 45 a 50 anos de idade, no auge da maturidade intelectual (ver Isto Senhor/1146, de 11/09/91). Não é preciso pensar muito para concluir que o prejuízo para a instituição é enorme.

No que diz respeito à formação de recursos humanos, estima-se que o Brasil ampliou o seu número de bolsistas no exterior de 2.000 para 7.000. Apesar do aumento, este número ainda é pequeno, quando comparado com o de outros países que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento, e deveria ser de aproximadamente 70.000 bolsas (ref. 32).

## Newspeak em CT: Como o Discurso Difere da Prática

Os países desenvolvidos investem anualmente cerca de 3% do PIB em CT e o Brasil cerca de 0,7%. Em valores mais palpáveis, os E.U.A., investem cerca de US\$ 150 bilhões e o Brasil cerca de US\$ 2,5 bilhões. Vale também lembrar que a empresa IBM, grande sugadora de talentos que têm em seus quadros de funcionários alguns Prêmios Nobel, investe algo acima de US\$ 3,5 bilhões (ver ref. 32, Veja de 13/04/88 e de 24/10/90, e Folha de São Paulo de 24/10/90). Somente as empresas americanas investem, anualmente, algo em torno de US\$ 25 bilhões - ou 10 vezes mais o que o Brasil investe em CT! - em treinamento profissional de seus funcionários (ref. 20).

Estima-se que o Brasil deveria, numa medida emergencial, investir 1% de seu PIB em CT e aumentar progressivamente este montante até atingir 3% do PIB (ref. 32). No Brasil a taxa de investimentos é baixa e a CT ora é gerenciada por um ministério, ora por uma secretaria dentro de um ministério, ora por uma secretaria especial, tendo à frente, na maioria das vezes, pessoas não-relacionadas com CT, indicadas por critérios político-partidários (ref. 1 e 31). Estas oscilações revelam um verdadeiro estado ciclotímico e indicam que o governo não sabe a exata importância da CT.

Em 1989, quando ainda era candidato à Presidência da República, Fernando Collor apregoava que 1) o seu governo deveria destinar maiores recursos à CT, 2) que seria importante criar mecanismos de incentivos à pesquisa científica e tecnológica, sob pena de o Brasil perder a competitividade, mesmo em setores tradicionais, e, mais importante, 3) o Estado deve ter uma ação de coordenação e planejamento, com vistas a promover diretamente a pesquisa básica; a pesquisa científica e tecnológica estaria diretamente relacionada com o desenvolvimento do país e o ingresso à modernidade (ref. 22).

Modernidade é uma palavra muito utilizada pelo Presidente Collor e, neste sentido, o jornal Folha de São Paulo, de 6 de fevereiro de 1992, publicou um artigo em que o mesmo afirmava que o social-liberalismo, proposta política defendida, considera o avanço científico e tecnológico algo "absolutamente central na conquista da modernidade que desejamos". Dentro do discurso presidencial, a CT é vista com bons olhos. Todavia, é interessante olhar de perto a situação de penúria em que se encontram as universidades e institutos de pesquisa. Quase que simultaneamente ao discurso do Presidente Collor, o Jornal de Ciência Hoje, de 14 de fevereiro de 1992, trazia as seguintes manchetes: "CNPq: Destruição", "Mares Guia: Crise no CNPq é inacreditável", "Quedá de salário", "Evasão de cientistas" e outras. A única manchete que traz alguma notícia boa é "Bush promete US\$ 76 bi para C&T", que obviamente não se refere ao nosso problema. Nossas autoridades agem de um modo orwelliano: mostram-se sensíveis, pelo menos nas palavras, ao desenvolvimento da CT e, ao mesmo tempo, implantam medidas que tiram o oxigênio (baixos salários, cortes de verbas, ameaças de privatização, etc.) daqueles que fazem CT. Desde o discurso de Cesar Lattes, que fazia menção às preocupações dos cientistas com o preço das "batatas" e "cebolas", até o dia de hoje, notamos que a situação se agravou: houve pequeno aumento dos investimentos, mas a demanda por recursos, que a ciência moderna exige, tornou maior a distância entre o que é necessário e o que é efetivamente feito. A atividade científica deixou de ser algo amadorístico, feita por pessoas românticas e teimosas, e passou a ser algo de vital importância para a soberania de uma nação (ref. 21, 25 e 30). Fazem-se necessários investimentos substanciais, que permitam a inserção do Brasil no rol das nações plenamente desenvolvidas.

*"Uma parcela considerável da população reconhece a importância da CT para a sociedade e julgam que os cientistas são mais úteis que banqueiros, comerciantes, jornalistas, militares e desportistas."*

## 2. Ecologia da investigação científica

### A Ciência Vista Pelo Públíco Leigo

A ciência é um empreendimento universal e tido como mola propulsora do progresso. Em 1948, numa conferência, H. da Rocha Lima usou a expressão "ecologia da investigação científica" - o subtítulo do presente trabalho é uma homenagem àquele ilustre cientista - para delinear ciência no Brasil (ref. 29). Rocha Lima mostrou que o caminho é árduo, muitas vezes o resultado de anos de pesquisa é ignorado, mas que, de algum modo, as necessidades do espírito são satisfeitas. Talvez isto, e somente isto, explique a existência de atividade científica no Brasil, posto que o meio é hostil à sobrevivência do cientista. Apesar de ser vista como algo importante, nossas autoridades não dão muita atenção aos cientistas: os salários sofrem redução diuturna, as pesquisas não são financiadas e os mecanismos de reconhecimento ao talento inexistem dentro das universidades. O interesse pela atividade científica e tecnológica está em declínio nos EUA. Somente 15% dos estudantes planejam seguir uma carreira ligada à CT. Mais de 50% dos estudantes que obtém o PhD são estrangeiros e, neste sentido, Bloch (ref. 3), ex-diretor da National Science Foundation, estima que a demanda por cientistas, engenheiros e técnicos está crescendo duas vezes mais rápida que a oferta e que, para manter a superioridade americana, é necessário que se estimulem grupos de estudantes minoritários (negros e hispânicos) e mulheres a se envolverem mais com CT. Os EUA investem grandes recursos em CT e o montante tem crescido ao longo do tempo (ref. 27 e

30). O declínio da produção de PhD estaria comprometendo o crescimento econômico, a competitividade internacional e a segurança nacional (ref. 2). Este tipo de preocupação informa muito sobre a importância da CT num mundo moderno.

Americanos e ingleses vêem a ciência como algo importante. Um grande número de pessoas interessam-se pelos avanços da CT. Entretanto, mais de 80% dessas pessoas nunca ouviram falar de Galileu, Copérnico ou Darwin. Um terço dos ingleses acredita que o sol gira em torno da terra, mais da metade acredita que antibióticos matam vírus tanto quanto bactérias ou que os homens já viviam à época dos dinossauros, um em sete imagina que o leite radioativo pode se tornar seguro com fervura e muitas pessoas pensam que DNA é algo relacionado com computadores, rochas ou estrelas (ref. 10, 11 e 12).

O Instituto Gallup fez um levantamento entre pessoas brasileiras, de diferentes níveis socioeconômicos e faixas etárias, e constatou que 7 de cada 10 pessoas têm algum interesse por CT.

Uma parcela considerável da população reconhece a importância da CT para a sociedade e julgam que os cientistas são mais úteis que banqueiros, comerciantes, jornalistas, militares e desportistas; a grande maioria (65% da amostra) culpa o governo por não apoiar as pesquisas científicas e relaciona este descaso com o atraso a que o país está envolvido. A ciência é vista como algo importante, mas, por outro lado, as pessoas se queixam da falta de divulgação adequada, por parte da imprensa, das novas descobertas e, com efeito, uma entre quatro pessoas ignora que o homem tenha chegado à Lua (ref. 24).

Crianças brasileiras, quando descrevem o cientista, são influenciadas por personagens dos desenhos animados ou de histórias em quadrinhos. Neste sentido, os cientistas são vistos como sábios que vivem isolados, são pessoas estabanadas, de cabelos espetados e brancos, que moram numa casa cheia de truques e longe das pessoas, têm um gênio forte, podem ser loucos, são muito fortes e quase todos são vistos como altos. Estão sempre pensando sobre cada coisa que vêm e, dependendo de sua descoberta, podem até aparecer no "Fantástico" (ref. 5). A ciência é bastante complexa e não se pode esperar que o público leigo tenha uma visão correta dela.

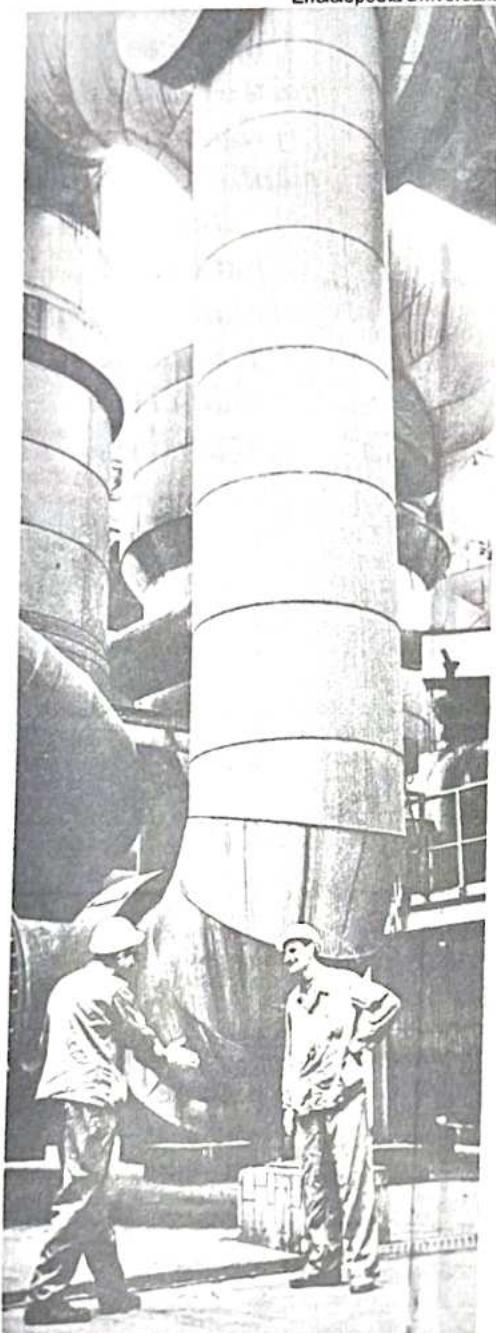
### 3. Publicação e sistema de avaliação de produtividade

#### Formas de Avaliação da Produtividade Científica

A corrida por financiamento, prestígio e prêmios tem provocado várias discussões sobre a ética da conduta científica. Em casos como a busca da cura da AIDS, as brigas entre grupos de pesquisa rivais, que resultam em alardeamento de "novas descobertas", incutem falsas esperanças nos pacientes portadores do vírus HIV. Os grupos de John Gallo, dos EUA, e de Luc Montagnier, da França, usam como arena as revistas *Science* e *Nature*, para discutir a primazia de suas descobertas. Esta discussão saiu dos círculos acadêmicos e, com efeito, o Papa João Paulo II criticou estas posturas de forma veemente, alertando que "self-interested rivalries in the search for a medical answer... should be considered forms of collaboration in the terrible evil" (ref. 33).

Revistas importantes, como *Science*, *Nature*, *Cell* ou *Physical Review Letter*, disputam a primazia de publicar descobertas importantes e, neste sentido, exibem um turnaround de apenas poucas semanas (ref. 28). Ao lado da febre publicacionista do cientista, esta pressa pode provocar muita confusão, como foi o caso da "fusão a frio" (publicado no *Journal of Electroanalytical Chemistry*) ou o "caso Benveniste" (publicado em *Nature*), em que, a despeito da importância das revistas envolvidas, resultados de pesquisas foram publicados às pressas, suscitando controvérsias e dissabores. A enorme massa de trabalhos publicados, verdadeira "poluição científica", que aumenta com o passar do tempo, torna difícil a arte de selecionar o que é importante. Por exemplo, Lorde Kelvin publicou, ao longo de sua vida, cerca de 660 artigos e Robert A. Good publicou, entre 1961 e 1976, a espantosa cifra de 694 artigos, ou seja, quase um trabalho por semana! (ref. 19). O Institute for Scientific Information (ISI) tem feito sistematicamente uma análise do índice de citação dos trabalhos publicados em revistas científicas e mostra que os Prêmios Nobel pertencem à categoria dos cientistas largamente citados (ref. 19).

Eles começam a publicar mais cedo, publicam mais por ano e persistem publicando por mais tempo. Alguns publicam, em média, cerca de 3,9 trabalhos por ano e outros chegam a publicar 10 (ref. 6). Dessa forma, a avaliação de produtividade pode ser feita de acordo com critérios quantitativos (volume total publicado ou relativo a um determinado período) ou pelo índice de



qualidade (número de vezes que o trabalho foi citado). Todavia, os dois índices não conferem segurança absoluta. Por exemplo, o artigo de S. Weinberg, que lhe abriu as portas ao Prêmio Nobel, foi citado somente 5 vezes entre 1967 e 1971 (ref. 19). Dentro da história da psicologia, também se observa que o índice de citação pode induzir a erros, quando a análise é feita dentro de um espaço de tempo mais longo. O psicólogo Clark L. Hull obteve o seu doutoramento com 34 anos de idade, um tanto avançada para os padrões americanos, e teve uma produção científica bastante extensa. Até o início da década de 50, Hull era o maior nome dentro da psicologia da aprendizagem e hoje, apesar de sua real importância, pouco se fala nele. Por outro lado, John B. Watson, que antecedeu Hull, praticamente encerrou a sua carreira científica aos 42 anos de idade e teve, em termos quantitativos, produção científica bem menor. Watson é mais conhecido que Hull e praticamente não existe estudante de psicologia que não tenha ouvido falar dele.

O psicólogo mais influente da atualidade é, sem dúvida alguma, B.F. Skinner, que faleceu em 1990. É interessante comparar a carreira de Skinner com a do químico Robert W.E. Bunsen, outro cientista notável. Bunsen fez importantes descobertas e hoje as pessoas somente se lembram dele quando se referem ao "bico de Bunsen" - aparelho extremamente simples, utilizado para a obtenção de uma chama de gás de alto poder calorífico que permitiu o desenvolvimento da análise espectral. É possível que, à semelhança do que ocorreu com Bunsen, Skinner seja lembrado, no futuro, apenas como o inventor da "caixa de Skinner" - um equipamento muito útil para o estudo da aprendizagem - e que todo o seu brilho acadêmico seja ofuscado por esta contribuição metodológica.

O índice de citação do ISI visa determinar, de uma forma objetiva, a influência de um artigo dentro da comunidade científica e, mesmo sendo melhor que o critério baseado na quantidade, pode ser falho. Neste sentido, ele pode trazer à berlinda um nome sem importância científica, quando a análise é feita num curto espaço de tempo, ou pode cometer injustiças com cientistas importantes, como Clark L. Hull ou Robert W.E. Bunsen, porque simplesmente não são mais citados.

### "Publicar ou Perecer" ou "Publicar e Perecer"

A corrida para publicar e ganhar notoriedade faz com que alguns cientistas, ou pseudo-cientistas, inventem resultados, plagiem ou roubem resultados de outros. Em alguns casos, uma forte crença pode fazer com que um resultado seja "trabalhado", com vistas a torná-lo mais de acordo com o esperado ou de acordo com o que a pessoa acredita (ref. 35 e 36). J. Christian Gillin, Editor-in-Chief da revista *Neuropsychopharmacology*, denominou as pessoas que se desviam dos cânones da ciência de psychopathic scientists (ref. 15). Ciência é um empreendimento oneroso e, neste sentido, as instituições americanas estão se tornando cada vez mais atentas e rigorosas com a fraude, falta de ética, duplicidade nas publicações e má conduta dos cientistas (ver ref. 18 e 23).

Avaliar produtividade do cientista brasileiro é algo problemático e, quando é feita, traz enormes dissabores. A "lista dos improdutivos" da Universidade de São Paulo, a mais importante do país, listava, dentre 4.398, 1.108 professores que não publicaram nada em 1985 e 1986, de acordo com o critério de quantidade. A lista foi publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 21/02/88, e gerou grande confusão nos meios acadêmicos. Com efeito, as manchetes, que se seguiram à lista, e publicadas no mesmo jornal, foram: "Avaliação institucional e execração individual" (em 24/02/88), "Docentes da USP se dizem em um tiroteio" (em 26/02/88), "Pró-reitores acham divulgação da lista um desrespeito à USP" (em 02/03/88), "Comoção e avaliação na USP" (em 03/03/88), "ADUSP exige que reitoria suspenda avaliação de docentes" (em 03/03/88), "Depois da tempestade" (em 11/03/88). Palavras como "macarthismo", "indignação", "nova inquisição", "difamação", etc, foram utilizadas ao se referir à lista. O episódio ilustra com perfeição que a avaliação de produtividade é algo complicado; o fato de um profissional competente não publicar trabalhos - por motivos de viagens, afastamentos por saúde, estágios, períodos de reflexão, etc. - num determinado período não o torna improdutivo; a palavra é forte e deve ser usada com cautela. Todavia, o episódio ilustra com perfeição que o critério baseado na quantidade é muito ruim e não é conveniente que o cientista se sinta como um operário de uma "fábrica de artigos científicos" - a lembrança da alegoria de Charles Chaplin é inevitável! Este tipo de pressão é uma das causas da "poluição científica", que leva professores a publicarem, seja lá o que for e onde for possível, simplesmente para fugirem do rótulo de "improdutivo".

O cientista brasileiro trabalha em condições desfavoráveis e encontra enormes dificuldades para executar o seu projeto de pesquisa e publicá-lo numa revista internacional, cuja taxa de rejeição de manuscritos às vezes chega a 90%! Estas revistas são muito exigentes e não fazem distinção entre um cientista de Primeiro Mundo de outro de Terceiro Mundo que vive preocupado com o preço das "batatas" e das "cebolas". O Brasil tem poucas revistas consideradas de nível internacional - por exemplo, o *Current Contents/Life Sciences* lista apenas quatro revistas brasileiras, *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, *Revista Brasileira de Genética* e *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo* - e isto torna necessário que o cientista brasileiro se adapte às imposições deste poderoso "colégio

### Referências

1. ARCHER, R. (1990). C & T merece um ministério? *Ciência Hoje*, 11(61): 72.
2. ATKINSON, R.C. (1990). Supply and demand for scientists and engineers: A national crisis in the making. *Science*, 248: 425-432.
3. BLOCH, E. (1990). Education and human resources at the National Science Foundation. *Science*, 249: 839-840.
4. Brasil investe na formação de recursos humanos (1989). Matéria publicada na *Revista Brasileira de Tecnologia*, 18(2): 63-67.
5. Bruxos modernos (1989). Matéria publicada na *Revista Brasileira de Tecnologia*, 19(11): 70-71.
6. CASTRO, C. de M. (1985). Há produção científica no Brasil. *Ciência e Cultura*, 37(7) Suplemento: 165-187.
7. CASTRO, C. de M. (1986). *Ciência e universidade*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.
8. COELHO, E.C. (1988). A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão. Vértice e IUPERJ: São Paulo.
9. COSTA, A. F. C. da (1989). Periódico científico brasileiro - o "alo heróico" de sua publicação: revisão da literatura para a área biomédica. *Ciência e Cultura*, 41(12): 1160-1178.
10. DEAN, M. (1990). How to stop the sun going around the earth. *The Lancet*, 336: 615-616.
11. DURANT, J. R.; Evans, G.A. e Thomas, G.P. (1989). The public understanding of science. *Nature*, 340: 11-14.
12. EVANS, G. e Durant, J. (1989). Understanding of science in Britain and the USA. In: Jowell, R.; Witherspoon, S. e Brook, L. (Eds.). *British social attitudes*. Gower Publishing Co. Ltd.: London, pp. 105-119.
13. GIAMBIAGI, M.S. de e Giambiagi, M. (1983). Sobre a produção científica, a indústria dos papers e outras histórias. *Ciência e Cultura*, 35(10): 1442-1451.
14. GIANOTTI, J.A. (1986). *A universidade em ritmo de barbárie*. Editora Brasiliense: São Paulo. 73
15. GILLIN, J.C. (1990). Publish and perish. *Neuropsychopharmacology*, 3(4): 229-230.
16. GUERRA, R.F. e Bernardi, N. (1991). Revistas científicas brasileiras: escolha do idioma e algumas dificuldades. *Ciência e Cultura*, 43(1): 77-81.
17. GUIMARÃES, F.C. de M.S. (1988). *Ciência, tecnologia & universidade*. FINEP, pp. 3-23.
18. HOLDEN, C. (1987). NIMH finds a case of "serious misconduct". *Science*, 235: 1566-1567.
19. IGLESIAS, J.R. (1982). Ciência, pesquisa e publicação. *Ciência e Cultura*, 34(7): 882-887.
20. JOHNSON, J.L. (1990). Creating science literacy. *Scientific American*, 262(10): 1.

21. KNELLER, G.F. (1980). *A ciência como atividade humana*. Trad. de A.J. de Souza. Zahar Editores e EDUSP: Rio de Janeiro e São Paulo.
22. MASCARENHAS, M. da G. (1989). Quanto vale a ciência para o futuro presidente. *Revista Brasileira de Tecnologia*, 19(11): 14-21.
23. MISHKIN, B. (1991). The investigation of scientific misconduct: Some observations and suggestions. *The New Biologist*, 3(9): 821-823.
24. MOURA, D. (1988). Como o brasileiro julga a ciência. *Ciência e Cultura*, 40(7): 719-720.
25. Narin, F. e Frame, J.D. (1989). The growth of Japanese science and technology. *Science*, 245: 600-605.
26. NUSSENZVEIG, H.M. (1983). Para que serve a pesquisa básica? *Ciência Hoje*, 1(4): 56-61.
27. PAVAN, C. e Viegas, J.A. (1986). *Constituinte, ciência e tecnologia*. Cidade Press Editora e Gráfica Editora Hamburg: São Paulo.
28. ROBERTS, L. (1991). The rush to publish. *Science*, 251: 260-263.
29. ROCHA Lima, H. (1948). *Vicissitudes da vida científica*. Conferência proferida em 27 de julho de 1948, sob o patrocínio da S.B.P.C., São Paulo.
30. ROSENBERG, N. (1990). *Science, technology and the western miracle. Scientific American*, 262(11): 42-54.
31. SCHWARTZMAN, S. (1989). Ciência e tecnologia na Nova República. *Ciência Hoje*, 9(50): 62-69.
32. Subsídios para uma política nacional de desenvolvimento da ciência e da tecnologia (1989). Matéria publicada na *Revista Brasileira de Tecnologia*, 19(12): 51-54.
33. The sin of rivalry. Nota publicada em *Science*, 249: 1242, 1990.
34. VELHO, L. (1989). Avaliação acadêmica. A hora e a vez do "baixo clero". *Ciência e Cultura*, 41(10): 957-968.
35. VIEIRA, S. (1986). Fraude em ciência. *Ciência Hoje*, 5(25): 74-79.
36. VIEIRA, S. e Hossne, W.S. (1987). *Experimentação com seres humanos*. Editora Moderna: São Paulo.
37. HOLDEN, C. (1991). Career trends for the '90s. *Science*, 252: 1110-1147.
38. Nota final: parte deste texto foi apresentada e discutida no 73º Simpósio da ANPEPP (Brasília, 7 a 9 de maio de 1992), no grupo de trabalho "A divulgação da Pesquisa Científica".

invisível" (ref. 16).

Cobra-se produção de pesquisa que tenha relevância social visível e, com frequência, as universidades brasileiras são avacalhadas em séries de reportagens, como a "República da Ignorância - a "série de reportagem República da Ignorância continua no domingo"! -, publicadas no jornal Folha de São Paulo, em 1991. Ao mesmo tempo que a sociedade encara de modo positivo as novas descobertas científicas - principalmente aquelas que vão de encontro às suas necessidades, como a descoberta de uma vacina ou a solução de um problema de poluição -, com muita frequência os resultados de uma pesquisa são questionados acerca de sua validade, retornando à discussão ciência básica X ciência aplicada. Algumas agências de fomento à pesquisa impõem restrições e procuram enxergar alguma utilidade numa pesquisa. A sociedade, pouco esclarecida, também não vê com bons olhos o "cientista puro", preocupado com ratos ou com problemas abstratos. A recessão econômica reforça esta dicotomia, de forma que os recursos tendem a fluir mais para a "pesquisa aplicada".

Alguns setores, inclusive aqueles que deveriam ter uma visão mais sofisticada da ciência, imaginam que a pesquisa pura é um luxo e que o Brasil deveria deixar este encargo para os países desenvolvidos e importar pacotes tecnológicos ou caixas-pretas (ref. 26). Imagina-se que possa haver importação de conhecimentos e tecnologias, sem qualquer tipo de barreira, e que aqueles que se dedicam à pesquisa básica, fundamental, pura, ou seja lá o que for, são pessoas excêntricas, um tanto deslocadas em seu departamento.

### Incentivando ou Desestimulando a Pesquisa?

As universidades brasileiras são responsáveis por cerca de 90% da produção científica do país (ref. 17). Todavia, o volume total produzido é baixo e o que se nota é que as universidades se envolvem com política partidária, excessiva burocracia, assembleísmo e não tem por hábito a avaliação acadêmica (ref. 8, 14, 34 e Veja de 08/05/90). O resultado é que, ao invés de estimular a verdadeira ciência, estimula-se o ensino livreiro e xerográfico, o uso de fórmulas prontas e desacompanhadas de qualquer reflexão, o ócio e a incompetência, etc.

Até recentemente, o Decreto Lei 94.664, de 23 de julho de 1987, estipulava uma clara diferenciação entre o docente-pesquisador e o docente que só se envolvia com ensino. Ao último era concedido uma gratificação de produtividade de ensino (GRAPE) que correspondia a um adicional de 20% do salário básico ao docente de 40 horas ou de Dedicação Exclusiva (DE) que ministra mais de 14 horas semanais. O aulismo é estimulado e, quando um pesquisador faz uma importante descoberta ou publica um resultado de pesquisa numa importante revista, a instituição ignora completamente o feito, mostrando que desconhece completamente qual é o seu papel dentro de uma sociedade moderna. Para a progressão funcional, observa-se que o simples tempo de serviço e cargos administrativos ocupados (que são, em sua maioria, muito bem extra-remunerados) chegam a ser mais valorizados que um resultado de pesquisa, independentemente se este teve grande impacto na comunidade científica internacional.

"Vamos importar cérebros" é o título da nota publicada em Veja, de 01/03/89, em que Isaías Raw defende a idéia de que o Brasil deve abrir as portas aos cientistas estrangeiros. Ao invés de atender os apelos sensatos do Prof. Raw, nossas autoridades discriminam e criam obstáculos para o ingresso destes pesquisadores, que na maioria das vezes exibem alta qualificação científica, nas universidades federais (conforme a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990), como se o Brasil pudesse prescindir de tal colaboração. Interessante observar que recentes mudanças na legislação americana tem permitido que um número crescente de cientistas (principalmente oriundos da ex-União Soviética e do Leste Europeu) migrem para os E.U.A. (ref. 37). No Brasil tudo funciona às avessas e é necessário que o pesquisador tenha vontade de ferro e personalidade bem consolidada para enfrentar as vicissitudes de seu cotidiano. A universidade brasileira deveria ser o templo do conhecimento, mas o que ocorre é que ela é gerontocrática, burocrática, não tem noção de sua importância e, frequentemente, é vista meramente como uma repartição pública.

### Conclusão: Existe Salvação Para a CT no Brasil?

Com muita frequência, os avanços da CT são apresentados em revistas, jornais e televisão. De um modo geral, o público leigo vê com simpatia o cientista e seu trabalho, apesar de não ter uma visão correta da CT. Por outro lado, nossas autoridades pregam maiores investimentos em CT e o resultado final é exatamente o oposto: a diminuição de verbas e a implantação de medidas que tornam inviável este tipo de atividade. As nossas instituições de pesquisa são muito vulneráveis às variações de humores de nossos governantes e muitas delas vivem em estado letárgico e só sobrevivem por pura teimosia. Todavia, para o desenvolvimento do país, é importante que se valorize a produção de novos conhecimentos e tecnologias, que as universidades e institutos de pesquisa se voltem mais para as suas funções precíprias e que, por último, as nossas autoridades percebam que CT não é despesa, mas sim investimento.

Plural. Florianópolis, nº 2, p. 64/68, jan/jun, 1992.

# INVISTA NO AZUL DA CAIXA

**CDB e RDB AZUL  
FUNDO AZUL**

**SEMPRE  
DÁ CERTO.**

**CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL**

